DIGITALIZADO NO IBAMA

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PROCESSO Nº 02001.003607/01-56

NOME:

PROCEDÊNCIA:

REFERÊNCIA:

UHE
SOBRADINHO
CHESF
BA
VOLUME I

ANO: 2001

ASSUNTO:

IBAMA/MMA ADM.CENTRAL
PROCESSO: 02001.003607/2001-56
INTERESSADO: COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF
ASSUNTO: 20914
DATA: 03-07-2001 14:26:35
DOCUMENTO PROCEDENCIA: MEMO 283/01 DIAP 03/07
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UHE DE SOBRADINHO / BA

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO

Fls. 01
Proc.
Rubl.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA

MEMORANDO Nº 283/2001 - IBAMA/DCA/DEREL/DIAP

Em, 03 de julho de 2001.

Ao: PROTOCOLO GERAL

Assunto: Solicitação de abertura de Processo.

Solicitamos a gentileza desse protocolo, abrir processo com os seguintes dados:

INTERESSADO: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

TÍTULO: Licenciamento Ambiental da UHE de Sobradinho/BA.

Certos do pronto atendimento, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Jorge Luiz Brito Cunha Reis
Coordenador
IBAMA/DCA/DEREL/DIAP

SCANNED

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
N.º 2665
Data: 20/06/01 Hora:
Recebido

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Gerando o futuro

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
DMA - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

CR-DMA-0211/2001

Recife, 12 de junho de 2001

DEREL DIAP
CONT. 1504
DATA 02 07 01
ASS. Siete

PROTOCOLO
IBAMA/DCA
Nº 3871/2001
DATA: 19/06/01
RECEBIDO: Janine
Fls. 02
Ass. 3607101

Ilma.Sra.
Moema Pereira Rocha de Sá
Departamento de Registro e Licenciamento
IBAMA/Sede
Brasília – DF

Assunto: Licenciamento Ambiental da UHE de Sobradinho

Prezada Senhora,

Dando continuidade ao processo de licenciamento dos empreendimentos em operação da CHESF, encaminhamos a V.Sª, em anexo, 01(um) volume das Características da UHE em referência, juntamente com o requerimento.

Atenciosamente,

p/ Ricardo Cavalcanti Furtado
Departamento de Meio Ambiente

Álvaro Moreira
Arquiteto - DMA
Mat. 079588

PROTOCOLO IBAMA
N.: 02184
Data: 22 / 06 / 01
Recebido:

Ao DEAM3 / DCREC

20.06.01

Diogo Rocha Corrêa
Coordenadora
IBAMA/DCA/GAB

De ordem,

Ao DEREC.

Para análise e providên-
cias pertinentes.

Em 22/06/01

DEAM3.

Do Dr. Jayme,
p/ as providências.
28/06/2001

Moema Pereira Rocha de Sá
Chefe do DEREC
IBAMA

Fls. 03
3007101

IBAMA
DIRCOF

SISTEMA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES POLUIDORAS

REQUERIMENTO

1. SOLICITAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE:

- [ ] LICENÇA PRÉVIA (L.P)
- [ ] LICENÇA DE INSTALAÇÃO (L.I)
- [X] LICENÇA DE OPERAÇÃO (L.O)
- [ ] LICENÇA DE AMPLIAÇÃO
- [ ] RENOVAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA (L.P)
- [ ] RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
- [ ] RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
- [ ] OUTROS

2. CLASSIFICAÇÃO (USO DO IBAMA)

[ ] PP [ ] MP [ ] AP Nº

3. LICENÇA ANTERIOR

LP [ ] LI [ ] LO [ ] Nº _____

4. DADOS DO REQUERENTE

Nome ou Razão Social
COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

CGC/CPF	Local da Atividade (avenida, rua, estrada, etc.)
13.541.368/0001-16	RUA DELMIRO GOUVEIA, 333 – BONGI

Cep	Telefone (DDD)	Telex (Cód)	Fax
50761-901	81 – 229-2395		81 – 229-2413

Município	Cidade	Estado
RECIFE	RECIFE	PERNAMBUCO

5. REPRESENTANTES LEGAIS

Nome	CPF
MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO	128.717.104-49
LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE	012.807.674-72
JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS	090.244.174-49

6. ÓRGÃO FINANCIADOR
CHESF/ELETROBRAS

VALOR DO EMPREENDIMENTO: R$ 1.070.086.464,23 (Hum bilhão, setenta milhões e oitenta e seis mil. quatrocentos e sessenta e quatro mil e vinte e três centavos)

7. CONTATO

Nome	
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	RICARDO CAVALCANTI FURTADO CPF – 081.864.644-68

Endereço para Correspondência
RUA DELMIRO GOUVEIA, 333 – BONGI - RECIFE - PERNAMBUCO

Cep	Telefone (DDD)	Telex (Cód)
50761-901	81 – 229-2212	

8. DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS NESTE REQUERIMENTO REALIZA-SE DE ACORDO COM OS DADOS TRANSCRITOS E ANEXOS INDICADOS NO ITEM 9 (NOVE), NO VERSO DESTE FORMULÁRIO.

Nome	Assinatura
RICARDO CAVALCANTI FURTADO	Ricardo Cavalcanti Furtado Depto de Meio Ambiente
Local, Dia, Mês, Ano Recife, 30 de maio 2001	
MOD.	

9. DESCRIÇÃO DA(S) ATIVIDADE(S)

USINA HIDRELÉTRICA DE SOBRADINHO

O aproveitamento hidrelétrico de Sobradinho está localizado no estado da Bahia, distando cerca de 40 km a montante das cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Possui como principais rodovias de acesso as BR's 324/407/210 pelo lado da Bahia, perfazendo uma distância de 520 km da capital Salvador e pelo lado de Pernambuco as BR's 232/428/210 a uma distância de 860 km da cidade de Recife.

A Usina de Sobradinho, construída pela Servix Engenharia e projetada pela Hidroservice Engenharia e Projetos Ltda, está posicionada com relação ao São Francisco a cerca de 748 km de sua foz, constituindo-se, além de sua função de geração de energia, na principal fonte de regularização dos recursos hídricos da região.

Neste sentido o reservatório de Sobradinho possui cerca de 320 km de extensão, com uma superfície de espelho d'água de 4.214 km^2 e uma capacidade de armazenamento de 34,1 bilhões de metros cúbicos em sua cota nominal de 392,50 m, constituindo-se no maior lago artificial do mundo, o que garante através de uma depleção de até 12 m, juntamente com o reservatório de Três Marias/CEMIG, uma vazão regularizada de 2.060 m^3/s nos períodos de estiagem, suficiente para permitir a operação de todas as usinas da CHESF situadas ao longo do Rio São Francisco.

Municípios inundados pelo Reservatório:
Sobradinho (BA), Sento Sé (BA) , Itaguaçu da Bahia (BA), Xique-Xique (BA)
Barra (BA), Pilão Arcado (BA), Remanso (BA), Casa Nova (BA)

DADOS BÁSICOS GERAIS DO APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DE SOBRADINHO		
CARACTÍSTICAS	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
• **Níveis d'água**		
Máximo Normal de Operação a Montante	m	392,50
Mínimo de Operação a Montante	m	380,50
Máximo Mximorum a Montante	m	393,50
• **Quedas**		
Líquida Máxima de Operação	m	31,80
• **Enchentes**		
Enchente de segurança (afluente)	m^3/s	36.300
Volume de cheia (90 dias)	m^3/s	140.000x10¬
• **Capacidade das Estruturas de Controle de Enchentes**		
12 Vertedouros com Comportas Tipo Setor na Cota 305	-	-
Descarga pelas Turbinas (Programa Final 6 Unidades)	-	-
• **Energia**		
Potência Instalada	kW	1.050.300
Número de Máquinas	UM	6
Potência Unitária de Projeto	kW	175.050,00
• **Reservatório**		
Volume Total (Cota 392,50 m)	$m^3 \times 10^9$	34.116x10¬m^3
Volume Útil do Reservatório	$m^3 \times 10^9$	28.669x10¬m^3
Superfície na Cota Máxima (392,50 m)	$m^2 \times 10^6$	5.150 km^2

10. OBSERVAÇÕES

Requerimento para a Licença de Operação – LO da UHE SOBRADINHO

IBAMA/DCA
Nº 5066/01
DATA: 08/08/01
RECEBIDO Tania

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
BAHIA

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
N.º 4465/2001
Data: 04/8/01 Hora:
Recebido CFP

Fls 04
Proc. 360/01
Rubr.

OF. Nº 623/2001/NTC/GAB/RN.

Salvador, 31 de julho de 2001.

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000773/2000-53.

Senhor Diretor.

Cumprimentando-o, para fins de instrução do procedimento à epígrafe, requisito a V. Sa., nos termos do artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 8º, § 3º, da Lei 75/93, no prazo de 15 (quinze) dias, informações atualizadas acerca do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

Na extremada hipótese de impossibilidade de resposta no prazo estipulado, V. Sa. deverá, tempestivamente, solicitar a prorrogação ao Ministério Público Federal.

Ao ensejo, manifesto protestos de apreço e consideração.

Roberto Nunes dos Anjos Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Ilmº. Sr.
DONIZETTI AURÉLIO DO CARMO
MD. Diretor em Exercício da Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Sain, Av. L 4 Norte, Ed. Sede do IBAMA, Bl. C
70.800-200 – Brasília - DF

3380
09 08 01

of0623intern

Av. Sete de Setembro, 2365 - Corredor da Vitória - 40.080-002 - Salvador/BA
Fone: (071) 336-5781 - Fax: (071) 336-5687 – e-mail: prdc@prba.mpf.gov.br

URGENTE

À DLGA

08.08.01
Diogo Rocha Correa
Diretoria de Proteção Ambiental - IBAMA
Assessoria

De Ordem,
à Coordenação Geral de
Licenciamento

09/08/2001

Fabíola
Fabíola L. Araújo Gomes
Secretária Proj. PNUD BRA 95/028
IBAMA/DEAMB

Ao Dr Remi

Favor preparar ofício
informando da
solicitação da CHESF
de regularização da
Usina.

Em, 10/8/2001

Jorge
IBAMA/DCA/DIREL/DIAP

Fls. 05
Proc. 3607/01
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO Nº 269 /2001 - IBAMA/Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Brasília, 13 de agosto de 2001.

Senhor Procurador,

Cumprimentando Vossa Excelência, e reportando-nos ao processo de Licenciamento Ambiental da UHE Sobradinho, servimo-nos do presente para atender os termos do ofício Nº 623/2001/NTC/GAB/RN, datado de 31 de julho 2001.

Informamos que este Instituto recebeu da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, em 30 de maio de 2001, o requerimento da Licença de Operação - LO do referido empreendimento, juntamente com 01 (um) volume, denominado Características Gerais da UHE de Sobradinho, cópia em anexo.

Informamos ainda que este Instituto encontra-se no aguardo dos respectivos estudos ambientais, para análise e manifestação sobre requerimento de Licença de Operação do empreendimento em tela.

Atenciosamente,

DONIZETTI AURÉLIO DO CARMO
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

A Sua Excelência o Procurador da República,
ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS FILHO
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, 2365 – Corredor da Vitória
CEP: 40.080-002 – Salvador/BA.
FAX: (0XX71) 336 – 5687.

G:\DIAP01\OFICIO\SOBRAPRO.DOC

EM BRANCO

PROTOCOLO
IBAMA/DCA
Nº 7654
DATA 20/11/01
RECEBIDO

PROT. DEA-B
N.º 05755
Data 21/11/01
Recebido

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
BAHIA

Protocolo
IBAMA/DCA/DEREL
N.º 2985
Data: 21/11/01 Hora:
Recebido

[redacted]

OF. Nº 1054/2001/NTC/GAB/RN.

Salvador, 12 de novembro de 2001.

Fls 06
Proc. 3607/01
Rubr. dp

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000773/2000-53.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, para fins de instrução do procedimento à epígrafe, requisito a V. Sª., nos termos do artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 8º, § 3º, da Lei 75/93, no prazo de 15 (quinze) dias, informações atualizadas acerca do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, considerando o quanto consta no Ofício nº 268/2001-IBAMA/Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental, de 13/08/2001, cópia anexa.

Na extremada hipótese de impossibilidade de resposta no prazo estipulado, V. Sª. deverá, tempestivamente, solicitar a prorrogação ao Ministério Público Federal.

Ao ensejo, manifesto protestos de apreço e consideração.

Robério Nunes dos Anjos Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Ilmº. Sr.
LEOZILDO TABAJARA DA SILVA BENJAMIM
MD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental/IBAMA
Sain, Av. L 4 Norte, Ed. Sede do IBAMA, Bl. C
70.800-200 – Brasilia - DF

of1054ntcrn

Av. Sete de Setembro, 2365 - Corredor da Vitória - 40.080-002 - Salvador/BA
Fone: (071) 336-5781 - Fax: (071) 336-5687 – e-mail: prdc@prba.mpf.gov.br

De ordem à Cogl.
Em 21/11/01
Claudia

Derlei Lopes Rosado
Coordenador Geral de Licenciamento
Substituto
IBAMA/DLQA

PROTOCOLO

MPF
PR/BA 114000
2001.004117

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA
Recebido em 17/08/01
Dia da Semana 6ª feira | Hora 15:45
Assinatura

MPF - PR/BA
Fls Nº 42

Fls 07
Proc. 3607/01
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO Nº 268 /2001 - IBAMA/Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Brasília, 13 de agosto de 2001.

Senhor Procurador,

Cumprimentando Vossa Excelência, e reportando-nos ao processo de Licenciamento Ambiental da UHE Sobradinho, servimo-nos do presente para atender os termos do ofício Nº 623/2001/NTC/GAB/RN, datado de 31 de julho 2001.

Informamos que este Instituto recebeu da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, em 30 de maio de 2001, o requerimento da Licença de Operação - LO do referido empreendimento, juntamente com 01 (um) volume, denominado Características Gerais da UHE de Sobradinho, cópia em anexo.

Informamos ainda que este Instituto encontra-se no aguardo dos respectivos estudos ambientais, para análise e manifestação sobre requerimento de Licença de Operação do empreendimento em tela.

R. H.
Junte-se e retornem os autos.
Salvador, 23/08/01.

ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS FILHO
Procurador da República

Atenciosamente,

DONIZETTI AURÉLIO DO CARMO
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

A Sua Excelência o Procurador da República,
ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS FILHO
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, 2365 – Corredor da Vitória
CEP: 40.080-002 – Salvador/BA.
FAX: (0XX71) 336 – 5687.

G:\DIAP01\OFICIO\SOBRAPRO.DOC

EMBARGO

Fls. 08
Proc. 360/01
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO Nº 561 /2001 - IBAMA/Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Brasília, 26 de novembro de 2001.

Senhor Procurador,

Cumprimentando Vossa Excelência, e reportando-nos ao processo de Licenciamento Ambiental da UHE Sobradinho, servimo-nos do presente para atender os termos do ofício Nº 1054/2001/NTC/GAB/RN, datado de 12 de novembroo 2001.

Informamos que este Instituto ainda encontra-se no aguardo dos respectivos estudos ambientais, para análise e manifestação sobre requerimento de Licença de Operação do empreendimento em tela.

Atenciosamente,

DONIZETTI AURÉLIO DO CARMO
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

A Sua Excelência o Procurador da República,
ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS FILHO
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, 2365 – Corredor da Vitória
CEP: 40.080-002 – Salvador/BA.
FAX: (0XX71) 336 – 5687.

G:\DIAP01\OFICIO\SOBRAPR1.DOC

FAX TRANSMITIDO EM:
29 / 11 / 01
ÀS 08 : 32H
RESPONSÁVEL:
Rafaela Moulin
71-336 5687

Examined

Fls 09
Proc. 360/02
Rubr.

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

OFÍCIO Nº 368 **/02 – IBAMA/DILIQ/COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Brasília, 07 de agosto de 2002.

Senhor Diretor,

Após realização de sobrevôo sobre os lagos do Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso, Itaparica, Sobradinho e Xingó, solicitamos informações do motivo pelo qual a água se encontra com uma coloração verde-musgo, inferindo o desenvolvimento de algum organismo aquático que provoque essa coloração tão evidente.

Solicitamos ainda que esses esclarecimentos sejam atendidos o mais breve possível, para que este Instituto possa tomar as providências cabíveis para a questão.

No mais, nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas ou informações adicionais.

Atenciosamente,

Lenzildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental
Coordenador Geral

A Sua Senhoria, o Senhor,
Diretor do Departamento de Meio Ambiente da CHESF
Ricardo Cavalcanti Furtado
Rua Delmiro Gouveia,333 - BONGI
CEP: 50761-901 - Recife/PE
Fone: (0xx81) ~~229-2935/2212~~ 3229-2935 (FAX)
fax: (0xx81) 229-2413 3229-2935 (IBAMA)

FAX TRANSMITIDO EM:
7 / 8 / 2002
AS 14 : 10 H
RESPONSÁVEL:
Ana Celia
FAX 81 3229-2935

G /DCA02/OFICIO/CHESF1.DOC

PROTOCOLO
DILQA/IBAMA
Nº 02001.006337/02-72
Data: 18/11/02
Recebido:

Fls. 10
Proc. 3607/02
Rubr.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
BAHIA

OF. Nº 1658/2002/NTC/GAB/RN.

Salvador, 11 de novembro de 2002.

Ref.: Procedimentos Administrativos nºs 1.14.000.000773/2000-53.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, solicito a V. Sª., com o fito de instruir o Procedimento Administrativo à epígrafe, informações atualizadas sobre o licenciamento ambiental da UHE de Sobradinho, que conforme informações contidas no Of. 268/2002-DILQA/IBAMA, aguardavam-se os estudos ambientais da CHESF para o posicionamento desse Órgão.

Ao ensejo, renovo votos de consideração e estima.

Roberio Nunes dos Anjos Filho
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Ilmº. Sr.
DONIZETTI AURÉLIO DO CARMO
MD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental-DILIQ/IBAMA
Sain, Av. L 4 Norte, Ed. Sede do IBAMA, Bl. C
70.800-200 – Brasília - DF

of1658.doc

Av. Sete de Setembro, 2365 - Corredor da Vitória - 40.080-002 - Salvador/BA
Fone: (071) 336-5781 - Fax: (071) 336-5687 – e-mail: roberio@prba.mpf.gov.br

De ordem
da CGZIC
em 18.11.02

De Ordem
Sr. Jorge Muiz
19.11.02

Cátia Frota Parente
Coordenação de Licenciamento Ambiental
Projeto PNUD/IBAMA

Ao D. Ernesto

Preparar resposta
MPF/BC
informando que
estamos aguar-
dando os estudos
complementares
da CHESF.
Em, 25-11-2002

Fls. 11
Proc. 3607/02
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO Nº 933 /2001 - IBAMA/Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Brasília, 29 de novembro de 2002.

Senhor Procurador,

Cumprimentando Vossa Excelência, e reportando-nos ao processo de Licenciamento Ambiental da UHE Sobradinho, servimo-nos do presente para atender os termos do ofício Nº 1658/2002/NTC/GAB/RN, datado de 11 de novembro de 2002.

Informamos que a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, não apresentou até o momento os estudos ambientais necessários para obtenção da Licença de Operação – LO. A licença para o referido empreendimento foi requerida em 30 de maio de 2001, juntamente com 01 (um) volume, denominado Características Gerais da UHE de Sobradinho, já enviado para esta procuradoria anexado ao ofício IBAMA/DILIQ 268/2001.

Informamos ainda que este Instituto continua no aguardo dos respectivos estudos ambientais, para análise e manifestação sobre requerimento de Licença de Operação do empreendimento em tela.

Atenciosamente,

DONIZETTI AURÉLIO DO CARMO
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

A Sua Excelência o Procurador da República,
ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS FILHO
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, 2365 – Corredor da Vitória
CEP: 40.080-002 – Salvador/BA.
FAX: (0XX71) 336 – 5687.

G:\DIAP02\OFICIO\SOBRAPRO.DOC

EW FRANCO

PROTOCOLO
DLQA/IBAMA
Nº 20100003180/03-87
Data: 02/04/2003
Recebido:

Fls 12
Proc. 3607/01
Rubr.

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CE-DMA -086-/2003

Recife, 31 de março de 2003

Ilmo. Sr.
Leozildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental do IBAMA
Av. L4 – Norte – Edf. Sede do IBAMA
Brasília – DF.
CEP: 70.818-900

Assunto: Solicitação da LO – UHE Sobradinho

Prezado Senhor:

Dando continuidade ao Processo de Licenciamento Ambiental dos empreendimentos da Chesf em operação, estamos encaminhando em anexo, para análise e apreciação, o Estudo Ambiental – EA da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

Agradecemos sua atenção, permanecendo à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Cavalcanti Furtado
Departamento de Meio Ambiente

Se ordem,
ao Dr. Jorge Luiz
8/4/03

ACG2/C
em 02.04.03

Ao Dr Paulo Ciente J. 11/04/2003

Dra Patricia

Dra Poliana ciente 28/04/03

Dra Tatiana ciente 11/4

Dr Quintanilha

Dra Luciana

Dr Júlio

Dra Juliana Kenina

Para analisar

Em, 9-4-2003

Jorge Luiz

Fls. 13
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

RENUMERAÇÃO DE AUTOS

Brasília, maio de 2003.

Por um equívoco, o ofício 258/2003 CGLIC/DILIQ/IBAMA, ao ser juntado ao processo, foi posicionado erroneamente no mesmo.

Desse modo, o ofício supracitado passará a constituir a página nº 14, destes autos de processo nº 02001.003607/01-94.

Jorge Luiz Britto Cunha Reis
Coordenador de Avaliação de Impactos e Riscos

BEST AVAILABLE COPY

Fls. 14
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO Nº 258 /2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 17 de abril de 2003.

Senhor Diretor,

Reportando-nos ao processo de Licenciamento Ambiental da UHE de Sobradinho/BA, **processo IBAMA nº 02001.003607/01-94,** vimos por meio deste solicitar que sejam providenciadas. cinco (05) cópias do Estudo Ambiental (EA), das quais quatro deverão ser encaminhadas ao protocolo do IBAMA/Sede e uma à Gerência Executiva do IBAMA no estado da Bahia, com envio de cópia do protocolo dessa Gerência ao IBAMA/Sede para confirmação de recebimento.

Atenciosamente,

Leozildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

A Sua Senhoria, o Senhor
Diretor do Departamento de Meio Ambiente da CHESF
Francisco José Maciel Lyra
Rua Delmiro Gouveia, 333 - BONGI
50.761-901 – Recife/PE
Fone:(0xx81) 229-2935 / 2212
FAX: (0xx81)229-2413

A:\Ofício Sobradinho.DOC lmt/llm

FAX TRANSMITIDO EM 22/04/03
ÀS 10:35 H
RESPONSÁVEL
FAX 81-3229-2413

EXEMPLAR

Chesf

Chesf-DEMG-0121/2011

Recife, 12 de setembro de 2011.

Ilmº.
Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
SCEN -Setor de Clubes Esportivos Norte -Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA.
70.818-900 – Brasília – DF

Assunto: Renovação da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga LO nº 510/2005 - Processo nº 02001.008472/99-58.

Referências: Ofício nº 122/2011 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 16/08/2011

Prezado Senhor,

No que diz respeito ao item "3" do Ofício em referência, *"solicito que seja enviado no prazo de 10 dias, cópia digital da correspondência DEMG 071/2009, do Relatório Final de Recuperação de Áreas Degradadas – UHE Itaparica 2009 e dos Relatórios de metodologias e ações implantadas do Plano de Ação Socioambiental – PAS"*, esclarecemos que:

- Foi protocolada no IBAMA, em 15/08/2011, a correspondência CE-DEMG-083/2011, que encaminha a proposta de implantação do Plano de Ação Socioambiental - PAS, com respectivo cronograma para atendimento às demandas das UHEs do São Francisco.

- A cópia digital da correspondência CE-DEMG 071/2009 foi enviada por e-mail no dia 09/09/2011. A cópia digital do anexo dessa correspondência (Relatório Final de Recuperação de Áreas Degradadas - UHE Itaparica) não pôde seguir por e-mail devido ao tamanho do arquivo. Juntamente com outros relatórios de programas ambientais (também remetidos anteriormente), está sendo enviado em anexo (DVD).

Atenciosamente,

Paulo Roberto M. Belchior
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: paulorb@chesf.gov.br

Ricardo J. Jucá Pimentel
Coordenador do Escritório de
Brasília - CBR

Chesf

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 02001.003813/03-10
Data: 24.04.03
Recebido:

Fls. 13
Proc. 3607/01
Rubr.

Fls. 15
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

CE-DMA -113/2003 **Recife, 22 de abril de 2003**

Ilmo. Sr.
Leozildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental do IBAMA
Av. L4 – Norte – Edf. Sede do IBAMA
Brasília – DF.
CEP: 70.818-900

Assunto: Processo IBAMA N° 02001.003607/01-94 - Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho
Ref.: Oficio N° 258/2003 - CGLI/DILIQ/IBAMA

Prezado Senhor:

Em atendimento ao Oficio em referência, estamos encaminhando, anexos, quatro (4) cópias do Estudo Ambiental – EA da Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Posteriormente, enviaremos cópia do protocolo da Gerência Executiva do IBAMA no estado da Bahia.

Colocamo-nos à disposição de V.Sª para quaisquer esclarecimentos adicionais;

Atenciosamente,

Francisco José Maciel Lyra
Departamento de Meio Ambiente

De ordem,
ao Sr. Jorge Luiz
25/4/03
CFP

Cátia Frota Parente
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental

Aco21c
em 24.04.03

A Dra Tatiana vinte 2/5

Dr Paulo

Dra Luciana

Para conhecimento e

anexar cópia a

Gerência do IBAMA/Bahia

Em, 2/5/2003

Jorge L. [illegible] Cunha Reis
Coordenador de Licenciamento
IBAMA/DLQA/COGEL

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 02001.004347/03-36
DATA: 07/05/03
RECEBIDO:

CE-DMA -126/2003

Recife, 30 de abril de 2003

Fls 16
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

Ilmo. Sr.
Leozildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental do IBAMA
Av. L4 – Norte – Edf. Sede do IBAMA
Brasília – DF.
CEP: 70.818-900

Assunto: Processo IBAMA N° 02001.003607/01-94 - Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho
Ref.: Oficio N° 258/2003 - CGLI/DILIQ/IBAMA

Prezado Senhor:

Em atendimento ao Oficio em referência, estamos encaminhando, anexo, cópia da **CE –DMA-114/2003** enviada a Gerência Executiva do IBAMA no estado da Bahia, conforme solicitado no ofício em referência.

Colocamo-nos à disposição de V.Sª para quaisquer esclarecimentos adicionais;

Atenciosamente,

Francisco José Maciel Lyra
Departamento de Meio Ambiente

- A Coord
Em 07/05/03
Claudia

Ilse Ordem,

Ao Dr. Jorge Luiz

09/5/03

Cátia Frota Parente

Coordenadora ... Ambiental

A Dra Luciana

Dra Tatiana

Para conhecimento

e anexar ao

processo.

Em, 13-5-2003

Jorge Luiz

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Fls 17
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

Recife, 22 de abril de 2003

D O C U M E N T O
02006.000929/03 4
DA/PROTOCOLO
DATA: 28/04/03

CE –DMA-114/2003

Ilmo. Sr.
Dr. Júlio César de Sá da Rocha
Gerente Executivo do Ibama no Estado da Bahia
IBAMA- BA
Avenida Juracy Magalhães Júnior, N° 608 - Rio Vermelho
41940-060 - Salvador - BA

Assunto: Processo IBAMA N° 02001.003607/01-94 - Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho

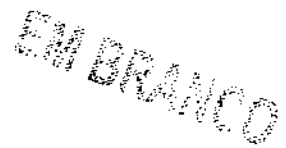
Prezado Senhor:

Em atendimento ao Oficio 258/2003-CGLIC / DILIQ / IBAMA (cópia anexa), datado de 17/04/2003, estamos encaminhando, anexo, uma (1) cópia do Estudo Ambiental – EA da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

Colocamo-nos à disposição de V.Sª para quaisquer esclarecimentos adicionais;

Atenciosamente,

Francisco José Maciel Lyra
Departamento de Meio Ambiente



Fls. 16
Proc. 3607/01
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Fls. 18
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

OFÍCIO N.º 290 /2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 5 de maio de 2003.

Senhor Diretor,

No âmbito do **processo nº 02001.003607/01-94**, correspondente ao Licenciamento Ambiental da Usina Hidroelétrica de Sobradinho, encaminhamos cópia do Estudo Ambiental (EA) para que este seja analisado por esse Centro.

Aproveitamos a oportunidade para informar que está sendo planejada uma vistoria à área do empreendimento ao final do mês de junho do corrente ano, em data a ser confirmada.

Atenciosamente,

Leozildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Ao Senhor Diretor
Ney Maron
Diretoria de Relatórios EIA/RIMA - DIRCO
CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS - CRA
Rua São Francisco, nº 01 - Mont Serrat
CEP: 40425-060 - Salvador - BA
Fone: (71) 310-14-00
Fax: (71) 310-15-15

C:\Meus documentos\Analistas Ambientais\Luciana\IBAMA\Sobradinho\OfencaminhamentoEA.DOC
LMT 05/05/2003

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Fls. 17
Proc 3607/01
Rub

Fls. 19
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

OFÍCIO N.º 291 /2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 5 de maio de 2003.

Senhor Procurador,

Reportando-nos ao processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidroelétrica de Sobradinho, protocolado neste Órgão sob número **02001.003607/01-94**, estamos encaminhando cópia do Estudo Ambiental para que o mesmo seja analisado por esta procuradoria.

Aproveitamos a oportunidade para informar que está sendo planejada uma vistoria à área do empreendimento ao final do mês de junho do corrente ano, em data a ser confirmada.

Atenciosamente,

Leozildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

A Sua Excelência o Procurador da Repúiblica,
Robério Nunes dos Anjos Filho
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, 2365 – corredor da Vitória
CEP: 40.080 – 002 – Salvador – BA
FAX: (71) 336-5687

C:\Meus documentos\Analistas Ambientais\Luciana\IBAMA\Sobradinho\OfencaminhamentoEA.DOC
LMT 05/05/2003

Fls 10
Proc. 02001.003607/01-96
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

MEMO 379 **/2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA**

Em. 30 de junho de 2003.

À: Gerência Executiva do IBAMA no Estado da Bahia.

Assunto: **Programação de vistoria técnica à UHE Sobradinho**.

Senhor Gerente,

1. No âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, no estado da Bahia, **Processo IBAMA nº 02001.003607/01-74,** convido técnicos dessa GEREX para participar de vistoria técnica à área do empreendimento a ser realizada entre os dias 14 e 18 de julho de 2003, com a seguinte programação:

- 14/07/2003 – Reunião com o empreendedor no período da tarde;
- 15/07/2003 – Sobrevôo ao reservatório, (a ser confirmado);
- 16/07/2003 – Vistoria a margem direita do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 17/07/2003 - Vistoria a margem esquerda do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 18/07/2003 – Reunião de encerramento.

2. Foi solicitado apoio logístico ao empreendedor, mas gostaria de contar com a sua colaboração no que se fizer necessário.

Atenciosamente.

Volney Zanardi Júnior
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

C/c. para o Núcleo de Licenciamento Ambiental da GEREX/BA.

FAX TRANSMITIDO EM:
1º / 7 / 2003
ÀS 14 : 45 H
RESPONSÁVEL:
veronica
FAX Nº: (71) 240-7913

Fls. 23
Proc. 02001.003607/01-94
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

OFÍCIO N.º 439 /2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 30 de junho de 2003.

Assunto: **Vistoria Técnica à UHE Sobradinho**

Senhor Diretor,

1. No âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, no estado da Bahia, **Processo IBAMA nº 02001.003607/01-74,** estou agendando vistoria técnica à área do empreendimento a ser realizada entre os dias **14** e 18 de julho de 2003.
2. Para tanto, sugiro a seguinte programação, solicitando o apoio logístico necessário:

- 14/07/2003 – chegada á Petrolina às **14**:00. Reunião com o empreendedor no período da tarde;
- 15/07/2003 – Sobrevôo ao reservatório;
- 16/07/2003 – vistoria a margem direita do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 17/07/2003 - vistoria a margem esquerda do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 18/07/2003 – reunião de encerramento. Volta à Brasília às 17:35.

3. Está prevista a ida de quatro técnicos do IBAMA-SEDE, e acompanhamento de técnicos da Gerência Executiva do IBAMA no Estado da Bahia, CRA e Ministério Público.

Atenciosamente,

Volney Zanardi Júnior
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

A Sua Senhoria, o Senhor,
Francisco José Maciel Lyra
Diretor do Departamento de Meio Ambiente da CHESF
Rua Delmiro Gouveia. 333 – BONGI
CEP: 50761-901 – Recife – PE
Fone: (81) 3229-2212
FAX: (81) 3229-2935

FAX TRANSMITIDO COM SUCESSO
12 7 03
14 30
Veronica
FAX (81) 3229-2935

Fls. 22
Proc. 02001.003607/01-74
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

OFÍCIO N.º 440 /2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 30 de junho de 2003.

Assunto: **Vistoria Técnica à UHE Sobradinho**

Senhor Procurador,

No âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, no estado da Bahia, **Processo IBAMA nº 02001.003607/01-74,** estou convidando técnicos do Ministério Público no Estado da Bahia para participar de vistoria técnica à área do empreendimento a ser realizada entre os dias 14 e 18 de julho de 2003, com a seguinte programação:

- 14/07/2003 – Reunião com o empreendedor no período da tarde;
- 15/07/2003 – Sobrevôo ao reservatório (a ser confirmado);
- 16/07/2003 – Vistoria à margem direita do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 17/07/2003 - Vistoria à margem esquerda do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 18/07/2003 – Reunião de encerramento.

Atenciosamente,

Volney Zanardi Júnior
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

A Sua Excelência o Senhor,
Robério Nunes dos Anjos Filho
Procurador da República no Estado da Bahia
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, 2365 – Corredor da Vitória
CEP: 40.080 – 0002 – Salvador – BA
FAX: (71) 336-5687

EMI BRANCO

Fls 23
Proc. 02001.003607/01-74
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

OFÍCIO N.º 441 /2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 30 de junho de 2003.

Assunto: **Vistoria Técnica à UHE Sobradinho**

Senhor Diretor,

No âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, no estado da Bahia, **Processo IBAMA nº 02001.003607/01-74,** estou convidando técnicos desse centro para participar de vistoria técnica à área do empreendimento a ser realizada entre os dias 14 e 18 de julho de 2003, com a seguinte programação:

- 14/07/2003 – Reunião com o empreendedor no período da tarde;
- 15/07/2003 – Sobrevôo ao reservatório (a ser confirmado);
- 16/07/2003 – Vistoria a margem direita do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 17/07/2003 - Vistoria a margem esquerda do reservatório utilizando barco e transporte terrestre;
- 18/07/2003 – Reunião de encerramento.

Atenciosamente,

Volney Zanardi Júnior
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

A Sua Senhoria, o Senhor,
Ney Maron
Diretoria de Relatórios EIA/RIMA – DIRCO
Centro de Recursos Ambientais – CRA
Rua São Francisco, nº01 – Mont Serrat
CEP: 40425 – 060 – Salvador – BA
Fone: (71) 310-14-00
FAX: (71) 310-15-15

FAX TRANSMITIDO EM:
1º 7 2003
14 35
FAX Nº: (71) 310 1515

Fls.: 24
Proc.: 360/01
Rubr.:

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

CE-DO-078/2003

Recife, 29 de dezembro de 2003

Ilmo. Sr.
Dr. Marcus Luiz Barroso Barros
MD Presidente do IBAMA
Brasília - DF

ASSUNTO: Redução de vazões no Rio São Francisco

REFERÊNCIA: CE CHESF DO- 069/2003, de 09/12/2003

Prezado Senhor,

Fazemos referência à correspondência em epígrafe e à Resolução Nº 434/2003 da ANA, emitida em função da atual situação energética da região Nordeste e de discussão com representantes de diversas entidades, inclusive do IBAMA, para informá-lo que já foram tomadas todas as medidas necessárias para possibilitar a redução das descargas de Sobradinho e Xingó para o patamar de 1.100 m^3/s, a partir da primeira semana de janeiro, conforme programação do ONS.

Estas vazões serão praticadas, em caráter provisório, até que se restabeleça o nível de energia armazenada no Sistema Equivalente do Nordeste, segundo estabelece a resolução acima citada.

Colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos considerados necessários, somos

Atenciosamente,

Cláudio de Araújo Lira
Chefe de Gabinete da D.O

p/ **Mozart Bandeira Arnaud**
Diretor de Operação

MMA - IBAMA
Documento
10100.007693/03-21
GABIN
Data: 30/12/03 Prazo:

MMA - IBAMA
Documento
10100.007693/03-21

En Blanco

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 20100000830/04-03
Data: 29/01/04
Recebido: Eliane

Fls.: 25
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico

CE -DO 004 – 2004 ONS – 100.180.003 - 2004

Recife, 26 de janeiro de 2004

Ilmo. Sr.
Dr. Nilvo Luiz Alves da Silva
MD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental – DILIQ - IBAMA
Brasília - DF

Assunto: Atendimento Energético a Região Nordeste e redução das vazões do rio São Francisco

Prezado Senhor,

Ratificando reunião ocorrida esta manhã nas instalações do IBAMA, entre este Instituto, a CHESF e o ONS, registramos as seguintes considerações:

1. A situação no Alto e Médio São Francisco, em que pese as chuvas da região, permanece dentro, ou mesmo abaixo, da normalidade para o período – a previsão é que a Afluência Natural a Sobradinho, em janeiro, seja em torno de 71% da MLT;

2. Está em desenvolvimento no sub-médio São Francisco a, até então, 3ª maior cheia do histórico, pico incremental de 4.800 m^3/s, podendo evoluir para valores mais altos em função das chuvas que ainda permanecem sobre a área. Pode, também, haver um repique de maior intensidade, dado que os açudes da região estão com maior armazenamento;

3. Mesmo com o volume de espera existente em Itaparica, hoje já ultrapassado, a permanência do quadro vigente, indica a necessidade de elevação de suas defluências, e por consequência do Complexo Paulo Afonso e de Xingó, sob pena de se perder flexibilidade na operação de Itaparica nos próximos dias. Destaca-se que poderá haver necessidade de rebaixamento do reservatório quando em cheias, dado o seu remanso sobre a cidade de Belém do São Francisco;

4. A afluência incremental no trecho Sobradinho/Juazeiro, registrada em 25/01, foi da ordem de 600 m^3/s, e há previsão de continuidade de precipitações. A jusante de Juazeiro os valores superam os 4.000 m^3/s;

À coic em
29/01/04
Eliane

À
coic
Dr. Marcus
30.01.04

De ordem, ao
Dr. Remy
Dra. Moara 2/2/04
Dr. Fábio
30/01/04

Fls.: 26
Proc.: 3607/01
Rubr.:

5. A redução das defluências de Sobradinho (para valores mínimos possíveis) poderá aliviar a situação dos ribeirinhos, permitirá armazenar água neste reservatório e ainda elevar a vazão turbinada no reservatório de Itaparica, otimizando o armazenamento do Reservatório Equivalente;

6. O estabelecimento de defluências mínimas de Sobradinho, de 1.100 m^3/s, conforme licença especial nº 001/2004 do IBAMA, visava a manutenção deste patamar no rio, objetivando atender às captações d'água para abastecimento humano e irrigação, evitar erosão nas margens e ao calado das embarcações – todas estas premissas estariam atendidas neste momento, mesmo com vazões bem inferiores a esta;

7. O acompanhamento das chuvas e das vazões a jusante é feito continuamente através da rede de postos disponível.

Diante do exposto, a CHESF e o ONS, solicitam de V.Sa. Licença para iniciar, de imediato, a prática de defluências de Sobradinho inferiores ao valor de 1.100 m3/s, quando ocorrerem vazões incrementais no trecho imediatamente a jusante que permitam a manutenção deste patamar no rio, conforme controle efetuado no posto de Juazeiro.

Atenciosamente,

p/ **Mozart Bandeira Arnaud**
Diretor de Operação da CHESF
Cláudio de Araújo Lima
Chefe de Gabinete da D. O.

p/ **Hermes Chipp**
Diretor do ONS

C/C **Luiz Felippe Kunz Júnior**
IBAMA – Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Fls.: 27
Proc.: 3607/0
Rubr.:

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

RELATÓRIO DE VISTORIA

Brasília, 11 de fevereiro de 2004.

Dos Técnicos: Fábio Murilo Tieghi Moreira – Analista Ambiental – Engº Florestal
Moara Menta Giasson – Analista Ambiental – Bióloga
Remy F. Toscano - Engenheiro Agrônomo

Período: 2 a 6 de fevereiro de 2004.

Ao: Coordenador de Licenciamento
Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo

Assunto: Vistoria técnica as UHE's Sobradinho, Luiz Gonzaga (Itaparica), Apolônio Sales (Moxotó), Paulo Afonso I, II, III e IV, em processo de regularização, e Xingó, localizadas no rio São Francisco.

Introdução

Este relatório tem por objetivo apresentar as observações da vistoria técnica realizada nas UHE's do rio São Francisco, de responsabilidade da CHESF, com o objetivo de verificar as condicionantes da Licença especial nº 01/2004, que autorizou a redução de vazão restituída no trecho entre as usinas de Sobradinho, Luiz Gonzaga, Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, Apolônio Sales e Xingó para 1100 m³/s, além de fornecer maiores subsídios para a condução do processo de licenciamento das UHE's de Sobradinho e Xingó

A vistoria teve a participação de técnicos do Ibama Sede, de Alagoas e de Sergipe, além do gerente e técnicos do Departamento de Meio Ambiente da CHESF. As situações descritas encontram-se documentadas no relatório fotográfico em anexo.

Vistoria

02.02.04 – A vistoria teve início com uma reunião na Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP/CHESF, onde foi acertada a programação e discutida a atual situação do licenciamento das usinas hoje em operação.

Specimen

Fls.: 28
Proc.: 3607/01
Rubr.:

No período da tarde foram visitadas as instalações das usinas de Paulo Afonso I, II e III, onde se observou o funcionamento das turbinas, geradores e sala de comando. Também foi visitado o local onde se situam as comportas de fundo do reservatório Delmiro Gouveia, que se encontravam abertas devido ao excessivo de volume de água, ocasionado por fortes chuvas no médio São Francisco. Por meio de um teleférico, observou-se a cachoeira de Paulo Afonso, visível somente em situações anormais de cheia, o curso natural do rio e as usinas do complexo Paulo Afonso. No mirante, observou-se a antiga usina de Anjiquinho (1908), restaurada pela empresa. Esta área é utilizada pela comunidade para turismo e lazer.

A empresa mantém em Paulo Afonso um viveiro de pequeno porte, que produz mudas de espécies exóticas ornamentais e frutíferas, utilizadas pela comunidade local. Neste local, foi observado um pequeno grupo de sagüis (Callitrix sp).

Na Estação de Piscicultura existente em Paulo Afonso, são desenvolvidos projetos visando atender piscicultores e repovoamento do São Francisco. Cabe ressaltar que, apesar do trabalho desenvolvido pela CHESF, se faz necessária uma maior intensificação na produção e repovoamento dos peixes existentes no médio e baixo São Francisco, com ênfase nas espécies nativas da bacia.

Dentre as espécies nativas reproduzidas na estação podemos destacar: Pacamã, Surubim, Dourado, Curimatã, Piau verdadeiro, entre outros. São ainda reproduzidas espécies de peixes exóticas como tilápias e carpas, com objetivo de atender os piscicultores da região, sendo que a criação dessas espécies mostra-se rentável e de grande demanda atendendo ao mercado regional e exterior.

Ressalta-se que para uma produção mais intensiva de espécies nativas de peixes do rio São Francisco, para repovoar o rio e aumentar a diversidade, a pesca esportiva e artesanal na região, é necessário um maior investimento nas instalações existentes, bem como a criação de novas estações próximas aos demais reservatórios da empresa.

03.02 – A vistoria iniciou pela cidade de Piranhas/AL, recentemente tombada pelo patrimônio histórico nacional, devido à ação da CHESF. Foi construído, pela empresa, o Museu de Xingó, que abriga várias peças que contam a história da ocupação do baixo e médio São Francisco. Com relação ao desenvolvimento da cidade de Piranhas, este se deu fora da área tombada, com a implantação dos acampamentos da CHESF na época da construção da UHE Xingó, conhecida hoje como Piranhas Nova.

No mesmo dia, o coordenador do Instituto Xingó (apoiado pela CHESF) apresentou as diretrizes de ação do instituto, dentre as quais podemos citar: estudos e pesquisas em aqüicultura, educação ambiental, apicultura, energia alternativa e biodiversidade da caatinga. O gerente do DMA/CHESF apresentou algumas das ações ambientais propostas pela empresa, tais como a implantação do CESTA – Centro de Estudos e Trabalho Ambiental em Paulo Afonso.

Realizou-se, ainda, vistoria por barco no reservatório da UHE Xingó, onde se constatou o bom estado de conservação da vegetação na área de preservação permanente. Notou-se a crescente implantação de tanques-rede, com espécies exóticas, principalmente as tilápias, e algumas invasões pontuais por habitações nas

Fls.: 29
Proc.: 3607/01
Rubr.:

margens. Este fato deve ser levado em consideração nos futuros programas de monitoramento e zoneamento da ocupação e uso do entorno do reservatório, procurando disciplinar o uso dos recursos de forma a garantir a preservação da fauna e flora remanescente na região.

04.02 – Foi realizado sobrevôo nos reservatórios do Complexo Paulo Afonso, Luiz Gonzaga, Apolônio Sales e Xingó. Observou-se ampla ocupação das margens do reservatório Delmiro Gouveia e Luiz Gonzaga, com a presença de alguns fragmentos preservados, de maior porte, afastados da margem. Os bancos de macrófitas identificados estão mais concentrados no reservatório de Delmiro Gouveia, mas são pouco significativos devido ao carreamento ocorrido com a abertura do vertedouro. Mesmo pequenos, os bancos de macrófitas estão presentes em todos os reservatórios e, em situação favorável – grande aporte de matéria orgânica, alta temperatura, ... – podem vir a ter seu crescimento aumentado, devendo ser objeto de monitoramento. Foi observada a sede da empresa AAT International, localizada na margem do reservatório Delmiro Gouveia, onde ocorreu recentemente um incidente que levou à mortandade de 550 toneladas de peixes, devido ao bloqueio na captação de água, por macrófitas aquáticas. A CHESF informou que encaminhou denúncia ao órgão ambiental responsável, e está aguardando as devidas providências. No sobrevôo sobre o reservatório de Xingó, constatou-se que a área do entorno encontra-se em bom estado de preservação, com algumas áreas ocupadas com cultivos agrícolas e habitações.

A área proposta pela CHESF para a criação da unidade de conservação encontra-se bem preservada e com continuidade entre os fragmentos florestais, principalmente na área dentro do Estado de Sergipe. Esta região apresenta um grande potencial para o turismo ecológico e de aventura em função da presença de Cânion.

Foi vistoriado, ainda, o viveiro (sementeira) da CHESF em Piranhas, destinado ao fornecimento de mudas utilizadas na recuperação das áreas degradadas pelo empreendimento, para doações a prefeituras, escolas e produtores da região. São produzidas, aproximadamente, sessenta espécies de plantas nativas do bioma caatinga e poucas exóticas frutíferas, e destinadas a alimentação animal. Segundo a empresa, são produzidas anualmente 250.000 mudas, sendo que o uso das mudas doadas é acompanhado pelos técnicos da empresa, que prestam auxilio técnico aos produtores. Este é o único viveiro especializado na obtenção de mudas de espécies da caatinga, segundo a CHESF, e produz mudas para a recuperação de áreas degradadas de linhas de transmissão e de outras usinas da empresa, localizados no mesmo bioma.

Ainda nesse dia, foram visitados alguns projetos de irrigação apoiados pela CHESF, localizados no entorno do reservatório de Luiz Gonzaga (Itaparica). Esses projetos captam água do reservatório e a utilizam para a produção agrícola, com ênfase na produção de frutas (coco, banana, uva, etc), que são comercializadas nos mercados interno e externo. Os produtores locais se associam em cooperativas, as quais fornecem assistência técnica, em associação com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, para esses produtores. Foram utilizados dois modelos de assentamento, um com propriedades individuais com

Fls.: 20
Proc.: 3607/01
Rubr.:

áreas variando de 2 a 8 hectares, e o modelo de agrovilas, onde as áreas de cultivo são dissociadas das áreas residenciais, sendo a área máxima de cada propriedade de até 2 hectares.

05.02 – Realizou-se sobrevôo abrangendo o trecho do reservatório de Luiz Gonzaga até a montante do eixo do reservatório de Sobradinho, na altura da cidade de Casa Nova/BA. No sobrevôo, pode-se verificar a intensa ocupação das margens do reservatório, com atividades agropecuárias e moradias, desde as cidades de Curaçá/BA e Belém do São Francisco, aproximadamente a 90 km a jusante do eixo do reservatório de Sobradinho. Notou-se a presença de ilhas e praias, com ausência de vegetação nas suas margens, provavelmente devido a constante alteração no nível do reservatório. Ressalta-se que essa dinâmica de ocupação das margens do reservatório induz ao processo de assoreamento do mesmo, que atualmente apesar das grandes chuvas ocorridas na região, encontra-se com cerca de 31% do seu volume útil.

Na cidade de Sobradinho, vistoriou-se a área do antigo viveiro da CHESF, que hoje é administrado por particulares. A empresa manifestou interesse em reativar esse viveiro nos moldes do existente em Xingó, servindo como base de fornecimento de mudas para os trabalhos de recomposição da vegetação a serem desenvolvidos na região.

Conclusão

Com base na vistoria técnica realizada nas hidrelétricas da CHESF no Rio São Francisco, pode-se concluir que:

- A vazão a jusante da UHE de Sobradinho encontrava-se no período da vistoria acima do valor estabelecido pela Licença Especial nº 01/2004, devido ao grande volume afluente originado pelas fortes chuvas ocorridas na região.

- É necessária uma maior intensificação na produção e repovoamento dos peixes existentes na bacia do médio e baixo São Francisco, com ênfase nas espécies nativas da bacia, com investimento nas instalações existentes e a criação de novas estações.

- A CHESF deve criar mecanismos para a revitalização dos viveiros existentes e a criação de novas unidades, visando aumentar a produção de mudas, com ênfase nas espécies nativas que serão utilizadas na recomposição da vegetação no entorno dos reservatórios e em programas sócio - ambientais desenvolvidos na região.

- Para garantir a preservação da fauna e flora remanescentes da região, é recomendável que a empresa desenvolva um trabalho de zoneamento de uso e ocupação das áreas dos reservatórios e entorno, contemplando as atividades atualmente existentes nas áreas, buscando ordenar o uso e preservação dos recursos existentes.

Fls.: 31
Proc.: 3607/01
Rubr.:

À consideração superior,

Fábio Murilo Tieghi Moreira
Analista Ambiental
Matrícula n°1364622

Moara Menta Giasson
Analista Ambiental
Matrícula nº 1364672

Remy F. Toscano Neto
Engenheiro Agrônomo
CREA 9375 D/DF

CIENTE,

EM 11.02.04

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

UTILIZAR AS SUGESTÕES NA ANÁLISE A SER PROCEDIDA P/A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DESTAS USINAS.

EM BRANCO

Fls.: 32
Proc.: 3607/01
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO nº 173 /2004 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 20 de fevereiro de 2004.

A Sua Senhoria, o Senhor
MOZART BANDEIRA ARNAUD
Diretor de Operação da CHESF
Rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi
CEP: 50761-901 - Recife - PE
Fax: (81) 32292413

Senhor Diretor,

1. Reportando-me ao Ofício datado de 04/02/2004, Ref. CE-DO-007/2004, no tocante à manutenção de descargas de 1100m³/s, a partir da UHE Sobradinho, a qual poderia ser flexibilizada nos valores de defluência, uma vez que o período chuvoso vem proporcionando contribuições significativas dos tributários no trecho que compreende a referida UHE e a cidade de Juazeiro/BA. Informo que este Instituto nada tem a obstar desde que tal procedimento seja adotado durante o período chuvoso, sendo encaminhado ao IBAMA relatórios quinzenais com as vazões defluentes no período pela UHE de Sobradinho e afluente na UHE Xingó.

Atenciosamente,

Luiz Felippe Kunz Júnior
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
20 / 02 / 04
ÀS 15 : 30 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº:

Fls.: 33
Proc.: 3607/01
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

NOTA INFORMATIVA nº 16/2004

Assunto: Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho
Processo IBAMA/Sede: 02001.003607/01-94
Data: 18/02/2004
Empreendedor: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

1. Características Principais:

- **O empreendimento:**

A Usina Hidrelétrica de Sobradinho está situada no Estado da Bahia, no rio São Francisco a cerca de 748 Km de sua foz. A potência instalada é de 1050,3 MW, com um reservatório de 4214 Km².

O empreendimento encontra-se em processo de regularização ambiental.

2. Status do Licenciamento:

- A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf requereu a obtenção da Licença de Operação em 30.05.01.
- O Ministério Público Federal – Procuradoria da República na Bahia encaminhou o OF.Nº 1054/2001, em 31.07.01, requisitando informações atualizadas acerca do licenciamento ambiental da usina.
- O Ibama informou, por meio do OFÍCIO Nº268/2001 – IBAMA/Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental, que havia recebido o requerimento, juntamente com o documento denominado Características Gerais do empreendimento e que aguardava o encaminhamento dos Estudos Ambientais.
- A Chesf encaminhou o Estudo Ambiental - EA em 24.04.03, por meio do documento CE-DMA-113/2003. O documento está sendo analisado.
- Em 29.12.03, a Chesf encaminhou o documento CE-DO-078/2003 informando sobre a redução das descargas de Sobradinho e Xingó para o patamar de 1100m³/s a partir da primeira semana de janeiro de 2004.

EM BRANCO

- A Chesf solicitou, por meio do documento CE-DO 004-2004 DE 26.01.04, Licença para iniciar a prática de defluências de Sobradinho inferiores ao valor de 1.100 m³/s, dada a situação existente no alto e médio São Francisco.

- O Ibama concedeu à Chesf, em 16.01.04, a Licença Especial N.º 001/2004 para reduzir em caráter emergencial a vazão do rio São Francisco a partir da UHE Sobradinho, Complexo Hidrelétrico Paulo Afonso e UHE Xingó, para 1100m³/s.

- Técnicos do Ibama realizaram vistoria entre os dias 2 e 6 de fevereiro de 2004 na UHE Sobradinho e emitiram Relatório de Vistoria com algumas recomendações à Chesf.

Fls.: 34
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Fls.: 35
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

PARECER Nº /2004 –COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 23 de fevereiro de 2004.

Dos Técnicos: Érika Klen Panquestor – Geógrafa
Luciana Miyahara Teixeira – Geóloga
Moara Menta Giasson – Bióloga
George Holanda de Queiroz – Engenheiro Civil

Ao: Coordenador de Licenciamento
Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo

Assunto: Análise Técnica do Estudo Ambiental da UHE de Sobradinho

Processo: 02001.003607/01-94

I - INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico tem por objetivo analisar o Estudo Ambiental - EA apresentado pela CHESF, visando a emissão de Licença de Operação - LO, para a regularização da UHE de Sobradinho, em conformidade com os critérios e procedimentos previstos nas Resoluções CONAMA nº 237/97, nº 001/86 e em especial a nº 006/87 (Artigo 12, parágrafos 4º e 5º).

O reservatório, localizado no Estado da Bahia (abrangendo os municípios de Sobradinho, Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova), na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, é o maior lago artificial da América Latina e o terceiro maior do mundo. À montante, localizam-se os municípios de Xique-Xique e Barra; e à jusante os municípios de Juazeiro e de Petrolina (este último, no Estado de Pernambuco).

A Usina de Sobradinho, de responsabilidade da *Companhia Hidro Elétrica do São Francisco* – CHESF (controlada pela *Centrais Elétricas Brasileiras* - ELETROBRÁS), teve sua construção iniciada em junho de 1973, entrando em operação no último trimestre de 1979. Em sua configuração final (cota 392,50 m), compreende uma potência instalada de 1.050.300 KW, com um lago de 4.214 km^2 (até 5.150 km^2 de superfície). O projeto original previa um reservatório de regularização plurianual que aumentasse as vazões mínimas garantidas do Rio São Francisco em épocas de estiagem, viabilizando o aproveitamento hidroelétrico do Complexo de Paulo Afonso.

II – HISTÓRICO

Em 19/06/2001, a CHESF encaminhou (CR-DMA-0211/2001, de 12/06/01) requerimento da LO com as "Características Gerais da UHE Sobradinho". Foi constituído o processo 02001.003607/01-94.

Em 02/04/2003, a CHESF enviou ao IBAMA o Estudo Ambiental – EA do empreendimento (Ofício CE-DMA-086-/2003, de 31/03/03).

Em Branco

Fls.: 36
Proc.: 360701
Rubr.:

Em 05/05/2003, o IBAMA encaminhou cópias do EA, para análise do Centro de Recursos Ambientais – CRA (Ofício Nº 290/2003-CGLIC/DILIQ/IBAMA) e para a Procuradoria da República no Estado da Bahia (Ofício Nº 291/2003-CGLIC/DILIQ/IBAMA), comunicando também o planejamento de vistoria.

III – CARACTERIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA E DO EMPREENDIMENTO

O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, e percorre uma extensão de 3.200 km até a sua foz em Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE. A Bacia Hidrográfica possui uma área 640.000 km^2 e uma população da ordem de 14 milhões de pessoas, predominantemente urbana, abrangendo áreas das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, distribuídas pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe . Além da sua importância histórico-cultural, do grande potencial mineral, da produção agro-pecuária (com 330.000 ha de áreas irrigadas) e da importância dos recursos naturais para a população do semi-árido nordestino, o vale do São Francisco desponta com significativa contribuição para o potencial hídrico e hidroelétrico disponível no país. Em relação à capacidade de acumulação de águas superficiais do Nordeste, estima-se que o São Francisco e os reservatórios instalados contribuam com 50,9 dos 85,1 bilhões de m^3 de água atualmente disponíveis. As usinas hidroelétricas do vale do São Francisco (vide - **Quadro 1**) representam 17% de todo o potencial hidroelétrico, ou 10.369 MW, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Quadro 1 – Hidrelétricas do Rio São Francisco:

Usinas	Entrada em operação	Potência	Responsável
Piloto	1949	2000	CHESF
Paulo Afonso	1954	180001	CHESF
Paulo Afonso II	1961	443000	CHESF
Paulo Afonso III	1971	794200	CHESF
Apolônio Sales / Moxotó	1977	400000	CHESF
Paulo Afonso IV	1979	2462400	CHESF
Sobradinho	1979	1050300	CHESF
Luiz Gonzaga / Itaparica	1988	1479600	CHESF
Xingó	1994	3162000	CHESF
Três Marias	1962	396000	CEMIG – MG
TOTAL	-	10369501 **(10.369MW)**	-

(fonte: ANEEL, in: Velho Chico – Patrimônio Mundial, IBAMA, junho/2002).

Cabe mencionar que os demais empreendimentos de geração da CHESF, já existentes na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, também são objeto de regularização ambiental.

A UHE de Sobradinho está localizada no trecho do Médio São Francisco (Longitude: 40°50'-Oeste e Latitude: 9°35'-Sul) e dista cerca de 40 Km das cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, 520 Km de Salvador (acesso pelas BR's 324/407/210) e 860 Km de Recife (acesso pelas BR's 232/428/210).

EL PRADO

Fls.: 37
Proc.: 3607/01
Rubr.:

A navegação no trecho compreendido entre as cidades de Pirapora/MG e Petrolina/PE é garantida através de uma eclusa, atualmente operada pela Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA, que permite às embarcações vencerem o desnível (máximo) de 32,5 m criado pela barragem do reservatório de Sobradinho.

O reservatório possui uma área total de 4.214 km^2, cerca de 320 Km de extensão e capacidade de acumulação de 34,1 bilhões de m^3 de água, compreendendo uma barragem de 8,5 km de comprimento total, vertedouro de superfície, descarregador de fundo e tomada d'água com capacidade de até 25 m^3/s para alimentação de projetos de irrigação na região.

A UHE possui capacidade instalada de 1.050 MW geradas em 6 unidades, com vazão regularizada de 2.060 m^3/s (garantida no período de estiagem, juntamente com o reservatório de Três Marias /CEMIG e suficiente para a operação de todas as usinas da CHESF situadas ao longo do Rio São Francisco).

A energia é disponibilizada através de uma subestação elevadora com 9 transformadores, que elevam a tensão de 13,8kV para 500 kV e da subestação seccionadora de Sobradinho 500/230 kV, de onde partem 2 circuitos em 500 kV para Itaparica/Paulo Afonso e 1 circuito em 230 kV que abastece todo o Sudoeste do Estado da Bahia, partindo de Juazeiro até Barreiras/BA.

No EA apresentado (item 4) descrevem-se, sucintamente, as principais interferências à montante e à jusante do reservatório e as condições de operação da UHE Sobradinho, cujo planejamento é coordenado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Conforme o EA, o reservatório permite o controle de quase 100% das vazões afluentes do Médio São Francisco, havendo necessidade de "uma coordenação hidroenergética da cascata a nível semanal/mensal/plurianual, com as usinas situadas à jusante: Itaparica, Complexo Paulo Afonso, Moxotó e Xingó".

IV– ANÁLISE

O Estudo Ambiental descreve a área onde o empreendimento está inserido, estabelecendo suas áreas de influência direta (AID) e indireta (AII), abordando as características dos meios físicos, bióticos e antrópicos ("Meio Socioeconômico e Cultural"). A AID foi definida no EA como uma faixa marginal de 2 km de largura, em relação ao reservatório, na cota normal de 392,5 m, (conforme Figura 4, fl. 27 do EA).

Para a AII, foi considerada a região definida pela faixa marginal do reservatório, numa extensão de 10 km, para os meios físico e biótico. Para o "Meio Socioeconômico e Cultural", foram considerados os limites dos municípios que margeiam o lago desde a barragem até Barra, a saber: Juazeiro, Sobradinho, Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Barra, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova (conforme Figura 5, fl. 28 do EA).

Na delimitação da área de influência do empreendimento, foram considerados os dados e informações disponíveis para a elaboração dos levantamentos realizados na elaboração do EA, consoante a metodologia descrita (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 1997; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Projeto RADAMBRASIL – 1983; Reconhecimento de Solos do Estado da Bahia – 1979; Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM - mapeamentos do Projeto São Francisco; interpretação de imagem 04/09/99 do Satélite LANDSAT 5 para classificação da vegetação e uso do solo; entrevistas diversas; vistorias e sobrevôos, além de registros fotográficos apresentados em Fichas de Campo dos dias 10 e 11 de fevereiro de 2003). Foram elaborados mapas temáticos nas escalas 1:250.000 ou 1:300.000, apresentando a situação político-administrativa, a hidrografia, a geologia, a classificação de solos e a vegetação / uso do solo da região do reservatório.

Fls.: 38
Proc.: 3607/01
Rubr.:

A AID deve definir a área diretamente afetada pela implantação e, especialmente, pela operação do empreendimento, apresentando os mapas uma escala compatível para o necessário nível de detalhamento e o esclarecimento de dúvidas quanto aos problemas ambientais mais relevantes. Portanto, considera-se necessário um melhor detalhamento dos mapas, a exemplo dos mapas de hidrografia e de uso do solo. O EA menciona diversos tipos de problemas relacionados ao uso e ocupação das margens do reservatório, os "passivos ambientais", incluindo ocupações na faixa de inundação do reservatório – não delimitada claramente, fontes de poluição e outros aspectos. Menciona ainda que: "a região do Lago, propriamente dito, encontra-se hoje com 40% do seu volume total de águas (fevereiro de 2003: cota 386,5m)", sendo a cota máxima do reservatório de 393,5m (cota do coroamento das barragens = 397,5m). O detalhamento destas informações e a locação cartográfica em uma escala apropriada proporcionarão ao empreendedor e ao órgão ambiental um melhor planejamento e acompanhamento das ações a serem executadas.

Quanto a AII, cabe observar que não foi apresentada justificativa para a não inclusão do município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, considerando-se que áreas deste município também ficam localizadas junto à barragem e na faixa de 10 km do reservatório, bem como de áreas à jusante do reservatório que são beneficiadas por projetos de irrigação e/ou eventualmente sujeitas a outros impactos decorrentes da operação deste empreendimento (considerando inclusive eventuais conflitos de uso da água no Médio São Francisco). No processo de licenciamento ambiental do canal adutor da "Serra da Batateira", de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Sobradinho (Processo N° 02006.001759/2002-93), menciona-se, por exemplo, o fornecimento de água para irrigação (Projeto Nilo Coelho, no Município de Petrolina, PE) como um dos três principais objetivos do lago de Sobradinho, voltados para o desenvolvimento do Nordeste. Também são mencionadas as modificações do quadro social e econômico da região - decorrentes da construção da barragem, com a relocação de 72 mil pessoas das margens do São Francisco; formação das Vilas Santana, São Francisco e São Joaquim; fomento à vinda de famílias de todo o Nordeste; desemprego de mais de 10 mil chefes de família após a conclusão das obras em maio/1981; problemas fundiários decorrentes da ocupação de terras devolutas; pouco incentivo a projetos agropecuários e falta de assistência a projetos comunitários. Portanto, a AII deverá ser redefinida, considerando que a mesma é aquela real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da operação, abrangendo as bacias e sub-bacias hidrográficas e as possíveis interferências e sinergias com outras usinas existentes na mesma divisão de queda e os aspectos abrangentes dos meios físico, biótico e sócio-econômico.

4.1. Meio Biótico

A vegetação da região é a Caatinga – principalmente a hiperxerófila, característica do semi-árido nordestino. São descritas brevemente no estudo, as sub-formações caatinga arbustiva, caatinga arbustiva-arbórea e caatinga de aluvião, ilustradas por fotos das espécies características. São citados, também, brejos com vegetação típica não contemplados no mapa de vegetação e uso do solo, que possui baixo nível de detalhamento – escala de 1:250000 – principalmente se considerarmos a AID. Não há uma lista de espécies nem informações claras sobre o status de conservação da vegetação.

Para a fauna terrestre, é apresentada uma lista baseada em parcos dados secundários (referências bibliográficas), que não levam em conta a presença da UHE naquele ambiente. Na lista, constam várias espécies ameaçadas, e provavelmente extintas naquela região, como os felinos de médio e grande porte. São citados alguns animais de interesse cinegético, bem como algumas áreas (lagoas, brejos e uma reserva biológica) interessantes para a conservação da fauna. Essas e outras áreas deveriam ter sido efetivamente estudadas para o diagnóstico da atual situação de conservação das

EN BLANCO

Fls.: 39
Proc.: 360/01
Rubr.:

margens do reservatório e de possíveis impactos gerados quando da construção da UHE. È provável que muitas dessas áreas sejam APP's e estejam sofrendo processo de antropização.

A fauna ictiológica da bacia do rio São Francisco é descrita como pobre em relação a outras bacias hidrográficas, contando com 139 espécies, das quais 15 têm importância comercial. É citada a presença de "certo grau de endemismo" sem explicitar qualitativa e quantitativamente este dado. As espécies comerciais, exóticas e nativas de outras bacias são apresentadas em uma lista com os nomes vulgares e científicos e a situação do estoque. Ressaltamos que não é informada a fonte ou a atualização destes dados, além de não contemplarem o restante das espécies (116 spp), inclusive as endêmicas, raras e ameaçadas. O estudo menciona a ocorrência de ondas superiores a um metro de altura, que dificultam a navegação de pequenas embarcações pesqueiras. Também cita a presença de macrófitas "relativamente abundantes", sem precisar as espécies. Os dados sobre a pesca são de 1987, o que não reflete, necessariamente, a atual situação.

Foi identificada a presença de apenas uma unidade de conservação, a APA estadual Dunas e Veredas do Médio/Baixo São Francisco, criada em 18.07.1997. Porém, na pág 45 do EA, é citada uma reserva biológica próxima à localidade de Remanso, no município de Casa Nova. Essa região de dunas é considerada de extrema importância para conservação da biodiversidade, pois se trata de uma formação peculiar e pouco conhecida pela ciência.

É necessário ressaltar que a metodologia utilizada para a obtenção dos dados de flora e fauna não é apresentada, e que as referências bibliográficas estão desatualizadas, ou não refletem as peculiaridades regionais. A fauna aquática não ictiológica foi ignorada, assim como não são apresentados dados sobre a qualidade da água do reservatório e seus contribuintes. Portanto, considera-se que as informações contidas no estudo são insuficientes e/ou não mostram a atual situação do componente biótico local.

4.2. Meio Físico

O Estudo inicia a caracterização do Meio Físico através do clima, que foi classificado como sendo semi-árido quente com 7 a 8 meses de seca. A precipitação anual de 400 – 700mm ocorre principalmente de novembro a abril, com o período seco se estendendo de maio a agosto, podendo se prolongar até outubro. A temperatura média no mês mais frio é superior a 18°C e as médias anuais não ultrapassam 27°C.

A região onde está situada a UHE Sobradinho apresenta embasamento constituído pelas rochas do *Complexo Caraíba – Paramirim* (migmatitos, granulitos, leptinitos, kinzigitos e lentes concordantes de quartzitos, rochas calcissilicáticas e anfibolitos) e rochas da *Suíte Granitóide Tipo Cansanção – Tanquinho* (biotita – granitos, granito a duas micas, hornblenda – biotita granito, adamelitos e granodioritos), que estão recobertas pelos metassedimentos (conglomerados, arenitos, quartzitos, siltitos, folhelhos, etc) do *Grupo Chapada Diamantina e Supergrupo São Francisco*.

Sobre esse arcabouço pré-cambriano são encontradas rochas mais recentes representadas por *Coberturas Detríticas*, unidade arenosa, de granulação média e geralmente subarredondados do Terciário – Quaternário; *Depósitos Eólicos Continentais* representados por sedimentos arenosos inconsolidados de idade Pleistocênica que constituem dunas estáveis, cobertas por vegetação arbustiva que impede a movimentação eólica; e *Depósitos Aluviais*, areia fina com intercalações de argila e matéria orgânica em decomposição, que ocorrem associados ao leito do rio São Francisco e seus tributários.

Conforme o Estudo, no entorno do Lago de Sobradinho foram identificadas três unidades geomorfológicas: *Pediplano Sertanejo*, que é uma região de formas planas, que se estende desde as margens da barragem até o interior, sendo constituído, essencialmente, por rochas do Pré-

EN BLANCO

Fls.: 40
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Cambriano. Uma característica marcante desta unidade é a formação de pequenas lagoas após o deplecionamento do reservatório. *Os Planaltos e Serras* são blocos planálticos resultantes de processos de falhamentos, e formato tabular em seu topo, com características geomorfológicas de mesas. Desenvolvem-se basicamente sobre rochas do Grupo Chapada Diamantina. A região das *Dunas* constitui-se numa extensa área de relevo plano a suavemente ondulado coberto por dunas que seguem uma orientação leste-oeste desde Casa Nova até o trecho do rio São Francisco a montante do reservatório. Encontra-se em quase toda a sua totalidade na margem esquerda do reservatório. Essa região encontra-se bem conservada, com poucos sinais de ocupação humana, notadamente algumas vilas na beira do reservatório.

Embora as dunas estejam estabilizadas pela presença de vegetação, e com poucos sinais de ocupação humana, o estudo afirma que *as mesmas são altamente instáveis, em função da mobilidade das areias, principalmente nos locais onde não há vegetação*. Deste modo, torna-se necessário um estudo mais detalhado sobre o campo de dunas encontrado no entorno do reservatório, ressaltando aspectos como ocupação humana, desmatamento, e re-mobilização das mesmas devido à atuação antrópica.

As regiões em estudo apresentam solos salinos e rasos, preferencialmente, decorrentes do tipo da rocha matriz e do clima seco. Foram reconhecidos os seguintes tipos de solo na região: litólicos, podzólicos, podzólicos eutróficos, latossolos, vertissolos, aluviais, planossolos, areias quartzosas, solos brunos não cálcicos, solos halomorficos e regossolo.

Um fato marcante no Estudo Ambiental é a ausência de dados sobre a hidrologia, hidrogeologia e qualidade de água nas AID e AII. O EA considera que o Rio São Francisco é o único rio perene da região, sendo os principais afluentes, localizados à montante do reservatório os rios: Paracatu, Urucuaia, Velhas (no estado de Minas Gerais), Carinhanha, Corrente e Grande (no estado da Bahia).

Este reservatório apresenta uso múltiplo, com sua água sendo utilizada na manutenção de um fluxo mínimo à jusante, o que permite o funcionamento das UHE's do Complexo de Paulo Afonso; para o abastecimento de diversas comunidades e projetos de irrigação, criação de peixes (sistema de tanque – rede) encontrados nas margens do reservatório. Neste contexto é de fundamental importância que seja realizado estudo detalhado da bacia hidrográfica, água subterrânea e, principalmente, sobre a qualidade da água do reservatório, ainda mais que, em sobrevôo realizado na região, constatou-se que a mesma possuía cor esverdeada, sugerindo processo de eutrofização.

4.3. Meio Sócio-Econômico

A metodologia aplicada para o desenvolvimento do Estudo Ambiental da UHE Sobradinho, partiu do desenvolvimento de um diagnóstico baseado na análise qualitativa fundamentada nas entrevistas e observações realizadas nos municípios.

Segundo o Estudo Ambiental, foram realizadas visitas a cinco municípios e treze núcleos, nas duas margens do reservatório. Foram realizados registros fotográficos e entrevistas. O diagnóstico consistiu no levantamento das principais características dos municípios nos aspectos socioeconômicos e socioculturais, e os dados secundários foram levantados junto às prefeituras, SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A área de influência direta (AID) do empreendimento em questão mantém-se a faixa marginal de 2 km de largura, em relação ao reservatório de Sobradinho, considerando que nessa faixa ocorreram e ocorrem os impactos diretos de maior significado.

EM BRANCO

Fls.: 41
Proc.: 3607/01
Rubr.:

A área de influência indireta (AII) do empreendimento situa-se nos limites dos municípios que margeiam o lago desde a barragem até a Barra e Sento Sé. Essa decisão tem por base o tratamento agregado em termos de município.

- **Caracterização:**

Nas áreas de influência da UHE Sobradinho, estão localizados os municípios de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Xique-Xique, que sofrem influência direta deste empreendimento. Conforme o Estudo Ambiental, os municípios não conseguem suprir as demandas de suas populações e não há uma articulação dinâmica da economia com os segmentos da sociedade, em condições de contribuir no processo de desenvolvimento local. É importante salientar que as bases econômicas dos municípios localizados na área de influência da UHE Sobradinho não possuem políticas públicas que atendam às demandas sociais.

Conforme o estudo apresentado, a base produtiva dos municípios da AI do empreendimento, apresentam características de fragilidade, necessitando de incremento por meio da implantação de programas direcionados a um desenvolvimento local sustentável.

Quanto às atividades primárias e secundárias, o estudo Ambiental não apresentou informações suficientes a respeito de cada município, o que torna a análise deficiente.

As áreas onde se localizam os municípios em estudo são compostas por zonas de pecuária extensiva com atividades agrícolas limitadas, tendo as atividades de bovinocultura de corte, ovinocultura e caprinocultura, pastagens cultivadas e naturais, culturas de milho, feijão e mandioca como de maior destaque na AI.

Os sistemas de produção utilizados na região são camponês agropecuário diversificado, sistema pecuário extensivo em grandes propriedades e sistema de subsistência. Esses sistemas de produção não foram classificados conforme os municípios da AI.

Quanto aos aspectos agrícolas, pecuaristas e pesqueiros da região, os mesmos foram assim descritos:

- **Agricultura:**

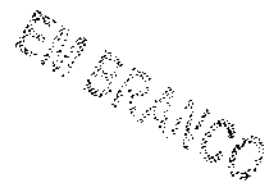
Conforme o estudo apresentado, nas margens do lago da UHE, encontram-se vários projetos de irrigação, sendo que, alguns deles pertencem aos reassentados dos povoados que foram inundados, e outros pertencentes a particulares e a grandes empresas agrícolas.

- **Pecuária:**

A pecuária praticada nas áreas de influência é realizada de forma extensiva. Nos municípios de Pilão Arcado, Remanso e Sobradinho, a prática dessa atividade é destaque.

A caprinocultura e ovinocultura são as atividades de maior expressão na região, principalmente por se tratar de animais mais resistentes às secas prolongadas e à falta de alimentação protéica.

Os pecuaristas que possuem um maior poder aquisitivo ou algum financiamento, conforme estudo apresentado, criam seus rebanhos em regime de confinamento, complementando a alimentação dos animais com ração balanceada. Alguns possuem pastos irrigados, com produção de capim-elefante.


Ed Bravo

Fls.: 42
Proc.: 3607/01
Rubr.:

- **Pesca:**

Segundo o Estudo apresentado, na bacia do rio São Francisco existe uma intensa atividade pesqueira, praticada tradicionalmente pelos ribeirinhos de forma comercial ou para subsistência. O que não garante, conforme o estudo apresentado, a subsistência das famílias que dependem dessa atividade. A organização dessas comunidades de pescadores é caracterizada pela relação existente entre essas comunidades e a dinâmica dos recursos pesqueiros que exploram. A forma de organização dos pescadores reside na proposta de gestão participativa, em que o MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o IBAMA deixam de administrá-los, passando a ser o coordenador das atividades exercidas na esfera local, permitindo que as comunidades usuárias e o Estado participem interativamente da gestão.

- **Aspectos Socioculturais:**

Do ponto de vista sócio cultural, o estudo ambiental caracterizou os municípios por meio dos indicadores da qualidade de vida, do ponto de vista econômico, social e político. As características apresentadas foram: a precariedade dos níveis de emprego, a baixa produção do pescado contribuiu para aumentar esse problema (cabe um programa de incentivo para a regularização desse empreendimento), baixo nível de saúde provocado pela pobreza, os efeitos são a desnutrição, doenças endêmicas e epidêmicas, ausência de políticas públicas capazes de possibilitar à população o acesso aos bens de cidadania e o numero de domicílios com esgotamento sanitário deficiente, especialmente nas zonas rurais. (cabe um programa de incentivo para a regularização desse empreendimento).

- **Demografia:**

A população urbana apresentada no estudo foi estimada em 232.513 habitantes, enquanto que não foram apresentados os números que correspondem à população rural das áreas de influência.

- **Educação:**

Em linhas gerais, conforme o estudo apresentado, as condições educacionais apresentadas pelos municípios atingidos diretamente e indiretamente pelo empreendimento, caracterizam-se de forma precária, sobretudo nas escolas municipais situadas nos distritos.

Um problema que foi destacado no estudo apresentado refere-se aos meninos e meninas de rua e as prostituições infantis, seguidas de gravidez precoce e o consumo de drogas por adolescentes.

- **Saúde:**

Segundo o estudo apresentado, os municípios atingidos pela UHE denunciam que há muito a ser feito para garantir o acesso, equidade, qualidade e humanização na atenção à saúde da população. A notificação de doenças é um reflexo da precariedade do sistema de saúde, bem como as precárias condições de moradia, saneamento e trabalho. Podem ser relacionados os seguintes problemas encontrados nas áreas de influência: incidência de doenças infecciosas e parasitárias, evidenciando-se casos de hanseníase, tuberculose, doença de chagas e leishmaniose, alto consumo de bebidas alcoólicas, notificação de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente no município de Remanso e incidência de doenças do aparelho circulatório e neoplasias (tumores). A conclusão da equipe que elaborou o estudo afirma que os problemas do setor de saúde enfrentados pelos

Fls.: 43
Proc.: 3607/01
Rubr.:

municípios denunciam um sistema de saúde deficiente, com o processo de municipalização lento e controle social incipiente.

- **Habitação e Saneamento:**

O estudo apresentado afirma que as condições de moradia e saneamento mostram-se negativo o que implica dizer que os acessos aos bens sociais mostram a distância a ser percorrida no processo de consolidação dos direitos de cidadania. A maior parte dos municípios não dispõem de saneamento básico. Verifica-se que a taxa de urbanização tem crescido, apesar dos municípios demonstrarem uma taxa de moradia na zona rural superior à urbana. O tipo de moradia predominante é alvenaria, mas foram encontradas casas de taipa, a exemplo dos núcleos/distritos.

A água que abastece as cidades da área de influência do empreendimento é retirada das águas do rio São Francisco. A água é captada do lago e encaminhada para núcleos/distritos. O lixo recolhido é colocado em terreno baldio ou lixões. Em alguns municípios existem catadores de lixo.

Segundo o estudo, o município de Sobradinho vem desenvolvendo ações na área de educação ambiental nas escolas da rede municipal, promovendo trabalhos de estimulo à conservação e preservação do rio São Francisco, com o objetivo de desenvolver uma consciência ambiental.

- **Sistema de Transportes:**

O sistema de transportes dos municípios é atendido por linhas oficiais e por veículos clandestinos de médio porte em grande quantidade e colocam em risco os usuários pela superlotação. Há o uso muito comum de bicicletas em Casa Nova e motocicletas em Remanso.

- **Energia Elétrica:**

A energia elétrica é fornecida pela COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. A zona urbana é atendida regularmente enquanto que a zona rural é muito carente de eletrificação. (Faltam muitas informações a respeito o meio rural em todos os tópicos).

- **Comunidades Indígenas:**

Conforme estudo apresentado, não foram identificadas comunidades indígenas na região do reservatório, (e antigamente)(?)

→ Não existem informações sobre os sítios arqueológicos e nem sobre a existência de comunidades de quilombolas.

- **Uso e Ocupação do Solo:**

O estudo ambiental apresentado informa que o rio São Franscisco possui uma importância econômica e social muito grande para a Região Nordeste, principalmente para a população que vive e seu entorno e se utiliza das vantagens oferecidas pelo único rio perene da localidade. Dessa forma, o rio torna-se um dos principais agentes a determinar os usos do solo.

Nas áreas próximas ao reservatório, o uso agrícola se faz presente, este se dá principalmente nas várzeas ao longo da faixa. Com o aumento do nível das águas do reservatório, essas culturas são

Fls.: 44
Proc.: 3607/01
Rubr.:

abandonadas. Já nas áreas que ficam longe do reservatório, e principalmente naquelas localizadas no piemonte das chapadas e serras, a mata da caatinga encontra-se preservada. Cabe ressaltar que esta região não sofreu ocupação humana e encontra-se em bom estado de conservação ambiental.

Não foram descritos o Plano Diretor para o uso do reservatório. Deverá constar como condicionante específica para a elaboração de um plano diretor para o uso do reservatório, conforme a resolução CONAMA nº 302 e 303.

Não foram informadas as possíveis existências de aqüicultores.

- **Impactos no meio sócio econômico:**

Conforme estudo apresentado, a área onde se localiza a UHE Sobradinho revela evidências de sérios problemas ambientais enfrentados pelos municípios brasileiros. A gravidade desses problemas está relacionada à falta de planejamento e à falta de vontade política dos governantes para implementar políticas públicas eficientes que atendam as demandas da população.

As taxas de desemprego e subemprego destacam-se nos municípios do entorno do lago de Sobradinho. As conseqüências sociais são a violência urbana, a mendicância, crianças e adolescentes nas ruas, entre outros. È importante salientar que a empresa responsável deverá desenvolver um programa que contemple essas comunidades, amenizando e melhorando o aspecto social hoje refletido de modo negativo nessas comunidades, promovendo uma melhoria na expectativa de vida das famílias do entorno do reservatório.

- **Uso Indiscriminado de Agrotóxicos:**

Este problema apresentado pelo estudo demonstra que um programa de educação ambiental e de saúde se faz necessário em todas as comunidades, pois, foram constatados inúmeros impactos negativos ao ambiente em decorrência do uso intensivo de agrotóxicos.

- **Pesca Predatória:**

O estudo apresenta informações sobre uma mesma problemática apresentada em todas as comunidades que foi a falta dágua e todas as suas conseqüências. Somando-se a isto, foram observados pela equipe que elaborou os estudos também, a pesca predatória e o uso de agrotóxicos na agricultura de vazante, promovendo a degradação ambiental e conseqüentemente declínio na produção pesqueira.

- **Perda de Solos Potencialmente Agricultáveis:**

Com a formação do lago da UHE Sobradinho, foram necessárias a supressão de áreas ribeirinhas potencialmente agricultáveis, este impacto não foi devidamente quantificado, na década de 70, quando coube do enchimento do lago. Cabe atentar para o processo de eutrofização do reservatório.

- **Alterações na Paisagem regional:**

Conforme estudo apresentado, a formação do reservatório suprimiu parte da vegetação ciliar e isolou as comunidades da margem esquerda e direita do rio, antes separado apenas pelo leito do São Francisco.

Fls.: 45
Proc.: 3607/09
Rubr.:

Com o espelho dágua, um certo contingente populacional sentiu-se atraído para a borda do lago, desta forma, algumas famílias resolveram viver das riquezas fornecidas pelo lago, formando pequenos aglomerados, que hoje vivem da pesca e de atividades agropecuárias de diferentes portes.

Não foram descritas informações sobre as desapropriações que ocorreram para a instalação e operação da UHE Sobradinho, estas informações deverão constar em estudos complementares ou como parte das condicionantes especificas a serem obedecidas para que seja expedida a licença para a regularização do empreendimento em questão.

- **Consideração:**

O estudo apresentado necessita ser revisto, sendo necessário complementar bem como detalhar algumas informações sobre as áreas de influência da UHE Sobradinho, listadas abaixo:

- Faltaram informações sobre o meio rural e urbano bem como, sua população, renda e distribuição nas áreas que foram afetadas diretamente pelo enchimento do reservatório;

- Não foram mencionadas as atividades industriais e comerciais da área de influência,

- Complementar as informações sobre os problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas,

- Complementar as informações sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos das populações que habitam os municípios e bairros integrantes da área de influência;

- Sobre o item segurança, os dados apresentados foram insuficientes, não havendo a caracterização dos índices de criminalidade e de violência verificados nas áreas, nem tão pouco foram especificadas suas evoluções;

- Não houve a caracterização do estado nutricional da população;

- Não foram descritas e relatadas as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas;

- Sítios arqueológicos não foram citados;

- Comunidades de quilombolas e populações tradicionais;

- Informações sobre aqüicultura.

- **Recursos Hídricos:**

Constata-se que o EA aborda superficialmente os recursos hídricos, tanto os superficiais como os subterrâneos. Portanto, para corrigir as deficiências encontradas, sugerimos que sejam apresentadas as complementações, abrangendo os seguintes aspectos:

1. Caracterizar os recursos hídricos da bacia afluente ao reservatório, segundo os subitens a seguir:

F: 46
360710

• Caracterizar a rede hidrográfica da bacia, a partir de dados referenciais do regime hidrológico dos principais cursos d'água (vazões médias, mínimas e máximas). Esse estudo deverá indicar os cursos d'água perenes e intermitentes, as regiões de cabeceiras e nascentes, as estações hidrometeorológicas existentes (localização, tipo e período de operação) e as estruturas hidráulicas implantadas, bem como os grandes usuários desse recurso. Essas informações deverão ser apresentadas também por meio de mapas e planilhas.

• Avaliar a qualidade das águas quanto aos aspectos físicos, químicos e bacteriológicos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, destacando as principais fontes poluidoras. Esse estudo deverá contar com a indicação e justificativa dos pontos de coleta e dos parâmetros selecionados, além de análise da influência desses níveis de qualidade nas demais atividades da bacia afluente ao reservatório.

• Identificar os principais usos de água e destacar as demandas futuras por esse recurso, indicando possíveis conflitos de uso.

2. Caracterizar e avaliar o regime hidrológico dos cursos d'água da área de influência direta, a partir da análise das séries históricas de descargas líquidas. Essa avaliação deverá contemplar a estimativa de vazões de referência (Qmáx, Qmín, Qméd, $Q_{7,10}$, Q90% e outras), variação dos níveis d'água e estudos sobre transporte de sedimentos nas calhas fluviais, identificando suas fontes e os locais de deposição. Essa avaliação deverá resultar na análise do balanço hídrico, tendo em vista os usos atuais e futuros desse recurso, bem como as exigências quantitativas e qualitativas desses usos.
3. Avaliar o comportamento hidrológico do curso d'água, considerando a intervenção do empreendimento nesse regime, bem como sua influência nos demais usos desse recurso. Neste item, deverão ser apresentadas a regra de operação do empreendimento e suas alterações nos níveis d'água na barragem e a jusante dessa, observando as variações diárias e sazonais. Incluir: modelo hidrodinâmico do escoamento a jusante do aproveitamento.
4. Indicar as possíveis interferências reservatório sobre o nível do lençol freático, a partir do cadastramento de poços existentes e da rede de perfurações e sondagens e da modelagem do regime de fluxo de águas.
5. Apresentar cadastro atualizado de usuários de água da AID, com representação em mapas.
6. Caracterizar a qualidade das águas, incluindo:

• Mapa contendo a localização e características dos pontos de coleta;

• As estações a serem utilizadas para a coleta de dados deverão ser plotados em mapas georreferenciados e os resultados das análises deverão ser apresentados sob a forma de tabelas, diagramas e gráficos;

• Os critérios para a seleção das estações de amostragem em cada segmento deverão ser claramente apresentados, bem como a freqüência;

• Justificativas sobre a utilização dos diferentes pontos de coleta para as amostragens de cada parâmetro;

• Indicação e justificativa dos parâmetros selecionados para a avaliação da qualidade da água, contemplando a dinâmica sazonal destes, a influência de atividades agrícolas e dos aglomerados urbanos nas características da água, entre outros fatores; e

• Características físico-químicas e bacteriológicas, de referência dos recursos hídrica interiores, superficiais e subterrâneos e identificação das principais fontes poluidoras, a partir de:

* Coleta dos dados disponíveis;
* Campanha de monitoramento;
* Análise de consistência de dados;
* Dados quali-quantitativos das principais fontes de poluição de origem doméstica e industrial;
* Demandas atuais e futuras dos usos múltiplos das águas;

Fls.: 47
Proc.: 3607/01
Rubr.:

* Modelagem matemática de qualidade da água do reservatório utilizando-se do modelo de simulação, indicando-se as limitações inerentes ao modelo e;
* Possibilidade de proliferação de macrófitas aquáticas e métodos de controle.

4.4 – Descrição dos Impactos:

O Estudo lista os principais impactos decorrentes da implantação da barragem da UHE Sobradinho, quais sejam:

4.4.1 – Impactos no Meio Físico

- Alterações no Microclima – não foram notadas alterações significativas no microclima da região, em decorrência do enchimento e operação do lago da UHE Sobradinho. Moradores mais antigos admitem que houve uma melhoria no clima local, com a circulação de ventos mais amenos. Entretanto, o critério utilizado para a avaliação deste impacto é muito subjetivo, sendo pouco provável que não houvesse modificação no microclima da região devido ao tamanho do reservatório formado. É aconselhável a obtenção de séries históricas sobre a temperatura, umidade relativa do ar e ventos na região, antes e após a implantação do reservatório, para se verificar se houve ou não mudanças significativas no microclima da região.

- Desestabilização de Encostas Marginais do Reservatório – as encostas e taludes do reservatório não sofreram impactos relevantes, no que tange à desestabilização de encostas marginais do reservatório, apesar do lago ter atingido terras de cotas mais elevadas, nunca antes atingidas pelo espelho d'água, até a década de 1970.

- Elevação do Lençol Freático – As condições edáficas prevalecentes na borda do lago, com substrato rochoso próximo à superfície, configuram uma situação de baixa aptidão para a presença de lençol freático. Dessa forma, não se verificou alteração relativa à elevação do lençol freático na AID do reservatório, tendo em vista a natureza geológica pouco favorável para a presença de água no subsolo. Entretanto, essas informações são superficiais e subjetivas, sendo refutadas pelo próprio Estudo Ambiental, que afirma que *em sobrevôo na região a montante do reservatório, verificou-se, na margem direita, parte da vegetação de caatinga alagada, devido à elevação do lençol freático.* Deste modo, é de fundamental importância a realização de um estudo hidrológico/hidrogeológico na região, englobando tanto águas superficiais quanto águas subterrâneas, que fornecerá subsídios para uma avaliação adequada deste impacto;

- Perdas de Recursos Minerais – Embora existam, na região, áreas de exploração mineral, tais minerações não sofreram impactos negativos em decorrência da formação dos reservatórios.

- Intensificação de Processos Erosivos – Não se registra a formação de processos erosivos de grande monta, devido à boa estabilidade natural das áreas circunvizinhas ao reservatório. Entretanto, esta constatação é contraposta pelo Estudo, que informa: *...a jusante da barragem, foram detectados processos erosivos superficiais surgidos em função da falta de vegetação protetora...quando foram sobrevoados trechos a montante e a jusante do reservatório, verificou-se intenso processo erosivo, com solapamento de margens, principalmente no trecho a montante, até a cidade de Xique-Xique.* Neste contexto, deverá ser feito um levantamento de todos os pontos de erosão encontrados nas margens do reservatório, assim como nas margens do rio São Francisco a montante e a jusante do reservatório. O Estudo afirma que os processos erosivos se implantaram em áreas desprovidas de vegetação. Deste modo, a recuperação das margens do reservatório e do rio deverá ser contemplada no PRAD.

- Assoreamento do Reservatório – Embora o reservatório tenha recebido ao longo de sua operação, na sua porção mais a montante, aportes de material de carreamento, não foi observada a chegada de material de carreamento nas proximidades da barragem e área de adução de água para as turbinas e

BIBLIOTECA

Fls.: 48
Proc.: 3607/01
Rubr.:

de captação para abastecimento humano e irrigação. Entretanto, o Estudo não leva em consideração o assoreamento advindo da movimentação das areias provenientes das dunas. Embora as mesmas estejam estabilizadas pela presença de vegetação, a crescente ocupação humana na região pode levar a um aumento na mobilidade da areia proveniente dessas dunas. Outro aspecto relevante é a falta de dados de assoreamento em outras regiões do reservatório, não somente próximo à barragem, que mesmo não representando problemas na atual fase de operação do reservatório, podem vir a representar problemas futuros. Deste modo, é necessário se estimar a taxa de assoreamento do reservatório, tanto devido aos sedimentos carreados pelo rio São Francisco quanto devido à remobilização de areia de duna, assim como propor um programa de dragagem do reservatório, com definição da destinação final do material dragado.

- Sismicidade Induzida - A CHESF mantém em convênio com o Instituto Astronômico e Geofísico da universidade de São Paulo – IAG/USP, desde 1984, sismógrafos que monitoram os sismos na região do São Francisco. As estações registram longos períodos sem atividade sísmica e os eventos registrados são de pequena magnitude, não causando preocupações quanto à estabilidade e ao funcionamento das Usinas Hidrelétricas e à população local.

4.4.2 – *Impactos ao Meio Biótico*

Impactos na Flora: Os principais impactos levantados dizem respeito à supressão da vegetação, que se encontra desmatada em vários locais nas margens do lago. As áreas devastadas estendem-se até a base dos morros, contribuindo para os processos erosivos. Para a cidade de Casanova e para a região imediatamente à jusante da barragem, o estudo recomenda revegetação urgente. Não é abordado o impacto na vegetação de dunas, característica daquela região. Também não há dados sobre o impacto em espécies ameaçadas de extinção ou raras, que tiveram seu hábitat reduzido ou suprimido com a construção da usina.

Impactos na Fauna: Os vertebrados terrestres, segundo o estudo, sofreram os impactos diretos da supressão do hábitat, sendo que os de maior capacidade de locomoção teriam migrado para a região periférica do lago. Isso teria causado um aumento na competição até os níveis originais serem restabelecidos, ou seja, também estes animais foram suprimidos.

O estudo cita um incremento populacional em espécies de aves que utilizam o ambiente aquático de alguma forma (alimentação, reprodução,...), pela previsível ampliação desse tipo de hábitat. Quanto a ictiofauna, o estudo parece trazer informações gerais sobre o impacto de hidrelétricas, sem identificar os impactos às populações daquela bacia, mesmo citando algumas espécies que podem ter sido afetadas.

Sendo assim, consideramos que os dados do diagnóstico são insuficientes para uma avaliação dos impactos decorrentes do empreendimento e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias.

Unidades de Conservação: São citados os impactos de caça, pesca e desmatamento irregulares na APA Dunas e Veredas, que, segundo o EA, vêm sendo controlados pelo CRA - BA. É necessária a elaboração de mapa que contemple as unidades de conservação e pontos de especial interesse para a conservação, na área de influência direta.

4.4.3 – *Impactos no Meio Sócio Econômico*

Impactos nas comunidades: a população atingida pelo empreendimento UHE Sobradinho, sofreu um impacto extremo em suas propriedades, acarretando a perda de suas características culturais, econômicas e sociais. Muitas relações que foram formadas ao longo do tempo se perderam e de certo modo não foram resgatadas. No EA, não foi relatado com precisão como foram feitos os reassentamentos das famílias atingidas pelo empreendimento o que torna necessária a coleta de

Ed Branco

Fls: 49
Proc.: 3607/01
Rubr.:

informações mais precisas para que se possa montar o cenário que remonta a época de formação da UHE Sobradinho.

Impactos em sítios arqueológicos: não houve informações no EA apresentado se ocorreram resgates arqueológicos na área de influência do empreendimento em questão.

4.5 – Programas de Monitoramento, Mitigação e Compensação Ambiental

O estudo apresenta diversos programas ambientais, que, segundo a Chesf, se encontram em andamento ou em fase de elaboração e implantação. Contudo, não há nenhum indício de que esses programas tenham sido iniciados, apenas são citados os objetivos de cada um. O Programa de Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho, com os subprojetos Monitoramento Limnológico; Estudos de Biologia Pesqueira; Zoneamento da Piscicultura em Tanques-rede; e Uso de SIG no Mapeamento das Áreas de Interesse Limnológico e Pesqueiro, com base em Parâmetros Ecológicos, já estariam em andamento. Porém, não foram apresentados dados destes programas. Os programas a serem implantados seriam: Educação e Saúde Ambiental na AID; Criação, Conservação e Fiscalização de Áreas Protegidas; PRAD; e Apoio ao Desenvolvimento Regional. Não há previsão de programas para a conservação da fauna, para o monitoramento de macrófitas aquáticas e para a recuperação das margens com efeito de solapamento.

V – CONCLUSÓES

Com base nas considerações da análise do estudo ambiental, concluímos que esse estudo não traz um diagnóstico satisfatório dos impactos gerados ao meio ambiente com a construção da UHE. Primeiramente, é necessário obter informações acerca do andamento dos programas propostos pela CHESF, e da metodologia adotada em cada um deles. Além dos programas propostos, consideramos necessária a implantação de novos programas ambientais, bem como complementar várias informações do Estudo Ambiental apresentado, tais como:

- Programa Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em acordo com a resolução CONAMA nº 302/2002.
- Programa de Controle de Erosão, que deverá contemplar a preservação das matas ciliares.
- Programa de Controle de Assoreamento, informando a taxa de assoreamento do reservatório, a contribuição da carga de sedimentos do rio São Francisco e do campo de dunas nesse processo, necessidade e periodicidade de dragagem, destinação final do material a ser dragado.
- Programa de Conservação do Campo de Dunas, englobando levantamento da ocupação antrópica na região, desmatamento, remobilização de sedimentos em áreas desmatadas e propostas para sua conservação.
- Programa para a Conservação da Fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório, para subsidiar programas de educação ambiental e contribuir para o conhecimento da fauna local.
- Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.
- Programa de Comunicação Social.
- Para a conservação e recuperação das margens, é indicada a implantação de um viveiro de mudas nativas, que poderá ser utilizado, inclusive, nos programas de educação ambiental.

Fls.: 50
Proc.: 3607/01
Rubr.:

- Reelaboração dos mapas, conforme o termo de referência elaborado pelo CSR (Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA), de vegetação, que contemple as unidades de conservação e pontos de especial interesse para a conservação, na área de influência direta; de uso e ocupação do solo e; dos pontos de erosão.
- Complementar informações sobre o meio rural e urbano bem como, sua população, renda e distribuição nas populações afetadas diretamente pelo enchimento do reservatório.
- Complementar informações sobre as atividades industriais, comerciais das áreas de influência;
- Complementar informações sobre os problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas.
- Complementar informações sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos da área de influência bem como as atividades que vem sendo desenvolvidas e propostas pela CHESF.
- Complementar informações sobre os dados de segurança, já que não houve a caracterização dos índices de criminalidade e de violência verificados nas áreas, nem tão pouco foram especificadas suas evoluções.
- Complementar informações sobre a caracterização do estado nutricional da população da área de influência.
- Apresentar informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.
- Apresentar informações sobre os sítios arqueológicos, resgate e destino final dos artefatos encontrados na época do enchimento.
- Apresentar informações, sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.
- Apresentar informações sobre a possível existência de aqüicultura na área de influência.
- Complementar informações acerca do impacto na vegetação de dunas, característica daquela região, e o impacto em espécies ameaçadas de extinção ou raras, que tiveram seu hábitat reduzido ou suprimido com a construção da usina. Quanto a ictiofauna, identificar os impactos às populações daquela bacia, iniciando por um diagnóstico preciso da atual composição das populações.
- Elaborar um diagnóstico adequado das unidades de conservação existentes na AII e AID.
- Complementar os dados da ictiofauna, com a realização de um diagnóstico preciso da composição específica local, considerando a presença de migradores e dando ênfase às espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico. Com esses dados, será possível avaliar a necessidade de implementar programa de repeixamento e conservação da ictiofauna.

Para uma análise das reais necessidades das complementações e programas sugeridos, recomendamos a realização de vistoria técnica que abranja toda a área do reservatório e reunião técnica entre CHESF e IBAMA. Ressaltamos que o estudo mostrou informações muito vagas no diagnóstico de cada meio, assim, uma vistoria pode auxiliar na definição dos pontos que devem realmente ser diagnosticados melhor, para a definição dos programas de mitigação dos impactos decorrentes da implantação da UHE.

A Consideração Superior,

Moara Menta Glasson
Analista Ambiental
COAIR/CGLIC/DILIQ

Ika Kien Panquesto
Coordenadora - CREA 11277/D
Consultora Técnica

Luciana Miyahara Teixeira
Analista Ambiental
COAIR/CGLIC/DILIQ

De acordo,
em 26.02.04

Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento
CGLIC/COLIC/...

George Holanda
Analista Ambiental
IBAMA/DILIQ/CGLIC

En Blanco

51
Proc.: 3607/01
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO nº 32 /2004 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 26 de abril de 2004.

A Sua Senhoria o Senhor
FRANCISCO JOSÉ MACIEL LYRA
Departamento de Meio Ambiente da CHESF
Rua Delmiro Gouveia 333, Ed. André Falcão, Bl. A, Sala 203
CEP: 50.761-901 – Recife-PE
Fax: (81) 3289-2413

Assunto: **Licenciamento ambiental da UHE Sobradinho.**

Senhor Gerente,

1. Em referência ao processo de regularização da UHE Sobradinho, informamos que a análise técnica do Estudo Ambiental – EA, protocolado neste Instituto em 02/04/2003, concluiu pela necessidade de complementação de parte dos dados apresentados. Essas informações irão possibilitar uma melhor avaliação dos programas ambientais que deverão ser implementados após a emissão da Licença de Operação do empreendimento.

2. Para dar continuidade ao processo de licenciamento, são necessárias as seguintes complementações do Estudo Ambiental, que deverão ser enviadas em um prazo de sessenta dias:

- Re-elaboração dos mapas, conforme termo de referência anexo, de vegetação contemplando as unidades de conservação e pontos de especial interesse para a conservação, na área de influência direta; de uso e ocupação do solo e; dos pontos de erosão.
- Complementar informações sobre o meio rural e urbano bem como, sua população, renda e distribuição nas populações afetadas diretamente pelo enchimento do reservatório.
- Complementar informações sobre as atividades industriais, comerciais das áreas de influência;
- Complementar informações sobre os problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas.
- Complementar informações sobre os dados de segurança, já que não houve a caracterização dos índices de criminalidade e de violência verificados nas áreas, nem tão pouco foram especificadas suas evoluções.

FAX TRANSMITIDO EM:
27 / 04 / 04
ÀS ___:___H
RESPONSÁVEL:
Raquel
FAX Nº:

Fls.: 52
Proc.: 361/01
Rubr.:

- Complementar informações sobre a caracterização do estado nutricional da população da área de influência.
- Apresentar informações sobre as indenizações e re-assentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.
- Apresentar informações sobre os Sítios Arqueológicos e, caso houve resgate, qual o destino final dos artefatos encontrados.
- Apresentar informações, sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.
- Apresentar informações sobre a possível existência de aqüicultura na área de influência.

3. Além destas complementações, é necessário enviar a este Instituto relatórios acerca do andamento dos programas já iniciados pela CHESF, e da metodologia adotada em cada um deles.

Atenciosamente,

Marcus Vinicius L.C. de Melo
Coordenador de Licenciamento

Fls.: 13
Proc.: 360/01
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
GERÊNCIA EXECUTIVA EM ALAGOAS

MEMO. Nº 033/04-GEREX/IBAMA/AL

Maceió/AL, 11 de Março de 2004

A : DILIQ/IBAMA/SEDE
Ass: Relatório de vistoria nas UHE's do Sub-Médio e Baixo São Francisco

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 1221/2004
DATA: 18/03/04
RECEBIDO:

Senhor Coordenador Geral,

Com referencia ao memorando nº 96/2004 – CGLIC/DILIQ/IBAMA, que versa sobre o Relatório de Vistoria Técnica realizada, no período de 02 a 06 de fevereiro de 2004, nas UHE's do complexo Paulo Afonso, Itaparica, Xingó e Sobradinho, estamos enviando, em anexo, memorando nº 004/2004-NLA/AL, no qual consta manifestação e sugestão do Núcleo de Licenciamento Ambiental desta GEREX.

Atenciosamente,

Osvaldo Antonio Pinto Sarmento
Gerente Executivo
IBAMA/AL

A c/c
em 18/03/04

À
COLIC

Dr. Marcus

19/3/04

Cátia Frota Parente
CGLIC/DILIQ/IBAMA

De ordem, ao
Dr. Remy
23/03/04

À Dra Moara,

P/ conhecimento

Em 22.04.04

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento
CGLIC/CGLIC/DILIQ

Fls.: 54
Proc.: 360/01
Rubr.:

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Gerência Executiva do Ibama em Alagoas

Núcleo de Licenciamento Ambiental Federal

Memorando N° 004/2004-NLA/AL **Maceió, 11 de março de 2004**

Ao: Gerente Executivo
Ass: Relatório de Vistoria nas UHE's do Sub-Médio e Baixo São Francisco

Em atenção ao memorando n° 96/2004 – CGLIC/DILIQ/IBAMA, e concordando com o descrito no Relatório de vistoria técnica, realizada por equipe da DLIQ/IBAMA e técnico deste núcleo, nas UHE's de Sobradinho, Luiz Gonzaga (Itaparica), Apolônio Sales (Moxotó), Paulo Afonso I,II,III e IV, e Xingó, no período de 02 a 06 de fevereiro de 2004, solicitamos a V.Sª, encaminhar para apreciação da equipe em Brasília, os Planos/Programas e Projetos, abaixo relacionados, a serem incorporados nas condicionantes para regularização das referidas UHE's.

Planos/Programas e Projetos

1. **Zoneamento dos Lagos**, definindo os múltiplos usos e as respectivas capacidades de suporte.
2. **Levantamento atualizado da ocupação e uso do solo do entorno dos lagos**
3. **Plano de Manejo do entorno dos lagos**, considerando o uso atual e ordenando a ocupação e uso do solo, através de **Termos de Compromisso e Ajuste de Conduta** com os proprietários e usuários do lago e seu entorno, em conformidade com o definido pelos itens 1 e 2.
4. **Plano de recuperação e preservação das áreas de Preservação Permanente,** em conformidade com o definido pelos itens 1 e 2.
5. **Programa de Peixamento no Baixo São Francisco,** com implantação de três estações à jusante de Xingó, sendo duas na margem de Alagoas e uma na margem de Sergipe, produzindo espécies aceitas culturalmente pela população tradicional, tal como a Xira.
6. **Programa de Reflorestamento no Baixo São Francisco,** considerando o especificado no item 5, conjugado com o Programa de Peixamento.
7. **Programas Ambientais (**medidas mitigadoras**)** para os projetos de Irrigação existentes.
8. **Programa de Proteção** (sinalização e fiscalização) da área de segurança de Sobradinho.
9. **Programa de Florestamento com espécies em vias de extinção,** em área de propriedade da CHESF.

José Augusto Silva de Gusmão
Coordenador NLA/AL

EM BRANCO

Fls.: 55
Proc.: 360/01
Rubr.:

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CE-DEMG – 030/2004 Recife, 26 de maio de 2004

Ilmo. Sr.
Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo
Coord. de Licenciamento Ambiental
COLIC/ CGLIC/ DILIQ/ IBAMA
SCEN- Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 02
Edf. Sede do IBAMA - Brasília - DF CEP: 70.818-900

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 4337
DATA: 28/05/04
RECEBIDO:

Assunto: Licenciamento Ambiental da UHE Sobradinho

Referência: Ofício nº 32/2004 –CGLIC/DILIQ/IBAMA de 26/04/2004

Prezado Senhor,

Reportando-nos ao ofício em referência, que trata de complementações do Estudo Ambiental da UHE Sobradinho, gostaríamos de registrar comentários a cerca de cada uma das exigências efetuadas:

*1 – **Re-elaboração dos mapas, conforme Termo de Referência anexo, de vegetação contemplando as unidades de conservação e pontos de especial interesse para conservação, na área de influência direta: de uso e ocupação do solo e dos pontos de erosão.***

Os mapas serão elaborados e encaminhados ao Ibama até o final de junho.

*2 – **Complementar informações sobre o meio rural e urbano, bem como sua população, renda e distribuição nas populações afetadas diretamente pelo enchimento do reservatório.***

*3 – **Complementar informações sobre as atividades industriais e comerciais das áreas de influência.***

Entendendo que o levantamento dessas informações visa definir programas que objetivam estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem no entorno do empreendimento, encaminhamos, para conhecimento de V.Sª, o **Programa Sobradinho** (ANEXO 1), elaborado pela área de Responsabilidade Social da Chesf. Este programa, que tem como macro objetivo o desenvolvimento humano das comunidades dos municípios da área de influência da UHE Sobradinho apresenta, em seu capítulo 5, uma série de informações sócio-econômicas da região, consideradas suficientes para retratar a carência das populações envolvidas.

Os projetos e ações a serem desenvolvidos no **Programa Sobradinho** deverão se inserir nas seguintes diretrizes: **(a)** melhoria da educação formal e difusão do conhecimento; **(b)** melhoria da saúde pública e **(c)** geração de trabalho e renda.

À COLIC
Em 28/05
Claudine

À
COLIC
A/C Marcus
31/5/04
[illegible]

Dra Moara / Dr Remy / Dr George
P/ ANÁLISE E MANIFES-
TAÇÃO.

Em 09.06.04

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

Para a implantação do referido programa está prevista a realização de 3 seminários com a participação, entre outros, de representantes do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Governo do Estado da Bahia, dos municípios do entorno do reservatório, da Chesf, da Codevasf, do CNPq, do SEBRAE, das universidades, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e de organizações não governamentais, além de lideranças locais. Após a realização dos seminários será elaborado um diagnóstico da situação e serão definidos os principais projetos a serem desenvolvidos e implantados. No ANEXO 2 apresentamos o cronograma de execução da primeira etapa do Programa que envolve a realização dos seminários e elaboração de Relatório Técnico com as sugestões propostas.

Entendemos assim que, fruto dos seminários, deverão surgir os melhores programas para serem implantados na região nas áreas de educação, saúde, assistência social, preservação do meio ambiente e geração de trabalho e renda, considerando suas peculiaridades locais.

Desta forma, solicitamos a V.Sª, que analise a documentação ora encaminhada e, caso julgue necessário o complemento de alguma informação, esta venha sob a forma de condicionante da Licença de Operação.

4 - Complementar informações sobre os problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas

Não está claro que tipo de informações estão sendo solicitadas. Mesmo assim, entendemos que os seminários previstos no Programa Sobradinho fornecerão as melhores informações neste sentido.

5 - Complementar informações sobre os dados de segurança, já que não houve a caracterização dos índices de criminalidade e de violência verificados nas áreas, nem tão pouco foram especificadas suas evoluções.

Não entendemos para que será útil este tipo de informação. Seu levantamento faz sentido no caso de novos empreendimentos quando o processo de construção requer a alocação de grande contigente populacional à região, podendo provocar aumento nos índices de criminalidade e violência. Na fase de operação esses impactos deixam de existir. Trata-se portanto de um impacto temporário durante a fase de construção da usina. Considerando que a UHE Sobradinho terminou sua construção desde 1979, encontrando-se em fase de operação desde então, o levantamento dessas informações deixa de ser relevante para o objetivo de identificar impactos provocados pelo empreendimento.

6 - Complementar informações sobre a caracterização do estado nutricional da população da área de influência.

Consideramos que o levantamento dessas informações deixa de ser relevante face às que serão obtidas por ocasião dos seminários (itens 2 e 3). Adicionalmente, é importante registrar que, apesar dos municípios da região apresentarem um estado de pobreza lastimável, nas cidades construídas pela Chesf os indicadores sociais são mais positivos do que nos demais municípios.

Fls.: 51
Proc.: 360/01
Rubr.:

7 - Apresentar informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.

O número de famílias reassentadas atingiu 11.853, conforme apresentado no quadro I (ANEXO 3), correspondendo a um total da ordem de 70.000 pessoas. As famílias deslocadas da área inundada optaram livremente por uma das alternativas abaixo: indenização e transferência para as novas Sedes Municipais e loteamentos pararurais vizinhos a essas sedes; indenização e transferência para núcleos rurais na Borda do Lago; Indenização com "solução própria"; e indenização com transferência para o Projeto Serra do Ramalho.

Com relação à forma de vida que possuem atualmente não dispomos dessa informação.

Tal informação requer a contratação de empresa de consultoria, via processo licitatório, em conformidade com a Lei de Licitações nº 8.666. Os prazos envolvidos nesse processo são da ordem de 2 meses para contratação mais 6 meses para levantamento das informações.

Face aos prazos envolvidos e considerando que essas complementações visam uma melhor avaliação dos programas ambientais que deverão ser implementados após a emissão da LO, sugerimos que esta exigência venha a fazer parte das condicionantes da Licença de Operação - LO, de forma similar ao que foi feito com a LO da UHE Xingó, no que diz respeito às condicionantes **2.9, 2.10 e 2.11.** Em outras palavras, a condicionante 2.11 é vinculada ao resultado das outras duas, no sentido de propor e executar ações para minimizar os impactos negativos identificados.

8 - Apresentar informações sobre os sítios arqueológicos e, caso houve resgate, qual o destino final dos artefatos encontrados.

No ANEXO 4 apresentamos o Relatório do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico que contém informações sobre os sítios arqueológicos identificados na região e os resgates efetuados. Com relação ao material resgatado na ocasião ele foi encaminhado para o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA – MAE, cuja diretora é a Drª Ana Maria Gantois. Contatos com o museu poderão ser feitos por telefone (71) 3213971 ou no site http://www.ufba.br/instituicoes/ufba/mae/welcome.html.

9 - Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

Não dispomos dessa informação. Seu levantamento requer a contratação de empresa de consultoria, via processo licitatório, em conformidade com a Lei de Licitações nº 8.666. Os prazos envolvidos nesse processo são da ordem de 2 meses para contratação mais 6 meses para levantamento das informações. Poderemos levantar essas informações no mesmo contrato a ser elaborado para atendimento ao item 7.

Face aos prazos envolvidos solicitamos que o levantamento dessa informação venha como condicionante da Licença de Operação.

Fls.: 58
Proc.: 3607/01
Rubr.:

10 - Apresentar informações sobre a possível existência de aqüicultura na área de influência.

Nas margens do reservatório de Sobradinho existem duas unidades de engorda de peixes, uma localizada no município de Sento Sé e outra no município de Xique-xique. A primeira, aparentemente voltada para a produção comercial, ocupa uma área de 10 ha, de domínio particular e está instalada dentro dos limites da Área de Preservação Permanente. A segunda, localizada no município de Xique-xique, possui uma estrutura de engorda de peixes nativos, retirados do rio em sua forma juvenil e acondicionados em viveiros escavados, numa área de aproximadamente 5 ha. Tal empreendimento pertence ao prefeito da cidade, está localizado na Fazenda das Pedras, ocupando também Área de Preservação Permanente.

Considerando o exposto, bem como o atendimento, até final de junho, de 80 % das exigências efetuadas, solicitamos a emissão da Licença de Operação do empreendimento com a inclusão, sob a forma de condicionante, das demais. Adicionalmente, ciente de que o atendimento de condicioantes passa por processo licitatório que, a depender do tipo de licitação, pode ter duração entre 60 e 120 dias, solicitamos que os prazos a serem colocados para atendimento das referidas condicionantes considere esta informação.

Para finalizar gostaríamos de registrar que o Setor Elétrico reconhece que os empreendimentos hidrelétricos provocam ruptura das estruturas produtivas locais e regionais, bem como alteram os mecanismos sociais que coesionam grupos e comunidades. Também reconhece que as comunidades e famílias atingidas carecem de ação efetiva de políticas governamentais e, muitas vezes, mesmo quando há esforços para mitigar os impactos negativos e reparar as perdas causadas pelos empreendimentos hidrelétricos, elas passam a conviver com condições de vida piores que as presentes antes da intervenção. Buscando alterar concepções e metodologias de enfrentamento dos problemas sociais e ambientais decorrentes da construção e operação de empreendimentos hidrelétricos, informamos a V.Sª que foi criado, em 2003, sob a coordenação da ELETROBRÁS, o **PRODESCA, Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos**. A implementação do PRODESCA dar-se-á através de PROJETOS a serem identificados e implantados segundo metodologia participativa com foco nas comunidades locais. Os projetos devem promover a recuperação e o desenvolvimento econômico e social das comunidades e famílias atingidas por seus empreendimentos, englobando, entre outras, os seguintes temas: geração de emprego e renda, capacitação profissional, educação e cidadania e segurança alimentar. No ANEXO 5 apresentamos Termo de Referência de um Projeto no âmbito do PRODESCA. Os projetos a serem definidos no âmbito do PRODESCA bem como no âmbito do Programa Sobradinho muito irão contribuir para melhorar a qualidade de vida das comunidades atingidas pelos empreendimentos da Chesf, principalmente porque terão como principais protagonistas na definição de suas necessidades e prioridades as comunidades locais.

Sem mais para o momento nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Valéria Vanda Brasil
Gerente da Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

SOMMAIRE

Fls.: 59
Proc.: 3607/01
Rubr.:

CRONOGRAMA PROGRAMA SOBRADINHO

ANEXO 2

EM BRANCO

CRONOGRAMA

REALIZAÇÃO DOS SEMINÁRIOS DO PROGRAMA SOBRADINHO

ATIVIDADES	MESES							
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Elaboração de Especificação Técnica para licitação dos 3 seminários	▬							
Processo de Licitação		▬	▬					
Assinatura do contrato				▬				
Realização dos seminários					▬	▬	▬	
Elaboração do Relatório Final								▬

Fls.: 60
Proc.: 3661/01
Rubr.:

Fls.: 61
Proc.: 360/01
Rubr.:

PROGRAMA SOBRADINHO

ANEXO 1

Fls.: 61
Proc.: 36161
Rubr.:

PROGRAMA SOBRADINHO

ANEXO 1

Fls.: 62
Proc.: 360/01
Rubr.:

Chesf COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Responsabilidade Social

Programa Sobradinho

Documento preliminar para discussão

Novembro, 2003

EM BRANCO

Fls.: 63
Sobradinho Proc.: 360/01
Rubr.:

ÍNDICE

1. OBJETIVO 3
2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 3
3. RESPONSABILIDADE SOCIAL 3
4. JUSTIFICATIVA 6
5. SITUAÇÃO ATUAL DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO 7
6. MATRIZ DA ESTRUTURA LÓGICA DO PROGRAMA 11
6.1 Objetivo 1 11
6.1.1 Resultados Esperados 11
6.1.2 Atividades a Serem Desenvolvidas 12
6.2 Objetivo 2 12
6.2.1 Resultados Esperados 12
6.2.2 Atividades a Serem Desenvolvidas 13
6.3 Objetivo 3 13
6.3.1 Resultados Esperados 13
6.3.2 Atividades a Serem Desenvolvidas 13
6.4 Objetivo 4 14
6.4.1 Resultados Esperados 14
6.4.2 Atividades a Serem Desenvolvidas 14
7. SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA 14
7.1 Indicadores e Metas de Desempenho 14
7.2 Critérios de Avaliação 18
8. RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS 20
9. REFERÊNCIAS 20

En blanco

Fls.: 64
Proc.: 3001/01
Sobradinho
Rubr.:

1. OBJETIVO

Este documento tem como objetivo apresentar um programa de ação para os municípios da área de influência do Reservatório de Sobradinho, visando estimular o desenvolvimento local sustentável.

O Programa tem como macro objetivo o desenvolvimento humano nas comunidades onde as ações serão implantadas. Esse desenvolvimento pressupõe também a melhoria da qualidade de vida nos municípios abrangidos pelo Programa. Pretende-se implantar, na região de Sobradinho, os projetos de sucesso do Programa Xingó e estimular o desenvolvimento de novos projetos, de acordo com as peculiaridades locais.

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Os projetos e ações a serem desenvolvidos no Programa Sobradinho deverão se inserir nas seguintes diretrizes estratégicas:

(i) Melhoria da Educação Formal e Difusão do Conhecimento;
(ii) Melhoria da Saúde Pública;
(iii) Geração de Trabalho e Renda.

Permeando essas diretrizes estratégicas, deverão estar sempre presentes a sustentabilidade dos recursos naturais e a viabilidade econômica dos projetos geradores de trabalho e renda.

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Toda empresa consome algum recurso natural renovável ou não, de forma direta ou indireta. Utiliza capitais financeiros e tecnológicos, a capacidade de trabalho da sociedade e subsiste em função da organização do Estado que a sociedade lhe proporciona como parte das condições estruturais para sua sobrevivência. Dessa forma, a empresa existe em função da sociedade a que ela pertence, devendo, em contrapartida, utilizar os recursos naturais da forma mais eficiente possível.

Os recursos naturais constituem, hoje, um capital crítico da humanidade, que devem, de acordo com os preceitos do desenvolvimento sustentável, ser utilizados de forma a suprir a próxima

Copyright © 2013 Elsevier Ltd.

Sobradinho
Fls.: 65
Proc.: 360/01
Rubr.:

geração de uma mistura de capital natural e construído cujas quantidades e qualidades sejam pelo menos iguais às herdadas pela geração atual.

O desenvolvimento sustentável está baseado em três pilares: as dimensões social, econômica e ambiental. Embora a responsabilidade social esteja intrinsecamente ligada à primeira dimensão, ela tem obrigações imprescindíveis nas outras duas. Ao usufruir os recursos naturais, as empresas contraem uma divida com a sociedade, ou com a própria humanidade, uma vez que os recursos naturais são patrimônio da humanidade.

Portanto, a responsabilidade social é um compromisso da empresa com relação à sociedade e à humanidade em geral, e um meio de prestação de contas de seu desempenho, baseada na apropriação e uso de recursos que, originalmente, não lhe pertencem (Melo Neto e Froes, 1999). Essa responsabilidade corresponde ao desenvolvimento de ações sociais empresariais que beneficiem a comunidade. Essas ações têm, em geral, como áreas de atuação a educação, saúde, assistência social, preservação do meio ambiente e geração de trabalho e renda. Dessa forma, a responsabilidade social é um pré-requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

A cidadania empresarial é um novo conceito, que surgiu do movimento de consciência social praticado por diversas empresas. Uma empresa-cidadã busca, no seu compromisso com a promoção da cidadania e do desenvolvimento da comunidade, diferenciar-se dos seus concorrentes investindo recursos financeiros, tecnológicos e de mão-de-obra em projetos comunitários de interesse público.

Cerca de uma década atrás, o Brasil testemunhou a primeira grande manifestação de cidadania no campo social, após o período de governos militares. O sociólogo Herbert de Souza - o Betinho, criou, na sua cruzada em favor da ética, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida que, em abril de 2003, completou 10 anos.

Nesse contexto, insere-se o COEP (inicialmente, Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida e, hoje, com maior abrangência, Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida).

Na mesma época, no âmbito da CHESF, cresceu o sentimento de que, após meio século de construção ininterrupta de hidrelétricas num trecho de 100 quilômetros do Submédio São

Ex Libris

Fls.: 66
Proc.: 360/01
Sobradinho
Rubr.:

Francisco – Itaparica / Moxotó / Complexo Paulo Afonso / Xingó, um ciclo de obras ciclópicas estava prestes a ser encerrado e, com ele, deixaria de existir o maior gerador de trabalho e renda da microrregião, qual seja a construção de hidrelétricas.

Em conexão com o fim desse ciclo, a empresa, estimulada pelos ideais do COEP, consolidou o entendimento da necessidade de um compromisso com a microrregião de onde se origina, ainda hoje, mais de 90% de toda a energia elétrica produzida no Nordeste.

O Programa Xingó é uma feliz associação de ideais e vontades da CHESF e do CNPq que, junto com o INPE, Comunidade Solidária e universidades de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe assinaram, em 16 de outubro de 1996, um Protocolo de Adesão e Participação, do qual resultou o Programa Xingó.

O Programa compreende ações desenvolvidas na área de abrangência das hidrelétricas do eixo Itaparica – Moxotó - Complexo Paulo Afonso - Xingó, em 29 municípios que sediam hidrelétricas, ou tiveram áreas inundadas por reservatórios dessas hidrelétricas ou ainda abrigam projetos de reassentamentos de comunidades deslocadas, em decorrência da formação desses reservatórios. O objetivo do Programa é criar um pólo de pesquisa científica com enfoque no semi-árido, de excelência na Educação e, através de ações de **Pesquisa**, **Extensão** e **Desenvolvimento Local**, proporcionar efetiva e duradoura melhoria na qualidade de vida das comunidades desse pólo gerador de energia elétrica.

Às entidades criadoras do Programa Xingó, vieram se juntar outros organismos, como SUDENE, SEBRAE, EMBRAPA e EMBRATUR.

Após diversas tentativas no sentido de ser criado o ente operacional do Programa Xingó (Fundação ou Organização Social), em 04 de junho de 1999, foi constituída uma sociedade civil sem fins lucrativos e de interesse público, denominada Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó – Instituto Xingó. Em 24 de julho de 2001, a Secretaria Nacional de Justiça, vinculada ao Ministério da Justiça, emitiu o certificado que qualifica o Instituto Xingó como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

En blanco

Fls.: 67
Proc.: 360/01
Sobradinho
Rubr.:

Do ponto de vista operacional, a criação do Instituto Xingó e, principalmente, a sua qualificação como OSCIP foram de fundamental importância para a implementação de ações do Programa Xingó. Atualmente, o Instituto Xingó tem apoio legal para assinar Termos de Parceria com organismos da Administração Direta e Indireta (dois Termos de Parceria já foram assinados entre o Instituto Xingó e a CHESF) e o apoio operacional e suporte logístico às ações do Programa já são prestados pelo Instituto com mais propriedade e efetividade do que na época em que esses apoio e suporte dependiam da estrutura formal da CHESF e de outros participantes do Programa.

As ações de pesquisa, extensão e desenvolvimento local são desenvolvidas sob orientação técnica e coordenação de professores e profissionais universitários originários das universidades participantes do Programa como bolsistas do CNPq.

A CHESF proporcionou o capital social básico (imóveis e equipamentos de escritório oriundos da construção de Xingó) necessários às atividades de campo e tem participação financeiramente da implantação das ações (inicialmente por meio de convênios com fundações das universidades participantes do Programa e, hoje, por meio de Termos de Parceria com o Instituto Xingó). Entre 1996 e março de 2003, excluído o Capital Social Básico e custos de pessoal envolvido no suporte operacional, a CHESF aplicou cerca de R$ 7 milhões no Programa Xingó. A SUDENE participou com aportes da mesma ordem de grandeza da CHESF e o CNPq, exceto bolsas, com cerca de R$ 4 milhões.

Em março de 2003, o Programa contava com 75 bolsistas do CNPq residentes em Xingo, representando um dispêndio anual da ordem de R$ 800.000,00 de responsabilidade do MCT.

A CHESF considera que o Programa Xingó, por meio de seu ente operacional o Instituto Xingo, é, potencialmente, agente de fundamental importância para implementação de políticas de Responsabilidade Social e para a concretização de ações emergenciais e permanentes (estruturadoras) do Programa Fome Zero.

4. JUSTIFICATIVA

Após 25 anos da conclusão da construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, os municípios de sua área de influência permanecem em um estado de pobreza lastimável. Nas cidades construídas pela CHESF, existem indicadores mais positivos do que nos demais municípios, mas todos eles

Fls.: 06
Proc.: 3607/01
Sobradinho

permanecem com índices de renda extremamente baixos, evidenciando o nível de pobreza em que vivem 221.204 habitantes daquela região.

Torna-se necessário, então, implantar ações para estimular o desenvolvimento local, melhorando o nível de renda das comunidades.

No âmbito das Ações de Responsabilidade Social da Empresa, o Programa Sobradinho justifica-se pela carência das populações envolvidas e pelo compromisso social da CHESF com as comunidades diretamente afetadas pelo seu maior reservatório.

5. SITUAÇÃO ATUAL DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO

O rio São Francisco, conforme seu papel na história da região e de acordo com diferentes avaliações, é tido como de fundamental importância para as populações que dele tiram seu sustento. Sua bacia ocupa uma área de 640 mil km², abrangendo sete estados da federação: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Distrito Federal e Goiás. Desde a nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais até sua foz no Oceano Atlântico, o rio tem 2.700 km de extensão e sua vazão média anual é de 2.980 m³/s. Em seus 463 municípios, habitam 15 milhões de pessoas, sendo que 46% do total de sua área são apropriadas para a irrigação artificial.

No vale do São Francisco, estão 100% da reserva nacional de zinco; 97% da reserva de chumbo; 60% da de cromo e 20% da de ferro.

Em torno do reservatório de Sobradinho, situam-se os municípios de Sobradinho, Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Xique-Xique e Sento Sé, todos situados no Estado da Bahia. Embora integrem a área de influência do reservatório, os municípios de Petrolina e Juazeiro (Pernambuco e Bahia, respectivamente), em razão de suas condições de pólo de agricultura irrigada e centros comerciais de grande peso na região, não serão diretamente beneficiados com as ações deste Programa.

Todos os municípios citados apresentam forte vocação agrícola e, atualmente, os seus governos estão estimulados a investir na modernização agrícola, na preservação ambiental e,

EM BRANCO

Fls.: 69
Proc.: 360/01
Sobradinho
Rubr.:

principalmente, na racionalidade do uso das águas do rio. Para tanto criaram uma Associação onde definem seus papéis na gestão do rio.

A pecuária existente nos municípios da área do reservatório de Sobradinho consiste de bovinos, caprinos, ovinos, produção de leite de vaca, galinhas e ovos de galinhas. Em alguns municípios, há criação de porcos, codornas e produção de mel de abelha.

Nesses municípios, as lavouras permanentes predominantes são banana, coco-da-baía, manga, limão e mamão. Existem, em alguns municípios, lavouras de laranja, goiaba, maracujá e uva. As principais lavouras temporárias são arroz, cebola, feijão, milho, melancia, mandioca e batata-doce. Há, também, produção de cana-de-açúcar, mamona, tomate, abacaxi, melão e algodão em alguns municípios.

Em termos de produção da extração vegetal e silvicultura, destacam-se o umbu, madeiras para produção de carvão vegetal, lenha e toras. Em Pilão Arcado, são extraídos produtos aromáticos e medicinais, tóxicos e corantes. Em Xique-Xique, também existe produção de fibras.

De acordo com o Censo 2000, uma síntese dos dados dos municípios é apresentada no Tabela 1.

Com uma área de 45.929,8 km² e uma população de 221.204 habitantes, os municípios em torno do Reservatório de Sobradinho têm condições sanitárias precárias, especialmente Pilão Arcado e Xique-Xique. As três cidades construídas pela Chesf, Casa Nova, Remanso e Sento Sé, além de Sobradinho que foi formada a partir do acampamento da obra da usina, apresentam melhores condições em termos de esgotamento sanitário. Com exceção de Sobradinho, todos os municípios necessitam ampliar os seus sistemas de abastecimento de água. A coleta do lixo, excetuando Sobradinho, também é precária em todos os municípios.

Xique-Xique é o município com o maior número de leitos hospitalares, enquanto Sobradinho não dispõe de nenhum leito, provavelmente em virtude de sua proximidade com Petrolina e Juazeiro. As cidades com maior número de escolas de ensino fundamental são Casa Nova e Pilão Arcado. Sento Sé possui o maior número de escolas de ensino médio (seis).

Remanso e Xique-Xique destacam-se em termos do número de empresas com CNPJ atuantes, do pessoal ocupado em unidades locais e de agências bancárias. Nos dois primeiros indicadores

Ex Libris

Fls.: 10
Proc.: 360/101
Sobradinho
Rubr.:

econômicos, Pilão Arcado tem o pior desempenho. Pilão Arcado, Sento Sé e Sobradinho têm apenas uma agência bancária.

TABELA 1 – Síntese dos Dados dos Municípios situados em torno do Reservatório de Sobradinho

Município / Dados	Casa Nova	Pilão Arcado	Remanso	Sento Sé	Sobradinho	Xique-Xique
Área Total (km²)	9657,5	11.714,0	4.693,3	12.578,4	1.322,9	5.963,7
Pessoas residentes	55.730	30.713	36.257	32.461	21.325	44.718
Pessoas Alfabetizadas (10 anos ou mais de idade)	30.183	13.895	19.722	16.460	13.516	24.414
% de domicílios particulares com banheiro ou sanitário – esgotamento sanitário – rede geral	19,3	0,2	44,6	21,4	58,1	4,1
% de domicílios particulares permanentes – forma de abastecimento de água – rede geral	48,4	30,3	60,0	69,4	92,9	72,5
% de domicílios particulares permanentes – destino do lixo coletado	37,9	21,4	42,8	30,2	89,8	45,9
Hospitais	1	1	2	1	0	2
Leitos hospitalares	42	6	143	32	0	188
Unidades ambulatoriais	4	2	8	1	2	9
Estabelecimentos de ensino fundamental	243	245	151	105	23	151
Estabelecimentos de ensino médio	3	2	2	6	3	3
Matrículas – ensino fundamental	16.606	12.246	11.596	11.084	6.547	15.380
Matrículas – ensino médio	1.173	214	1.158	859	1.364	1.728
Empresas com CNPJ atuantes	230	98	422	109	301	416
Pessoal ocupado – unidades locais	1.368	113	975	720	904	1.385
Agências bancárias	2	1	3	1	1	3

Fonte: Censo 2000 – IBGE.

EM BRANCO

Fls.: 21
Proc.: 360/01
Sobradinho
Rubr.:

A Tabela 2 apresenta os índices de desenvolvimento humano dos municípios situados em torno do reservatório de Sobradinho.

TABELA 2 - Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios situados em torno do Reservatório de Sobradinho

Município / Indicadores	Casa Nova	Pilão Arcado	Remanso	Sento Sé	Sobradinho	Xique-Xique
Esperança de vida ao nascer (em anos)	58,15	56,82	59,52	56,29	59,52	53,63
Taxa de alfabetização de adultos (%)	52,63	42,19	50,89	49,28	71,31	58,15
Taxa bruta de freqüência escolar (%)	38,69	22,72	46,50	33,50	67,08	46,74
Renda per capita (R$)	77,34	28,13	62,29	72,39	125,33	63,41
Índice de Longevidade (IDHM-L)	0,552	0,530	0,575	0,521	0,575	0,477
Índice de Educação (IDHM-E)	0,480	0,357	0,494	0,440	0,699	0,543
Índice de Renda (IDHM-R)	0,499	0,330	0,462	0,488	0,579	0,465
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,510	0,406	0,511	0,483	0,618	0,495
Classificação estadual (415 municípios)	215	409	213	301	22	265
Classificação nacional (5.507 municípios)	4.343	5.443	4.336	4.781	2.890	4.581

Fonte: IPEA, Fundação João Pinheiro, UNPD; Novo Atlas do Desenvolvimento no Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula, longevidade (esperança de vida ao nascer, que sintetiza as condições de saúde e salubridade) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Fls.: 12
Proc.: 3601/01
Sobradinho
Rubr.:

Com o objetivo de aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios, foi criado o IDHM, cujas dimensões são as mesmas do IDH – educação, longevidade e renda (renda municipal per capita) -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. O IDHM é a média aritmética dos índices de educação, longevidade e renda.

Como pode ser observado na Tabela 2, o município de Xique-Xique tem a mais baixa esperança de vida ao nascer (53,63 anos), enquanto Pilão Arcado tem os piores indicadores de taxa de alfabetização de adultos (42,19%), taxa bruta de freqüência escolar (22,72%) e renda per capita (R$ 28,13).

Sobradinho apresenta o melhor IDHM (0,618) de todos os municípios da área em torno do reservatório da usina, ocupando a 22ª posição no Estado da Bahia e a 2890ª na classificação nacional dos municípios. Pilão Arcado tem o pior IDHM (0,406), ocupando a 409ª posição estadual e a 5.443ª nacional. Todos os municípios têm índices de renda baixos e, com exceção do de Sobradinho, todos estão abaixo de 0,500.

6. MATRIZ DA ESTRUTURA LÓGICA DO PROGRAMA

6.1 Objetivo 1

Organizar plano de gestão e difusão de informações de estudos e pesquisas para o semi-árido, visando estimular o desenvolvimento local sustentável dos municípios da área de influência do Reservatório de Sobradinho.

6.1.1 Resultados Esperados

a) Criar um núcleo de pesquisa em Sobradinho para implantar programas de extensão nos municípios da área de influência do Reservatório.

b) Elaborar um Plano de Ação de Responsabilidade Social para a Área de Influência do reservatório de Sobradinho.

c) Realizar 3 (três) seminários para discutir o Plano de Ação do Programa Sobradinho

Fls.: 13
Proc.: 3604/01
Rubr.:
Sobradinho

6.1.2 Atividades a Serem Desenvolvidas

a) Encaminhar o Programa para aprovação pela Diretoria da CHESF.

b) Selecionar e adaptar local para instalação do núcleo.

c) Selecionar recursos humanos para funcionamento do Programa.

d) Contatar o governo da Bahia, prefeitos e lideranças locais para implantação do Programa.

e) Contratar consultores para elaboração do Plano de Ação.

f) Articular ações para realização dos seminários, com a participação, entre outros, de representantes do Ministério de Ciência e Tecnologia, do governo do Estado da Bahia, dos municípios do entorno do reservatório, da CHESF, da CODEVASF, do CNPq, do SEBRAE, das universidades, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e de organizações não governamentais, além das lideranças locais, onde serão validados a proposta do Programa de Responsabilidade Social de Sobradinho e os projetos a serem implantados.

6.2 Objetivo 2

Articular apoios institucionais para implantação de programas de extensão para o desenvolvimento local.

6.2.1 Resultados Esperados

a) Firmar Termos de Parceria com universidades, Ministérios da Integração Nacional e Ciência e Tecnologia, CNPq, SEBRAE, CODEVASF, Governo do Estado da Bahia e municípios.

b) Criar fórum permanente para discussão de estudos, pesquisas e projetos de extensão bem sucedidos para o desenvolvimento local.

c) Firmar Protocolo de Compromisso com uma entidade, a exemplo do Instituto Xingó no caso do Programa Xingó, para atuar como gestora do Programa Sobradinho.

Fls.: 14
Proc.: 360/01
Sobradinho
Rubr.:

6.2.2 Atividades a Serem Desenvolvidas

a) Preparar minutas dos Termos de Parceria.

b) Articular apoios para viabilização dos Termos de Parceria.

c) Solicitar às instituições indicações dos representantes no fórum permanente.

d) Elaborar calendário de reuniões do fórum permanente.

e) Elaborar minuta de Protocolo de Compromisso entre as entidades participantes do Programa Sobradinho e a Entidade Gestora do Programa.

6.3 Objetivo 3

Desenvolver projetos de extensão, visando o desenvolvimento local.

6.3.1 Resultados Esperados

a) Implantar todos os projetos bem-sucedidos do Programa Xingó na área de influência do Reservatório de Sobradinho.

b) Estimular a difusão de projetos de extensão para o desenvolvimento local.

6.3.2 Atividades a Serem Desenvolvidas

a) Adaptar projetos para a realidade local.

b) Selecionar quadro técnico responsável pela implementação dos projetos.

c) Envolver o poder público e as comunidades locais.

d) Elaborar e implantar programa de comunicação.

e) Captar recursos de entidades nacionais e internacionais.

Fls.: 45
Proc.: 360/07
Sobrinho
Rubr.:

6.4 Objetivo 4

Desenvolver projetos para melhoria da qualidade de vida da população

6.4.1 Resultados Esperados

a) Implantar 6 (seis) projetos de saneamento em comunidades carentes.

b) Implantar melhorias em 2 (dois) hospitais e em 6 (seis) postos de saúde da região.

6.4.2 Atividades a Serem Desenvolvidas

a) Identificar as comunidades a serem beneficiadas.

b) Identificar hospitais e postos de saúde a serem beneficiados.

c) Articular participação de órgãos federais, estaduais e municipais.

d) Elaborar convênios para a viabilização das melhorias.

e) Avaliar, ouvindo a população, as melhorias relacionadas aos projetos implantados.

7. SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA

7.1 Indicadores e Metas de Desempenho

Por meio dos indicadores, é possível verificar a distância entre as metas preestabelecidas, na fase de planejamento das ações, e a situação em cada momento, ou no final de períodos regulares.

Os indicadores devem ter as seguintes características:

- seletividade ou importância, ou seja, capacidade de captar características-chave do projeto ou ação;
- altos níveis de validade e confiabilidade;
- clareza e facilidade de comunicação;
- baixo nível de complexidade;

Fls.: 16
Proc.: 360/01
Sobradinho

- comparabilidade, isto é, devem ser fáceis de comparar com referenciais apropriados;
- estabilidade e disponibilidade, a saber, devem ser perenes e gerados com base em procedimentos padronizados, incorporados à atividade de monitoramento;
- capacidade de diferenciação estatística, ou seja, devem ser representativos, inclusive em termos estatísticos, dos aspectos a que se referem;
- baixos custos de obtenção;
- podem ser qualitativos ou quantitativos: os primeiros têm um caráter mais estatístico e são baseados em algum tipo de medida. São úteis quando são necessárias comparações; os qualitativos são tipicamente baseados na expressão de sentimentos e atitudes e não são quantificáveis. Referem-se ao caráter ou perfil da coisa avaliada.

A Tabela 3 apresenta os indicadores e metas de desempenho ambiental considerados para cada objetivo, bem como o indicador global das ações do Programa Sobradinho. O indicador global será aferido pela média aritmética dos percentuais realizados / previstos de cada objetivo.

TABELA 3 - INDICADORES E METAS DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

OBJETIVO	INDICADOR	META ANUAL
1. Organizar plano de gestão e difusão de informações de estudos e pesquisas para o semi-árido, visando estimular o desenvolvimento local sustentável dos municipios da área de influência do Reservatório de Sobradinho.	Número de seminários realizados para discussão do Plano de Ação;	3
	Número de prefeitos e lideranças locais contatados;	30
	Número de técnicos envolvidos com o Programa;	70
	Prazo para implantação do Programa de Responsabilidade Social;	3 meses
	Recursos financeiros disponibilizados pela Chesf;	R$ 1.000.000,00
	Recursos financeiros disponibilizados por outras instituições;	R$ 1.000.000,00
	Percentual previsto/realizado.	100
2. Articular apoios institucionais de programas de extensão para o desenvolvimento local	Número de universidades participantes do Programa;	5
	Número de instituições governamentais participantes do Programa;	5
	Número de instrumentos contratuais (convênios e termos de parceria) assinados;	5
	Prazo de implantação do Fórum Permanente de Desenvolvimento Local;	6 meses
	Número de reuniões do Fórum;	4
	Prazo de assinatura do Protocolo de Compromisso entre as entidades participantes do Programa Sobradinho e a Entidade Gestora do Programa;	4 meses
	Percentual previsto/realizado.	100

Fls.: 11
Proc.: 2601/01
Rubr.:

TABELA 3 – INDICADORES E METAS DE DESEMPENHO DO PROGRAMA (Cont.)

OBJETIVO	INDICADOR	META ANUAL
3. Desenvolver projetos de extensão, visando o desenvolvimento local.	Número de projetos implantados;	18
	Número de técnicos contratados para implementação dos projetos;	40
	Número de eventos realizados para divulgação do Programa;	3
	Número de campanhas de mídia realizadas;	5
	Recursos captados de organizações nacionais e internacionais;	R$ 300.000,00
	Recursos aplicados;	R$ 1.500.000,00
	Número de famílias beneficiadas;	44.241
	Acréscimo de renda por família beneficiada;	R$ 15,00
	Número de pessoas beneficiadas;	221.204
	Percentual previsto/realizado.	100
4. Desenvolver projetos para melhoria da qualidade de vida da população	Número de projetos de saneamento implantados;	6
	Número de comunidades beneficiadas por projetos de saneamento;	18
	População beneficiada por projetos de saneamento;	22.000
	Número de hospitais reformados;	2
	População beneficiada por reformas de hospitais;	75.431
	Número de postos de saúde reformados;	6
	População beneficiada por reformas de posto de saúde;	81.915
	Número de órgãos federais, estaduais e municipais participantes do Programa;	15
	Número de convênios assinados;	5
	Número de pesquisas realizadas para avaliação dos projetos implantados;	2
	Percentual previsto/realizado.	100
GERAL	Percentual previsto/realizado	100

Fls.: 42
Proc.: 360/101
Rubr.:

EM BRANCO

Fls.: 19
Proc.: 360/01
Sobrasinho
Rubr.:

7.2 Critérios de Avaliação

A avaliação das ações a serem implantadas tem por objetivo verificar o nível de sucesso dos mesmos, estando, portanto, relacionada com a qualidade da execução dos serviços.

Diferentes critérios serão utilizados, dependendo dos objetivos da avaliação:

- ***Efetividade*** – relaciona-se com o grau de obtenção do objetivo;
- ***Eficiência*** - relação entre a quantidade de recursos envolvidos na ação e o grau de atendimento do objetivo;
- ***Utilidade*** – relaciona-se com o uso que o público alvo faz do projeto, observado se o projeto ou a ação responde às suas necessidades;
- ***Sustentabilidade*** – relaciona-se com a capacidade dos benefícios do projeto ou ação de continuarem depois de suas implantações.

A avaliação da evolução dos projetos será realizada pela Entidade Gestora do Programa, com foco nos resultados e freqüência semestral. Mas, é importante ressaltar que, quando a avaliação enfocar não apenas os resultados, mas também processos e procedimentos, poderá se fazer necessária a reconstrução de processos e a mudança de procedimentos, ao invés da simples avaliação da ação.

Concluída a avaliação pela Entidade Gestora, ela será analisada pela área de Responsabilidade Social, que deverá apresentá-la à Diretoria para identificação dos progressos e dificuldades no desenvolvimento das atividades e aferição dos indicadores em relação às metas estabelecidas, sendo discutidas e recomendadas ações corretivas. A Figura 1 apresenta o esquema da sistemática de avaliação.

Fls.: 80
Proc.: 360/01
Sobradinho
Rubr.:

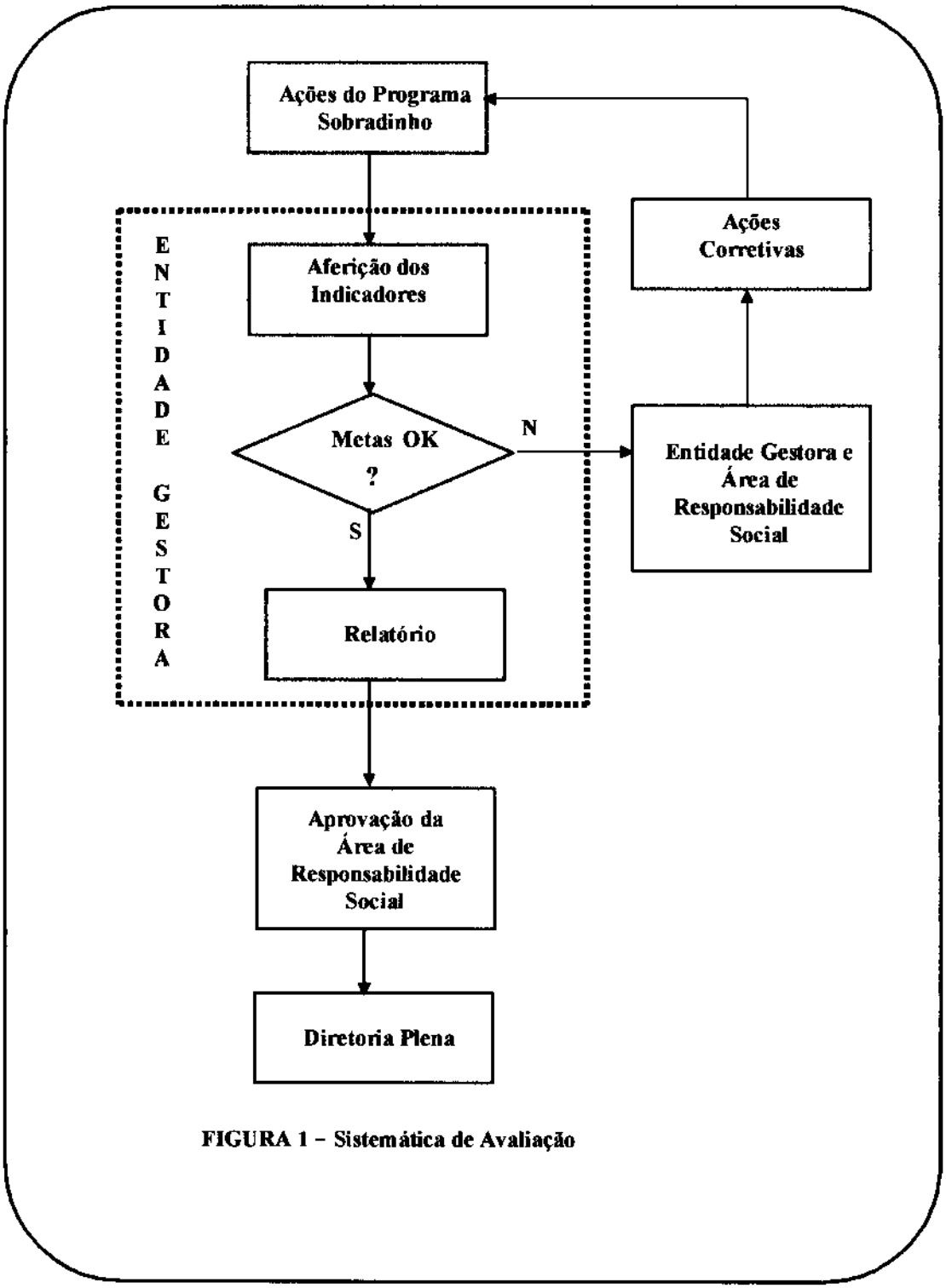


FIGURA 1 – Sistemática de Avaliação

Fls.: 81
Proc.: 3601/01
Sobradinho
Rubr.:

8. RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS

De acordo com o Plano de Ação de Responsabilidade Social – Fome Zero da Empresa, no ano de 2003, serão investidos R$ 1.000.000,00, beneficiando uma população de mais de 200.000 habitantes.

De 2004 a 2006, o dispêndio anual da CHESF no Programa Sobradinho será de R$ _____, buscando-se captar, de outras instituições, recursos da mesma ordem de grandeza.

Ainda conforme o Plano de Ação citado anteriormente, a utilização dos recursos deverá ser estabelecida por meio de um processo participativo, com os seguintes atores: estados, municípios, organizações da sociedade civil e CHESF.

É importante ressaltar que esse enfoque de orçamento participativo contempla a negociação de contrapartida dos estados e municípios com a participação financeira de recursos dos "royalties" que recebem em decorrência da geração hidrelétrica da CHESF.

9. REFERÊNCIAS

CHESF. Programa Xingo: Uma Iniciativa de Responsabilidade Social. Recife, 2003.

CHESF. Responsabilidade Social – Fome Zero: Plano de Ação. Recife, 2003.

IBGE. Censo 2000. (http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php).

IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO E UNDP. Novo Atlas do Desenvolvimento no Brasil. Apoio IBGE (http://www.ipea.gov.br/).

MELO NETO, F. P. de e C. FROES. Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1999.

Fls.: 82
Proc.: 3604/01
Rubr.:

FAMÍLIAS REASSENTADAS PELA UHE SOBRADINHO

ANEXO 3

QUADRO I

DESTINO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO E REASSENTADAS PELA CHESF

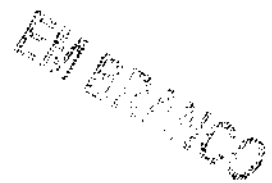
LOCAL DE ORIGEM		BORDA DO LAGO				"SOLUÇÃO PRÓPRIA"			PEC SR	FALECIDO E DESTINO IGNORADO	TOTAL GERAL
		NOVAS CIDADES	NÚCLEOS RURAIS	CAATINGA	SUBTOTAL	ÁREAS VIZINHAS	OUTRAS ÁREAS	SUBTOTAL			
ÁREA URBANA	SENTO SÉ	264	-	2	266	19	5	24	1	-	291
	CASA NOVA	577	-	5	582	27	12	39	2	9	632
	REMANSO	1.752	2	19	1.773	25	109	134	7	69	1.983
	PILÃO ARCADO	284	-	-	284	22	16	38	3	3	328
	SUB TOTAL	2.877	2	26	2.905	93	142	235	13	81	3.234
	%	88,96	0,0	0,8	89,82	2,87	4,39	7,26	0,4	2,5	100
ÁREA RURAL	JUAZEIRO	14	99	4	117	93	2	95	9	2	223
	SENTO SÉ	458	1.620	265	2.343	522	368	890	296	68	3.597
	XIQUE XIQUE	-	-	-	-	74	11	85	-	1	86
	CASA NOVA	321	658	581	1.560	454	139	593	652	42	2.847
	REMANSO	101	273	531	905	54	156	210	21	64	1.200
	PILÃO ARCADO	80	3	370	453	95	79	174	35	4	666
	SUB TOTAL	974	2.653	1.751	5.378	1.292	755	2.047	1.013	181	8.619
	%	11,30	30,78	20,31	62,39	14,99	8,76	23,75	11,75	2,10	100
TOTAL DO RESERVATÓRIO		3.851	2.655	1.777	8.283	1.385	897	2.282	1.026	262	11.853
%		32,49	22,40	14,99	69,88	11,68	7,56	19,25	8,65	2,21	100

Fls.: 83
Proc.: 3001/81
Rubr.:

Fls.: 24
Proc.: 360/01
Rubr.:

RELATÓRIO DO PROJETO SOBRADINHO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO

ANEXO 4



Fls.: 85
Proc.: 3607/01
Rubr.:

PRODESCA
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO 5

Fls.: 16
Proc.: 360/01
Rubr.:
Recebido em 8/2/04

PRODESCA
Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos

TERMO DE REFERÊNCIA DE UM PROJETO
(minuta para discussão)

I. INTRODUÇÃO

Os empreendimentos elétricos, mormente os de fonte hídrica, provocam ruptura das estruturas e circuitos produtivos locais e regionais, assim como dos mecanismos sociais que coesionam grupos e comunidades, redes de solidariedade que operam mesmo em situações de graves carências e de ausência de ação efetiva de políticas governamentais. Mesmo quando existem esforços para mitigar os impactos negativos e reparar as perdas, há casos onde comunidades e famílias atingidas encontram-se ainda confrontadas a condições de vida piores que as prevalecentes antes da intervenção.

Há convergência no sentido de identificar que os planos de desenvolvimento local/regional podem oferecer uma perspectiva de recomposição econômica, efetiva recuperação social, psicossocial e desenvolvimento. Buscando alterar concepções e metodologias de enfrentamento dos problemas sociais e ambientais decorrentes da construção e operação de projetos elétricos, bem como propiciar às empresas do GRUPO Eletrobrás uma referência para a ação - em termos de metodologia e linguagem comum – articulando-as e promovendo iniciativas integradas no tratamento das questões de desenvolvimento das comunidades.

As empresas de energia elétrica que constroem e operam seus empreendimentos (usinas, linhas de transmissão, etc) são agentes de transformação das sociedades locais/regionais da área de implantação, e, nesta condição, são responsáveis pelos custos sociais e ambientais decorrentes de suas intervenções. Representantes das empresas do Grupo Eletrobrás discutiram, avaliaram e aprovaram o documento **PRODESCA - Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos.** Esse documento foi oficializado na Diretoria Executiva da Eletrobras pela Resolução 702/2003, complementada pela Resolução 804/2003, disponibilizando os instrumentos necessários (administrativos, técnicos e financeiros) para se iniciar os trabalhos e as parcerias institucionais decorrentes.

A implementação do PRODESCA dar-se-á através de PROJETOS, a serem identificados por cada empresa membro do Consise e implementados segundo os conceitos e as metodologias previstas nesse Programa. Os resultados conquistados com essa metodologia poderão tornar-se diretrizes para o estabelecimento de novos procedimentos no trato das questões sócio-econômicas e de inserção regional dos empreendimentos elétricos, principalmente os de fonte hídrica. Ao mesmo tempo, poderão contribuir para o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos normativos que tratam dessa temática nos licenciamentos do Setor Elétrico.

EN BLANCO

II. OBJETIVO GERAL

Os PROJETOS de que trata o documento PRODESCA devem objetivar o desenvolvimento de comunidades que estão localizadas na região de influência ou de impacto dos seus empreendimentos elétricos, e que ainda não conseguiram reconstituir, por motivos diversos, seus quadros de vida e suas condições de sobrevivência. Os PROJETOS devem ter as comunidades locais rigorosamente como foco, reconhecendo-as como seu protagonista principal na definição de necessidades e de prioridades na implementação. Ou seja, a comunidade local, mobilizada em torno de seu próprio processo de desenvolvimento, elegerá suas prioridades comuns, a partir das necessidades identificadas por seus integrantes. À partir disso é que serão montados (detalhados) os PROJETOS em si, com definição de ações, recursos e cronograma de implantação, seguidos de critérios de avaliação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Disponibilizar novos instrumentos para que as empresas elétricas assumam sua condição de indutores de desenvolvimento local e regional, através de compromissos com o desenvolvimento humano e responsabilidade social, catalizando o envolvimento de poderes públicos, instituições públicas e privadas e da sociedade civil organizada para a implementação do PROJETO;

- Assegurar ampla e decisiva participação informada da comunidade na concepção, elaboração, discussão e decisão de objetivos de cada PROJETO e meios para atingi-los;

Os PROJETOS devem promover a recuperação e o desenvolvimento econômico e social das comunidades e famílias atingidas pelos seus empreendimentos. Destacamos, entre outras, as temáticas abaixo:-

a. **Geração de Emprego e Renda**

b. **Capacitação Profissional**

c. **Educação e Cidadania**

d. **Segurança Alimentar**

III. METODOLOGIA DE FORMATAÇÃO DO PROJETO

A participação informada da(s) comunidade(s) eleita(s), objetivando formatar o PROJETO, supõe a produção e difusão das informações necessárias a que todos possam intervir ativamente na elaboração tanto do diagnóstico dos problemas das comunidades, quanto das soluções adequadas. Isto implica em engajar, direta e indiretamente, as próprias comunidades no processo de coleta e sistematização das informações econômico-sociais necessárias à elaboração do PROJETO, vencendo as quatro etapas iniciais propostas na metodologia do PRODESCA.

Fls.: 68
Proc.: 302/01
Rubr.:

Cada PROJETO deverá ser concebido a partir da implementação [redacted] das quatro etapas iniciais abaixo (a. até d.), atendendo as condições e especificidades regionais e culturais da(s) comunidade(s) eleita(s). Essas quatro etapas deverão ser detalhadas segundo tabela descritiva ao final do documento:

a. Mobilização: Mobilização, sensibilização e capacitação das comunidades locais para a gestão participativa do processo de desenvolvimento. Nessa fase, caso sejam comunidades pouco acostumadas a tratar (conversar, discutir, informar-se) de suas próprias questões, problemas e prioridades, talvez haja necessidade de motivar as pessoas a acreditarem na proposta do PRODESCA e iniciar a mobilização em torno da formatação da mesma. Pode-se contar com a distribuição de folders, cartazes, apresentação de vídeos ou outros instrumentos que a empresa tenha – ou possa realizar – para incrementar a mobilização e ajudar a difundir informações necessárias para a consecução dos objetivos dessa e das demais etapas.

b. Constituição do Fórum Comunitário: Constituição de Fóruns (discussões) com a presença dos principais grupos e representantes das comunidades envolvidas para a elaboração do PROJETO. Nessa fase talvez seja necessário ofertar às comunidades (e a seus representantes) meios de transporte, alimentação, estadia e/ou outros instrumentos (administrativos, financeiros, etc) para que possam encontrar-se, discutir suas questões, trocar informações, amadurecer idéias e iniciar o processo de definir prioridades, objetivos e suas participações na consecução das propostas que daí advirem.

c. Diagnóstico Preliminar: Diagnóstico com a(s) comunidade(s). Pesquisas nas comunidades e em outras fontes de informação. Identificação dos principais problemas e suas causas a partir de discussões nas comunidades. Nesta fase faz-se necessário que as participações (seja através de representantes das comunidades ou não) ocorram com nivelamento de informações, objetivos e coadunação de propósitos Objetiva-se que esse *diagnóstico preliminar* seja, ao final dessa etapa, revertido para a elaboração de uma PRÉ-AGENDA, contendo claramente a necessidade e prioridades dessa(s) comunidade(s), seus esforços e propostas de participações na implementação das mesmas, para ser apresentada como legítima reivindicação dessa(s) comunidade(s) quando do início da próxima etapa de trabalho. Ter sempre em mente os itens elencados em II.

d. Constituição do Conselho de Desenvolvimento: Instância de encontro de representantes do Fórum Comunitário e das instituições parceiras (tais como Agências de Desenvolvimento, COEP – Comitê de Entidades de Combate à Fome e pela Vida, Empresas Públicas e Privadas, Instituições governamentais (federais, estaduais e municipais, entre outras) para deliberação das propostas e meios de execução. Nessa etapa será entregue pelo(s) representante(s) da(s) comunidade(s) a PRÉ-AGENDA elaborada na etapa anterior, como contribuição da comunidade à formatação dos PROJETOS que passarão a ser detalhados e implementados na etapa seguinte, com a clara definição das parcerias institucionais e das responsabilidades de participação (técnicas e financeiras) de cada instituição partícipe deste Conselho. Importante salientar que cabe à empresa elétrica ser a "gestora" de todo o processo de induzir as instituições para efetuar essas parcerias.

SIN PROVECHO

promover os encontros, cobrar os resultados e auferir garantia da participação das comunidades em todas as etapas (através de seus representantes), bem como avaliar os resultados obtidos, ajustando futuras ações. É fundamental que a empresa elétrica funcione como uma *"mini-secretaria-executiva"* para a implementação do(s) Projeto(s), articulando-se devidamente com todos os partícipes e garantindo a aplicabilidade da metodologia PRODESCA até o final de todas as etapas previstas.

À partir da Constituição do Conselho de Desenvolvimento, com a definição das necessidades e da forma de solucioná-las devidamente discutidas e aprovadas pelas comunidades e demais parceiros locais/regionais, inicia-se a formatação do PROJETO em si. Essa etapa (e) é de responsabilidade da empresa elétrica, em conjunto com os parceiros conquistados e definidos na etapa anterior, devendo ser objeto de detalhamento e de estabelecimento de acordos específicos entre as partes.

e. Elaboração do PROJETO:-

Todas as sub-etapas abaixo deverão ter a ativa participação das comunidades, através dos representantes por elas escolhidos, bem como do(s) representante(s) da empresa elétrica.

- **objetivos e metas**: Estabelecimento dos principais objetivos do PROJETO, com clara definição das formas de implementação, das parcerias institucionais e das fontes de recursos pertinentes, à partir das discussões e resultados obtidos nas etapas de a. até d. acima. (escolher entre os objetivos específicos listados em II). Considerar aqui obrigatoriamente a PRÉ-AGENDA apresentada pelas comunidades na etapa de Constituição do Conselho de Desenvolvimento, que certamente receberá contribuições várias através do incremento de participação das várias instituições e órgãos formadores do Conselho de Desenvolvimento.

- **ações e programas**: Definição das principais ações, programas e iniciativas a serem implementados para que os objetivos sejam alcançados. Definição dos prazos e metas de cada ação, com indicação do(s) responsável(eis) pela sua realização (empresa, municipalidade, EMATER, etc.). Nesta etapa também deverão ser obrigatoriamente definidas as fontes financeiras para a implementação de todas as ações e programas, bem como apresentar (e aprovar) o cronograma de dispêndios para a consecução dos objetivos. As comunidades deverão participar e colaborar ativamente na implementação dos mesmos, inclusive no controle dos gastos e na lisura dos procedimentos.

- **monitoramento e avaliação do projeto:** observância dos objetivos do projeto, corrigindo distorções durante sua implementação, com avaliação dos resultados alcançados. Nesta etapa a empresa elétrica (contando com a colaboração das demais instituições partícipes e das comunidades) deverá proceder registros de informações e dados (da forma que melhor lhe convier) capazes de mensurar os resultados obtidos, identificar eventuais ajustes na continuidade dos programas ou ações, e permitir uma real avaliação dos objetivos traçados com a implementação da metodologia PRODESCA e prol do desenvolvimento das comunidades afins.

Fls.: 90
Proc.: 3601/01
Rubr.:

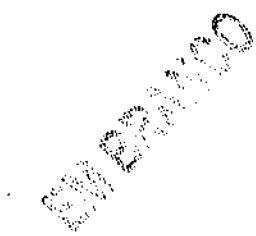
IV. ETAPAS DE TRABALHO / ORÇAMENTO / FONTES DE RECURSOS (a. até d.)

1. Empresa / Empreendimento:
Comunidade(s):
Número de Famílias Atendidas:

BREVE DESCRIÇÃO DA PROBLEMÁTICA descrição histórica da situação da(s) comunidade(s) e do envolvimento da empresa com a mesma

ETAPA A: MOBILIZAÇÃO				
AÇÕES / INICIATIVAS	NECESSIDADES PARA REALIZÁ-LAS	CUSTOS		
		(empresa)	(parceria)	TOTAL
1.				
2.				
3.				
TOTAL				

OBSERVAÇÃO:



Fls.: 91
Proc.: 360/01
Rubr.:

ETAPA B: CONSTITUIÇÃO DE FORUM COMUNITÁRIO				
AÇÕES / INICIATIVAS	INSTRUMENTOS e NECESSIDADES PARA REALIZÁ-LAS	CUSTOS		
		(empresa)	(parceria)	TOTAL
1.				
2.				
3.				
TOTAL				

OBSERVAÇÃO:

ETAPA C: DIAGNÓSTICO PRELIMINAR				
AÇÕES / INICIATIVAS	INSTRUMENTOS E NECESSIDADES PARA REALIZÁ-LAS	CUSTOS		
		(empresa)	(parceria)	TOTAL
1.				
2.				
3.				
TOTAL				

OBSERVAÇÃO:

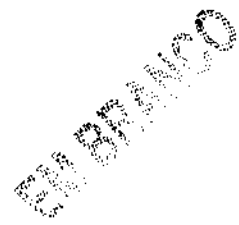
Fls.: 92
Proc.: 360/01
Rubr.:

PRÉ AGENDA

EMPRESA / PROJETO ELÉTRICO: (por exemplo CHESF / Boa Esperança)
COMUNIDADES: (listar incluindo entre parênteses número da população a ser beneficiada)

NECESSIDADES PRIORIDADES	PROPOSTA (AÇÕES e/ou PROGRAMAS)	CONTRIBUIÇÃO DA COMUNIDADE

OBSERVAÇÕES:



Fls.: 93
Proc.: 360/01
Rubr.:

ETAPA D: CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO				
AÇÕES / INICIATIVAS	INSTRUMENTOS E NECESSIDADES PARA REALIZÁ-LAS	CUSTOS		
		(empresa)	(parceria)	TOTAL
TOTAL				

OBSERVAÇÃO:

Fls.: 99
Proc.: 360/01
Rubr.:

2. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ETAPAS DE TRABALHO (a. até d.)

	2004											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	dez
ETAPA A												
ETAPA B												
ETAPA C												
ETAPA D												

3. AVALIAÇÃO PARCIAL DOS RESULTADOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Deverá ser apresentado uma avaliação dos resultados obtidos ao final de cada uma das quatro etapas iniciais e necessárias à formatação do Projeto PRODESCA., indicando o número de participantes (população diretamente beneficiada pelo Projeto), as ações implementadas, os prazos e custos despendidos para os resultados alcançados. Eventuais dificuldades percebidas na realização dessas etapas deverão ser mencionadas, para avaliação posterior da metodologia PRODESCA.

3.1. Lições Aprendidas

Indicar claramente o que se fez e que "não deu certo" (ou não atingiu os objetivos), porque isso ocorreu, com sugestões de melhoria para eventual repetição de atividade, bem como "o que deu certo", cumpriu com os objetivos, sua razão aparente ou evidente, como reforço para as ações futuras.

Fls.: 95
Proc.: 360/01
Rubr.:

V. ETAPAS DE TRABALHO / ORÇAMENTO / FONTES DE RECURSOS
e. elaboração do PROJETO *(síntese)*

1. **Empresa / Empreendimento:**
   Comunidades Beneficiadas:
   Famílias Atendidas:
   PROJETO: (citar escolha do(s) tema(s) sugerido(s) em II)

OBJETIVOS DO PROJETO (identificar as necessidades e as prioridades sugeridas pela(s) comunidade(s))

EMBARGO

AÇÕES / INICIATIVAS (para alcançar os objetivos traçados)	Responsabilidades* (citar nomes das parcerias e as responsabilidades de cada um)	Custos		
		Empresa	Parcerias*	TOTAL
TOTAL				

* Citar nome(s), responsabilidades e a participação no custo da(s) Instituição(ões) Parceira(s) em cada ação / iniciativa.

Fls.: 94
Proc.: 3607/01
Rubr.:

2. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - CRONOGRAMA DE AÇÕES

3. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE CADA PROJETO

3.1. INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO DO PROJETO

Neste item, indicar os insumos e os resultados correlatos (por exemplo, os prazos, os custos, outros instrumentos disponíveis, e se estes atenderam satisfatoriamente para os resultados alcançados). Ou seja, combinar os insumos com os resultados atingidos.

3.2. INDICADORES DE RESULTADOS E IMPACTOS

Contrastar aqui os efeitos reais do Projeto com as estimativas iniciais e a situação pré-projeto.

4. OBERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Fls.: 98
Proc.: 360/01
Rubr.:

Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

PARECER TÉCNICO nº 68/2004 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 24 de Junho de 2004.

Da Técnica: Lilian Maria Menezes Lima - Historiadora

Ao: Coordenador de Licenciamento Ambiental – Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo

Empreendimento: UHE Sobradinho.

Assunto: Análise das complementações do Estudo Ambiental da UHE Sobradinho.

Processo: 02001.003607/01-94.

1 – Introdução

O presente parecer tem por objetivo analisar as complementações do Estudo Ambiental da UHE Sobradinho, apresentado pela CHESF, visando a emissão da Licença de Operação – LO, para a regularização do empreendimento, de acordo com os critérios e procedimentos previstos nas Resoluções CONAMA n.º 237/97, n.º 001/86 e, em especial, a n.º 006/87 (artigo 12, parágrafos 4º e 5º).

2 – Análise:

Para dar continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, este Instituto enviou ao empreendedor uma lista de complementações ao Estudo Ambiental apresentado, com o objetivo de melhor dimensionar e avaliar os programas ambientais que deverão ser implementados para a emissão da Licença de Operação.

O empreendedor apresentou então o "Programa Sobradinho", elaborado pela área de Responsabilidade Social da empresa, que tem como objetivo o desenvolvimento humano das comunidades da área de influência da UHE Sobradinho, com três vertentes básicas: melhoria da educação formal e difusão do conhecimento; melhoria da saúde pública; e geração de trabalho e renda. Este Programa segue as diretrizes do "Programa Xingó", que segundo o relatório é um instrumento bem sucedido no sentido de proporcionar a melhoria da qualidade de vida das comunidades daquele pólo gerador de energia elétrica.

O capítulo 5 do "Programa Sobradinho" traz informações genéricas extraídas do Censo 2000 do IBGE, do IPEA, da Fundação João Pinheiro, UNPD e Novo Atlas do Desenvolvimento do Brasil, sobre a socioeconomia da AID, como o Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios (IDHM) verificado na região - que está abaixo de

Fls.: 99
Proc.: 3007/01
Rubr.:

0,500, o que, na classificação mundial, é considerado baixo. Estas informações, segundo o relatório, funcionaram como base para o esboço das ações pretendidas pelo empreendedor para a melhoria da educação formal e difusão do empreendimento; a melhoria da saúde pública e a geração de trabalho e renda.

O IDHM representa a média aritmética dos índices de educação, longevidade e renda dos municípios (somente o município de Sobradinho apresentou IDHM superior a 0,500). Pelo índice, pode-se inferir os níveis de desemprego, do sistema produtivo e de serviços e a precariedade dos sistemas de ensino, de saúde e de saneamento básico, quando comparadas as tabelas de IDH's e a de síntese dos dados de cada município, que traz, por exemplo, o número de leitos hospitalares, número de estabelecimentos de ensino e de pessoas alfabetizadas, porcentagem de domicílios com coleta de lixo e número de pessoas ocupadas nas empresas atuantes.

O capítulo 6 do "Programa Sobradinho" apresenta a matriz da estrutura lógica do estudo, sintetizada no estímulo ao desenvolvimento local sustentável mediante a organização de plano de gestão e difusão de informações de estudos e pesquisas para o semi-árido. Espera-se com o plano de gestão a criação de um núcleo de pesquisa para implantação dos programas de extensão nos municípios da área de influência do reservatório, com a articulação de apoios institucionais e assinatura de termo de compromisso com uma entidade, a exemplo do Instituto Xingó, para atuar como gestora do Programa; além da elaboração de Plano de Responsabilidade Social. O relatório dimensiona a realização de três seminários para discutir o Plano de Ação do "Programa Sobradinho" e a criação de fórum permanente para discussão de estudos, pesquisas e projetos de extensão para o desenvolvimento local e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população envolvida. Neste sentido, o relatório apontou que pretende implantar todos os projetos bem-sucedidos do Programa Xingó, mediante a adaptação para a realidade local do empreendimento UHE Sobradinho; além de seis projetos de saneamento em comunidades carentes e melhorias em dois hospitais e seis postos de saúde da região.

Em seguida, o capítulo 7 apresenta o sistema de monitoramento do Programa, onde, por meio de indicadores como número de universidades, de prefeituras, de reuniões do fórum e de recursos financeiros disponibilizados pela CHESF e por outras instituições, considera-se possível verificar a distância entre as metas preestabelecidas na fase de planejamento das ações e a situação em cada momento, ou no final de períodos regulares.

Apresentamos, a seguir, a análise das respostas do empreendedor a cada uma das exigências efetuadas por este Instituto.

1. Re-elaboração dos mapas de vegetação contemplando as unidades de conservação e pontos de especial interesse para a conservação, na área de influência direta: de uso e ocupação do solo e dos pontos de erosão.

O empreendedor se comprometeu a enviar os mapas até o final de junho.

2. Complementar informações sobre o meio rural e urbano, bem como sua população, renda e distribuição nas populações afetadas diretamente pelo enchimento do reservatório.

3. Complementar informações sobre as atividades industriais e comerciais da área de influência.

Como o "Programa Sobradinho" apresenta dados genéricos, as informações fornecidas não atendem às exigências deste Instituto.

Fls.: 100
Proc.: 3467/01
Rubr.:

O Programa não apresenta dados consistentes que permitam definir o conteúdo e o alcance dos programas ambientais necessários para fomentar as atividades economicamente mais viáveis e/ou mitigar as carências sociais da região. Para atender às questões exigidas pelo IBAMA, o empreendedor deveria fazer um levantamento da qualidade de vida das populações, identificando mais detalhadamente a situação fundiária e ocupacional em cada município, por exemplo:

Unidades familiares: se urbana ou rural; relação dos moradores com a propriedade (proprietário, arrendatário, morador empregado, meeiro, etc.); renda média familiar; índices de desemprego e sua evolução; situação ocupacional (agricultor, pecuarista, comércio ou serviços, funcionário público, artesão, etc.); distribuição no espaço rural; produtividade e destino da produção; área disponível para culturas anuais, temporárias e perenes; área de pastagens naturais e cultivadas; insumos e técnicas, uso do rio, etc.

Empresas: tipo de empreendimento; número de funcionários; produtividade; área de influência; acesso a financiamentos, etc.

Entendemos, entretanto, que o "Programa Sobradinho", tal como apresentado, só faz sentido após a realização dos seminários programados, já que a elaboração do diagnóstico da situação para a real definição dos projetos a serem desenvolvidos e implantados depende do relatório técnico com as sugestões propostas nestes encontros. Desta forma, sugerimos ao empreendedor atenção às observações descritas acima, para que não sejam esquecidas no momento dos seminários, de forma que os projetos a serem implementados contemplem os reais problemas enfrentados pela população da área de influência do reservatório.

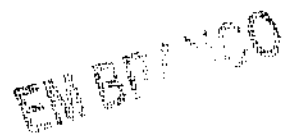
4. Complementar informações sobre os problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas.

5. Complementar informações sobre os dados de segurança, já que não houve a caracterização dos índices de violência verificados nas áreas, nem tão pouco foram especificados suas evoluções.

6. Complementar informações sobre a caracterização do estado nutricional da população da área de influência.

Em relação às questões n.º 4 e n.º 6, o empreendedor afirma que os seminários previstos no "Programa Sobradinho" fornecerão as melhores informações para seu atendimento. Entretanto, não podemos deixar de registrar que foi o próprio estudo ambiental apresentado que trouxe estas questões para discussão quando citou, por exemplo, que a pesca não garante a subsistência das famílias que dependem dessa atividade, por motivos como a pesca predatória, a utilização de agrotóxicos e a deficiente organização das comunidades de pescadores, ou que, com o aumento do nível das águas do reservatório, algumas culturas nas áreas próximas precisam ser sazonalmente abandonadas. As alternativas de subsistência dessa população afetada não foram descritas no estudo.

Mais uma vez lembramos que a descrição da utilização do solo e, portanto, das culturas, foi feita de forma genérica, sem maiores informações sobre produtividade, destino da produção, índice de desperdício (do solo e dos produtos), acesso a insumos e técnicas utilizadas, utilização do rio, ou seja, informações importantes para diagnosticar parte dos problemas enfrentados pelos ribeirinhos e o estado nutricional da população, e dimensionar programas mitigadores e geradores de trabalho e renda, tais como: hortas comunitárias; aproveitamento nutricional de alimentos descartados; aproveitamento de frutas para produção e comercialização de polpas e doces, entre outros.



EM BRANCO

Fls.: 101
Proc.: 3607/01
Rubr:

Quanto à questão n.º 5, o empreendedor afirmou que, em virtude de o empreendimento encontrar-se em fase de operação desde 1979, os impactos citados deixavam de existir, porque já não há alocação de pessoas e conseqüente aumento demográfico significante. Entretanto, o dimensionamento da violência pode ser medido de forma evolutiva, em função dos problemas iniciados no passado e agravados no tempo, já que não houve preocupação com a mitigação dos impactos durante a construção da UHE, nem com as conseqüências do desemprego decorrente do final das obras. Ao mesmo tempo, o estudo ambiental citou que é grande o problema do desemprego e subemprego, que entre outras conseqüências acarreta na região a incidência de prostituição infantil, utilização de drogas, mendicância, crianças nas ruas, entre outros. Todos estes são indicadores de violência urbana e precisam ser melhor avaliados e dimensionados para a configuração de programas eficientes de educação, de saúde e, inclusive, de segurança.

7. Apresentar informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.

O relatório apresentou a quantidade de famílias reassentadas (11.853 famílias) e o total de pessoas envolvidas nas desapropriações (70.000 pessoas), mas afirmou não ter informações sobre a forma de vida que possuem atualmente e que tal diagnóstico, só seria possível mediante a contratação de empresa de consultoria, via processo licitatório, para o levantamento das informações.

Como este é um processo demorado, o empreendedor sugeriu que a exigência faça parte das condicionantes da Licença de Operação do empreendimento.

Recomendamos então a inclusão da questão como condicionante de acordo com o que segue:

Apresentar, no prazo de 180 dias, informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.

8. Apresentar informações sobre os sítios arqueológicos e, caso houve resgate, qual o destino final dos artefatos encontrados.

O Relatório do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico atende a esta exigência. O empreendedor informou ainda sobre o encaminhamento do material resgatado nos sítios arqueológicos:

Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA–MAE:

(http://www.ufba.br/instituicoes/ufba/mae/welcome.html - fone: 071 321-3971)

9. Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

O relatório afirmou não ter informações sobre a existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais e que tal diagnóstico, só seria possível mediante a contratação de empresa de consultoria, via processo licitatório, para o levantamento das informações. Como este é um processo demorado, o empreendedor sugeriu que a exigência faça parte das condicionantes da Licença de Operação do empreendimento.

Recomendamos então a inclusão da questão como condicionante de acordo com o que segue:

Apresentar, no prazo de 180 dias, informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

Fls.: 102
Proc.: 3607/01
Rubr.:

10. Apresentar informações sobre a possível existência de aqüicultura na área de influência.

O empreendedor informou sobre a existência de duas unidades de engorda de peixes, uma em Sento Sé e outra em Xique-xique. A primeira, particular e voltada para a produção comercial, ocupa área de 10 ha em APP. A segunda, de 5 ha e de engorda de peixes nativos, pertence ao prefeito da cidade e também ocupa APP.

Recomendamos um Programa de Peixamento com espécies nativas da região e o fomento a um programa de pesca que englobe a orientação e o treinamento da comunidade quanto à produção de peixes, apoio logístico aos pescadores e ações de monitoramento da produção pesqueira, normatização e fiscalização da pesca.

Conclusões:

Dentre as diretrizes apontadas nos objetivos do "Programa Sobradinho", elaborado pela área de Responsabilidade Social da CHESF, recomendamos, em relação à melhoria da educação formal e difusão do conhecimento, a atenção a três vertentes que não podem deixar de ser agregadas e desenvolvidas complementarmente: a capacitação profissional; o fortalecimento das noções de cidadania; e o respeito ao meio ambiente.

Recomendamos, ainda, um Programa de Peixamento com espécies nativas da região e o fomento a um programa de pesca que englobe a orientação e o treinamento da comunidade quanto à produção de peixes, apoio logístico aos pescadores e ações de monitoramento da produção pesqueira, normatização e fiscalização da pesca.

A implantação do "Programa Sobradinho" pode se configurar em uma eficiente ferramenta de promoção e recuperação do desenvolvimento econômico e social das comunidades da área de influência do empreendimento desde que os reais problemas e potencialidades da região sejam diagnosticados de forma precisa e coerente com a intenção de desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida manifestada pelo empreendedor. Desta forma, aguardamos a realização dos seminários previstos e a elaboração do relatório técnico com as sugestões propostas nestes encontros, fundamentais para o diagnóstico da situação e real definição dos projetos a serem desenvolvidos e implantados na AID.

À Consideração Superior,

Lilian Maria Menezes Lima
Historiadora

De acordo,
em 30.06.04

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

Fls.: 103
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Chesf

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CE-DEMG-045/2004

Recife, 30 de junho de 2.004.

Ilmo. Sr.
Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo
Coord. de Licenciamento Ambiental
COLIC/GLIC/DILIQ/IBAMA
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02
Ed. Sede IBAMA – Brasília DF
CEP 70818.900

...OCOLO
...Q/IBAMA
Nº 6.138
DATA: 9/07/04
RECEBIDO:

Assunto: Complementação de Estudos Ambientais
Ref.: Ofício nº 32/2004 CGLIC/DILIQ/IBAMA de 26/04/2004
CE- DEMG-030/2004

Prezado Senhor,

Conforme citado na nossa CE-DEMG-030/2004 de 26 de maio de 2004 (Item 1), estamos enviando, em anexo, o arquivo digital dos mapas complementares do Estudo Ambiental da UHE Sobradinho, conforme Termo de Referência enviado por V.Sa.

Para outros esclarecimentos permanecemos a sua disposição.

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Gerente da Divisão de Meio Ambiente de Geração
e-mail: valeriav@chesf.gov.br

- Cglic
em 09/07/04

Ao
COLIC
Dr Marcus
Em 13/07/04

Ana Célia Luiz Graciano
Coordenação de Licenciamento
Secretária

À Drª Lílian / Drª Moara /
Dr. George,

P/ análise.

Em 14.07.09

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

Fls.: 104
Proc.: 3607/01
Rubr.:

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 6.464
DATA: 16/07/04
RECEBIDO:
MAURICIO

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CE-DEMG-045/2004

Recife, 30 de junho de 2.004.

Ilmo. Sr.
Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo
Coord. de Licenciamento Ambiental
COLIC/GLIC/DILIQ/IBAMA
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02
Ed. Sede IBAMA – Brasília DF
CEP 70818.900

Assunto: Complementação de Estudos Ambientais
Ref.: Ofício nº 32/2004 CGLIC/DILIQ/IBAMA de 26/04/2004
CE- DEMG-030/2004

Prezado Senhor,

Conforme citado na nossa CE-DEMG-030/2004 de 26 de maio de 2004 (Item 1), estamos enviando, em anexo, o arquivo digital dos mapas complementares do Estudo Ambiental da UHE Sobradinho, conforme Termo de Referência enviado por V.Sa.

Para outros esclarecimentos permanecemos a sua disposição.

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Gerente da Divisão de Meio Ambiente de Geração
e-mail: valeriav@chesf.gov.br

JCGLIC
Em 16/07/04

À
COMIC
Dr. Marcus
Em. 19/7/04

Ana C... Luli Graciano
Coordenação de Licenciamento
Secretária

Ao Dr Fábio,

Para análise junta-
mente c/ Dr Rodrigo
e Dra Lilian

20/7/04
Coord. Licenciamento
Substituída

Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

PARECER Nº 86 /2004 –COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 13 de agosto de 2004.

Dos Técnicos: Fábio Murilo Tieghi Moreira – Engº Florestal
George Holanda de Queiroz – Engº Civil
Lilian Maria Menezes Lima – Historiadora
Moara Menta Giasson – Bióloga

Ao: Coordenador de Licenciamento
Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo

Assunto: UHE de Sobradinho – emissão de LO

Processo: 02001.003607/01-94

I - INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico tem por objetivo analisar o solicitado no Ofício COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA nº 32/2004.

A Usina de Sobradinho, de responsabilidade da *Companhia Hidro Elétrica do São Francisco* – CHESF (controlada pela *Centrais Elétricas Brasileiras* - ELETROBRÁS), teve sua construção iniciada em junho de 1973, entrando em operação no último trimestre de 1979. Em sua configuração final (cota 392,50 m), compreende uma potência instalada de 1.050.300 KW, com um lago de 4.214 km^2 (até 5.150 km^2 de superfície).

II – HISTÓRICO

Em 19/06/2001, a CHESF encaminhou (CR-DMA-0211/2001, de 12/06/01) requerimento da LO com as "Características Gerais da UHE Sobradinho". Foi constituído o processo 02001.003607/01-94.

Em 02/04/2003, a CHESF enviou ao IBAMA o Estudo Ambiental – EA do empreendimento (Ofício CE-DMA-086-/2003, de 31/03/03).

Em 05/05/2003, o IBAMA encaminhou cópias do EA, para análise do Centro de Recursos Ambientais – CRA (Ofício Nº 290/2003-CGLIC/DILIQ/IBAMA) e para a Procuradoria da República no Estado da Bahia (Ofício Nº 291/2003-CGLIC/DILIQ/IBAMA), comunicando também o planejamento de vistoria.

Em 27/04/2004, o IBAMA encaminhou ofício CGLIC/DILIQ/IBAMA nº 32/2004, solicitando complementações ao EA apresentado.

Em 28/05/2004, a Chesf encaminhou ofício comentando as complementações solicitadas e apresentando o Programa Sobradinho.

Fls.: 106
Proc.: 3607/01
Rubr.:

III – COMENTÀRIOS E CONCLUSÂO

O Parecer Técnico s/n de 25/02/2004 conclui que o Estudo Ambiental apresentado pela Chesf não traz diagnóstico satisfatório da área de abrangência do empreendimento e dispõe uma série de complementações necessárias a análise dos impactos ocasionados pelo empreendimento. Essas solicitações, encaminhadas pelo ofício CGLIC/DILIQ/IBAMA n° 32/2004, foram respondidas e analisadas pelo Parecer Técnico 68/2004, de 24/06/2004, que concluiu pelo atendimento das solicitações, com recomendações.

Ressalta-se que, o parecer técnico do EA indicou que "para uma análise das reais necessidades das complementações e programas sugeridos, recomendamos a realização de vistoria técnica que abranja toda a área do reservatório e reunião técnica entre CHESF e IBAMA".

Com base nas considerações dos pareceres técnicos que analisaram o Estudo Ambiental e as complementações apresentadas, concluímos pela emissão de Licença de Operação para o empreendimento, desde que as seguintes condicionantes constem no corpo da licença:

- Apresentar e implantar Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em acordo com a resolução CONAMA n° 302/2002, conforme termo de referência a ser encaminhado por este Instituto.
- Apresentar Plano de Controle de Erosão, que deverá contemplar a recuperação e preservação das matas ciliares.
- Apresentar Plano de Controle de Assoreamento, informando a taxa de assoreamento do reservatório, a contribuição da carga de sedimentos do rio São Francisco e do campo de dunas nesse processo, necessidade e periodicidade de dragagem, destinação final do material a ser dragado.
- Apresentar Programa de Conservação do Campo de Dunas, englobando levantamento da vegetação de dunas, da ocupação antrópica na região, desmatamento, remobilização de sedimentos em áreas desmatadas e propostas para sua conservação.
- Apresentar Programa para a Conservação da Fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório.
- Apresentar Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.
- Apresentar proposta para a implantação de um viveiro de mudas nativas do bioma Caatinga.
- Apresentar e implantar Programa de Levantamento e Monitoramento da Ictiofauna, com a realização de um diagnóstico preciso da composição específica local, considerando a presença de migradores e dando ênfase às espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico, para subsidiar a implantação de um Programa de Peixamento com espécies nativas da região e o fomento a um Programa de Pesca que englobe a orientação e o treinamento da comunidade quanto à produção de peixes, apoio logístico aos pescadores e ações de monitoramento, normatização e fiscalização da atividade pesqueira.
- Detalhar e implantar o Programa de Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho, com os subprojetos Monitoramento Limnológico; Estudos de Biologia Pesqueira; Zoneamento da Piscicultura em Tanques-rede; e Uso de SIG no Mapeamento das Áreas de Interesse Limnológico e Pesqueiro, com base em Parâmetros Ecológicos.
- Detalhar e implantar o Programa de Criação, Conservação e Fiscalização de Áreas Protegidas.
- Detalhar e implantar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

- Implantar o Programa Sobradinho com a associação das vertentes, capacitação profissional, fortalecimento das noções de cidadania, e respeito ao meio ambiente.
- Apresentar Programa de Comunicação Social.
- Detalhar e implantar o Programa Apoio ao Desenvolvimento Regional.
- Detalhar e implantar o Programa de Educação e Saúde Ambiental na AID.
- Apresentar informações sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos da área de influência, bem como as atividades que vem sendo desenvolvidas e propostas pela CHESF.
- Apresentar informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.
- Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

A Consideração Superior,

George Holanda de Queiroz
Analista Ambiental
IBAMA/DILIQ/CGLIC

Moara Menta Giasson
Analista Ambiental
COAIR/CGLIC/DILIQ

Lilian Maria Menezes Lima
Historiadora

Fábio Murilo Tieghi Moretra
Analista Ambiental
COAIR/CGLIC/DILIQ

De acordo,

em 17.08.04

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador
COAIR/CGLIC/DILIQ

Fls.: 108
Proc.: 3607/01
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO nº 103 /2004 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 18 de agosto de 2004.

A Sua Senhoria o Senhor
FRANCISCO JOSÉ MACIEL LYRA
Departamento de Meio Ambiente da CHESF
Rua Delmiro Gouveia 333, Ed. André Falcão, Bl. A, Sala 203
CEP: 50.761-901 – Recife-PE
Fax: (81) ~~3289-2413~~ 3229.3555

Assunto: **Licenciamento ambiental da UHE Sobradinho.**

Senhor Gerente,

1. Em referência ao processo de regularização da UHE Sobradinho, informamos que deve ser remetido a este Instituto, cópia da publicação do requerimento da Licença de Operação do empreendimento, para que a mesma seja emitida.

Atenciosamente,

Marcus Vinicius L.C. de Melo
Coordenador de Licenciamento

FAX TRANSMITIDO EM:
18 / 08 / 04
ÀS ___ : ___ H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº:

Fls.: 109
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CE-DEMG-089/2004

Recife, 09 de setembro de 2004

Ilmº Sr .
Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo
Coord. de Licenciamento Ambiental
Colic/CGLIC/DILIQ/IBAMA
SCEN- Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 2
Edf. Sede do IBAMA – Brasília – DF - CEP : 70.818-900

Assunto: Atendimento ao Ofício n.º 103/ 2004 – COLIC/ CGLIC/ DILIQ/ IBAMA

Prezado Senhor,

Em atendimento a solicitação feita no Ofício n.º 103/ 2004, encaminhamos anexas cópias das publicações do Requerimento da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 9076
DATA: 17/09/04
RECEBIDO:

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Gerente da Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

CC :. DFPR/DEAF

A COLIC
em 17/09/04

À
COUC
Ale Marcus
22/9/04
UCBO

À Dra. Lilian,
favor anexar ao processo.
Em 23/9/04
COORD. DE LICENCIAMENTO
SUBSTITUTA

Instrumento Contratual: Contrato 4500040499. Contratado: Raimundo Nonato L. Rodrigues. Contratante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A - Eletronorte. Objeto: prestação de serviços de apontador em apoio a CTC. Modalidade: DV. Valor Total: R$687,13. Data de Assinatura: 22/04/2004. Signatários: pela Eletronorte: Avanilton Nascimento Teles. Pela contratada: Raimundo Nonato L. Rodrigues.
Instrumento Contratual: Contrato 4500040500. Contratado: Sandro Cardoso Costa. Contratante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A - Eletronorte. Objeto: prestação de serviços de apontador em apoio a CTC. Modalidade: DV. Valor Total: R$687,13. Data de Assinatura: 22/04/2004. Signatários: pela Eletronorte: Avanilton Nascimento Teles. Pela contratada: Sandro Costa Cardoso
Instrumento Contratual: Contrato 4500039531. Contratada: Transmix Comércio Representações e Transportes Ltda. Contratante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A - Eletronorte. Objeto: serviços de transporte de 03 (três) buchas ASEA no trecho Guarulhos-SP x Tucuruí-PA, em apoio a CTC. Modalidade: Dispensa de Licitação (Art. 24) nº DV-CTC--4-2043. Valor Total: R$9.000,00. Data de Assinatura: 23/06/2004. Signatários: pela Eletronorte: Avanilton Nascimento Teles. Pela firma: Weder Fonseca de Menezes.

Instrumento Contratual: CMT 4500040778 Contratado: Tillo Construções e Serviços Ltda Contratante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Objeto: Fornecimento de Posto de Portaria para Subestação de Nova Mutum.Modalidade: Pregão. Valor Total: R$ 135.034,20. Data da Assinatura: 16/08/2004.
Fundamentação legal: conforme Lei 8.666 de 21.06.93.

Contratante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Contratada: Freire Figueiredo & Meléu S/C - Advogados e Associados. Contrato: 4500027368-1. Objeto: Primeiro Termo Aditivo para execução dos serviços de causas jurídicas em todas as áreas do direito, em apoio a CTC e a ETC. Finalidade: prorrogação do prazo de vigência por mais 60 dias contados a partir de 15/07/2004. Modalidade: Tomada de Preços (Art. 22 § II) nº TP-CTC-016/03. Data de Assinatura: 15/07/2004.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Instrumento Contratual: Contrato 4500040239. Contratada: Sandro Rossi Miranda. Contratante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A-Eletronorte. Objeto: transporte rodoviário para móveis e equipamentos no trecho Brasília/Tucuruí. Modalidade: Dispensa Licitação (art. 24 da Lei nº 8.666/93) nº DV-ETC-4-2041. Valor Total: R$5.480,00. Data de Assinatura: 09/08/2004. Signatários: pela Eletronorte: José Biagioni de Menezes. Pela firma: Sandro Rossi Miranda.

AVISOS DE ADIAMENTOS
CONCORRÊNCIA CC-GST-4.2011/2004

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, torna público que está adiando "sine die" a sessão pública de abertura de propostas comerciais da licitação em referência, cujo o objeto é serviços de consultoria especializada para elaboração de estudos energéticos-MME.

LOURIVAL DO CARMO DE FREITAS
Diretor

PREGÃO PR-CTC 4-0084

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, torna público que por interesse da Administração e para conhecimento dos interessados, fica adiada a data da sessão pública de abertura das propostas para o dia 27-08-2004, às 9h. As demais condições permanecem inalteradas.

Em 18 de agosto de 2004
ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL
Regional de Produção e Comercialização de Tucuruí

PREGÃO PR CPA 42157

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de roçagem e limpeza das faixas de servidão das linhas de transmissão da Regional de Transmissão do Pará - CPA, no Estado do Pará. Modalidade: Pregão. Tipo: Menor Preço por item. Edital a disposição dos interessados a partir de 20.08.2004, no horário das 08:00 às 11:30 hs e das 13:00 às 16:00 hs, ao preço de R$-20,00 (vinte reais), mediante o comprovante de depósito bancário no valor do edital junto ao Banco do Brasil, Agência 3307-3, Conta Corrente 203203-1, utilizando como código de depósito identificado a sua inscrição no CNPJ ou CPF. Endereço: Av. Pres. Tancredo Neves, 3300, Bloco "B", bairro: Terra Firme, Belém-Pará, Fone: (91) 210-8203, Fax (91) 210-8294. Apresentação e Abertura das Propostas: 02.09.2004 às 09:00 horas, em sessão pública, no endereço supra citado. Condição de Participação: Cadastro completo.

JOSÉ MARCELO SOUZA BERGH
Gerente da Regional de Transmissão do Pará

PREGÃO PR-CTC-4-0098

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos, acessórios, bombas e materiais diversos para aplicação no laboratório do CPA. Aplicação: Regional de Produção e Comercialização de Tucuruí - CTC. Modalidade: Pregão. Tipo: Menor Preço por Lote. Edital: à disposição dos interessados a partir de 20-08-2004, das 8h às 11h30 e das 14h às 17h. Endereço: Escritório da Administração de Vilas, Rodovia BR 422, Km 13, UHE Tucuruí-PA. Data limite para apresentação da documentação: 02-09-2004, às 9h, no mesmo endereço. Telefone: (094) 3778-2568/2598 fax (094) 3778-2509, "e-mail": ctclicitacoes@eln.gov.br.

PREGÃO PR-CTC-4-0099

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de micro trator, moto-bomba; materiais para ambulatório médico; materiais de segurança; maletas de ferramentas e outros materiais diversos. Aplicação: Regional de Produção e Comercialização de Tucuruí - CTC. Modalidade. Pregão. Tipo: Menor Preço por Lote. Edital: à disposição dos interessados a partir de 20-08-2004, das 8h às 11h30 e das 14h às 17h. Endereço: Escritório da Administração de Vilas, Rodovia BR 422, Km 13, UHE Tucuruí-PA. Data limite para apresentação da documentação: 03-09-2004, às 9h, no mesmo endereço. Telefone: (094) 3778-2568/2598, fax (094) 3778-2509, "e-mail": ctclicitacoes@eln.gov.br.

Em 18 de agosto de 2004
ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL
Gerente da Regional de Produção e Comercialização de Tucuruí

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 12/2004

OBJETO: PREGãO ELETRôNICO - Fornecimento de cartuchos nas cores preta e colorido original para impressoras HP Deskjet Total de Itens Licitados: 00004 . Edital: 20/08/2004 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . Endereço: SCN Qd. 06 conj. A Bls B e C Eleonorte Brasília - DF site: www.eln.go Asa Norte - BRASILIA - DF . Entrega das Propostas: a partir de 01/09/2004 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br . Abertura das Propostas: 01/09/2004 às 15h00 site www.comprasnet.gov.br

JULIO CESAR JACQUES S RIBEIRO
Gerente

(SIDEC - 19/08/2004) 910809-00001-2004NE458001

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº TP.CRD.4.0037/04

Objeto: A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, torna público nos termos da Lei 8.666/93 de 21.06.93 que todos os itens da Tomada de preço nº CRD.4.0037/04, foram REVOGADOS por Conveniência Administrativa.

FERNANDO M. FERNANDES DA FONSECA
Gerente

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA CC-GST-4.2007/2004

Objeto: Serviços de engenharia para o desenvolvimento de projetos e atividades complementares necessárias aos sistemas de telecomunicações da Eletronorte e do sistema de transmissão do Acre/Rondônia. Modalidade: concorrência. Tipo: técnica e preço. Resultado: desclassificar a proposta da empresa Engevix Engenharia S/A e conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para esta empresa apresentar nova proposta escoimada das causas que a desclassificou, com base no Parágrafo 3º, do Artigo 48, da Lei 8.666/93.O recebimento e abertura da nova proposta comercial realizar-se-á em 02.09.2004 às 10:00 (dez) horas. A partir desta publicidade, os autos do processo estão com vista franqueada aos interessados.

LOURIVAL DO CARMO DE FREITAS
Diretor de Gestão Corporativa

BOA VISTA ENERGIA S/A

RESULTADO DE JULGAMENTO

PR 00076/04. Objeto: Aquisição de analisadores de energia de aplicação em redes de baixa tensão. Modalidade: Pregão. Tipo: Menor Preço unitário. Resultado: Adjudicação do item 01 (único) em favor da empresa Melo Distribuidora de peças Ltda. no valor total de R$ 52.727,20 (cinqüenta e dois mil setecentos e vinte e sete reais e vinte centavos). A partir desta publicidade os autos do processo estão com vista franqueada aos interessados.

Em 18 de agosto de 2004
EDSON PEREIRA CARRAMILO
Departamento Administrativo

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 18/2004

Objeto: Serviços de Manutenção Corretiva em Redes de Distribuição (Serviço de Emergência - Plantão 18 horas), nas cidades de: Altos, União, José de Freitas, Campo Maior, Piripiri, Barras, Esperantina, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Valença e Teresina (zona rural). Tipo: Menor Preço. Empresas Habilitadas: SPIC - Sociedade de Projetos, Instalações e Comércio Ltda., EVOLUON Empreendimentos Ltda., KV Instalações, Comércio e Indústria Ltda., ENGESER Construções e Serviços Ltda., S & D - Serviços e Soluções Tecnológicas Ltda., ORIENTE Instalações e Comércio Ltda. e Francisco Araújo da Costa Filho (HIDROTERRA). Os autos do processo estão com vistas franqueadas aos interessados a partir desta publicação.

Teresina, 18 de agosto de 2004
ALCISIO DE SOUSA MARTINS
Presidente/CL-III

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

AVISO DE LICENÇA

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, localizada à rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, Recife - PE, CNPJ nº 33.541.368/0001-16, torna público que solicitou do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através da CR-DMA-0211/2001, a Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, localizada no estado da Bahia.

JOSÉ AILTON DE LIMA
Diretor de Engenharia e Construção

AVISOS DE LICITAÇÃO

A CHESF torna público que realizará a licitação na modalidade Pregão: PG-1.01.2004.4430 para Contratação dos serviços de capinação e conservação de áreas verdes, no âmbito da Divisão de Apoio Administrativo de Xingó-AL e Usina Hidrelétrica de Xingó-SE. Recebimento e abertura das propostas às 9:00h do dia 03/09/2004. Aquisição do Edital: até o dia 02/09/2004, no horário das 8:30h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h, estando disponível em uma das seguintes opções: gratuitamente pela Internet, no site www.chesf.gov.br ou, mediante o pagamento de R$5,00 (cinco reais) se adquirido em Compact Disk - CD ou, R$15,00 (quinze reais) se adquirido em papel, no endereço: CHESF, Av. Guaranapes, 259 - Paulo Afonso / BA - CEP 48607-160 - Fones: (75)281.3458/282.2121 - Fax: (75)281.3655.

SILVIO ROBERTO CAMELO DE FRANÇA
Gerente da Divisão Regional de Suprimento de Paulo Afonso

A CHESF torna público que realizará a licitação na modalidade Pregão: PG-1.92.2004.3960 para Contratação de Empresas para Realização de Seminários visando o desenvolvimento humano e melhorias da qualidade de vida nos municípios abrangidos pelo Projeto Sobradinho (BA) e Boa Esperança(PI). Recebimento e abertura das propostas às 14:00h do dia 03/09/2004. Aquisição do Edital: até o dia 02/09/2004, no horário das 8:30h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h, estando disponível em uma das seguintes opções: gratuitamente pela Internet, no site www.chesf.gov.br ou, mediante o pagamento de R$5,00 (cinco reais) se adquirido em Compact Disk - CD ou, R$15,00 (quinze reais) se adquirido em papel, no endereço: CHESF - Divisão de Cadastro de Fornecedores - DECF, através da sua Central de Atendimento a Fornecedores - CAF, Rua Delmiro Gouveia, nº 333, Sala B-310 - Bongi / Recife / PE - CEP 5070-1-900 - Fones: (81) 3229.2523/2537/3298/3162/3164 - Fax (81) 3229.3173/3373.

MARIA LUCIA LIMA
Assessora do Departamento de Compras, Contratações e Administração do Fornecimento

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

CCN-1.90.2004.2780 - Objeto: Aquisição de Móveis para escritório. Empresas Habilitadas: Bortolini Indústria de Móveis Ltda; Fábrica de Móveis Florense Ltda; Global Mobilinea S/A; Giroflex S/A; Martinucci do Brasil Móveis p/Escritório Ltda; Mobran Indústria Comércio e Representações de Móveis Ltda e OMF Comércio e Participações Ltda. O processo encontra-se com vistas franqueada a partir desta data.

CÉLIO ALVES DA SILVA
Chefe da Divisão de Compras

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

Convite Nº CV - 1.12.2004.0920; Objeto: Execução do serviço de melhorias no pátio da oficina eletro-mecânica da Usina Boa Esperança, em Guadalupe-PI; Empresa Vencedora: Dôta Engenharia Ltda.; Valor: R$ 39.493,40; Critério de Julgamento: Menor Preço.

Convite Nº CV - 1.12.2004.1050; Objeto: Execução dos serviços de Telefonia Móvel Celular; Empresa Vencedora: Tim Nordeste Telecomunicações S/A; Valor: R$ 46.538,76; Critério de Julgamento: Menor Preço;

EVANDRO JOSÉ ESPINDOLA
Gerente da Divisão Regional Administrativa Oeste

Fls.: 110
Proc.: 3607/01
Rubr.:

DEMG

(Luís Henrique)

publicação

Fls.: 111
Proc.: 3607/01
Rubr.:

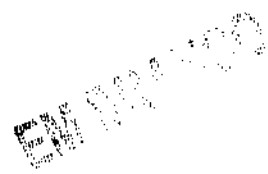
Chesf Eletrobras

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

LICENÇA DE OPERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SOBRADINHO

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, localizada à rua Delmiro Gouveia nº 333, San Martin, Recife-PE, CNPJ nº 33.541.368/0001-16, torna público que solicitou do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através da CR-DMA-0211/2001, a Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, localizada no estado da Bahia.

Eng.º José Alton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção



Fls.: 112
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Despacho

Sr. Coordenador Geral,

Estando de acordo com os termos do parecer técnico nº 086/2004 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, datado de 13 de agosto de 2004, que analisa requerimento da empresa Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF de concessão de Licença de Operação para regularização ambiental do empreendimento denominado UHE Sobradinho, localizada no rio São Francisco, no Estado da Bahia (folha 03 dos autos), encaminho minuta de LO nº 406/2004, para sua apreciação.

Cumpre destacar que o início da operação do empreendimento data de 1979, opera com área de reservatório na cota máxima 392,50 metros e mínima de 380 metros, com potência instalada de 1050,3 MW. O parecer destaca a importância de se cobrar do empreendedor, durante a validade desta LO, o cumprimento de todas as ações propostas para serem desenvolvidas de forma a recuperar os passivos ambientais resultantes da implantação e operação deste empreendimento durante os anos. Desta forma, a LO traz em seu bojo 18 condicionantes ambientais que tentam mitigar/recuperar estes passivos existentes e diagnosticados no Estudo Ambiental, sendo portanto solicitado o detalhamento destes programas ambientais propostos anteriormente a sua execução.

Não traz a requisição de compensação ambiental, uma vez que a Procuradoria Geral do Ibama ainda não se manifestou oficialmente acerca da sua necessidade frente a empreendimentos antigos, anteriores a 1986.

Em 18 de agosto de 2004

Senhor Diretor da DILIQ

Por estar de acordo com os termos do Parecer Técnico 086/2004 e com a manifestação supra do coordenador de Licenciamento, opino favoravelmente à concessão da licença de operação à Companhia Hidroelétrica do São Francisco, regularizando a operação da usina hidroelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco, no estado da Bahia. À sua consideração.

Luiz Felippe Kunz Jun.
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental
CGLIC/DILIQ/IBAMA 27.8.2004

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls.: 113
Proc.: 3607/01
Rubr.:

À Presidência,

De acordo tendo em vista parecer técnico favorável.

Trata-se do processo de regularização da Hidrelétrica de Sobradinho, uma das mais importantes e conhecidas do país, mas que entretanto nunca possuiu autorização do órgão ambiental federal. A emissão da LO 446/04 é, sem dúvida, um marco no processo de regularização das infra-estruturas do setor elétrico no país.

28/9/04

Nilvo Luiz Alves da Silva
Diretor de Licenciamento e
Qualidade Ambiental
IBAMA

Fls.: 114
Proc.: 3607/01
Rubr.:

URGENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA

OF. N.º 616/2004/NTC/BA/OG.

Salvador, 08 de setembro de 2004.

Ilustrissimo Senhor
LEOZILDO TABAJARA DA SILVA BENJAMIM
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental /IBAMA
Sain, Av. L 4 Norte, Ed. Sede do IBAMA, Bl. C
70.800-200, Brasília/DF

RECEBIDO
9133
20/09/04

Assunto: Procedimento Administrativo n.º1.14.000.000445/2002-19

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, solicito a Vossa Senhoria, nos termos do artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 8º, § 3º, da Lei Complementar n.º 75/93, no prazo de 15 (quinze) dias, que encaminhe a esta Procuradoria da República relatório referente à vistoria na área da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que estava planejada para realizar-se no final do mês de junho do corrente ano, conforme consta no ofício nº 291/2003-CGLIC/DILIQ/IBAMA, dessa procedência, cuja cópia segue anexa, bem como parecer técnico acerca do estudo de Impacto ambiental apresentado pela CHESF.

Atenciosamente,

OLIVEIROS GUANAIS FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

of0616ntcog-ibama-diliq.doc

Av. Sete de Setembro, 2365 - Corredor da Vitória - 40.080-002 - Salvador/BA
Fone: (071) 338-1800 - Fax: (071) 338-1867 – e-mail:oguanais@prba.mpf.gov.br

20 SET 2004

A
Drª ERIKA

20/09/23

Fernando Marques
Assessor
DILIQ/IBAMA

Ao Coordenador Marcus Vinicius, p/ providências.

24/09/04

Gustavo Henrique Silva Peres
DILIQ/IBAMA
Mat. 1448661
Contrato Temporário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

MPF - PR - BA Pol. nº 78

Fls.: 115
Proc.: 3607/01
Rubr.:

OFÍCIO N.º 291 /2003 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 5 de maio de 2003.

R. H.
Junte-se
Salvador, 07/05/03

OLIVEIROS GUANAIS FILHO
Procurador da República

Senhor Procurador,

Reportando-nos ao processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidroelétrica de Sobradinho, protocolado neste Órgão sob número **02001.003607/01-94**, estamos encaminhando cópia do Estudo Ambiental para que o mesmo seja analisado por esta procuradoria.

Aproveitamos a oportunidade para informar que está sendo planejada uma vistoria à área do empreendimento ao final do mês de junho do corrente ano, em data a ser confirmada.

Atenciosamente,

Leozildo Tabajara da Silva Benjamim
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

PROTOCOLO
MPF
PR/BA
2003.002278
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA
Recebido em: 07/05/07
Dia da Semana: 4ª feira | Hora: 10:50
Assinatura:

A Sua Excelência o Procurador da Repúiblica,
Robério Nunes dos Anjos Filho
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, 2365 – corredor da Vitória
CEP: 40.080 – 002 – Salvador – BA
FAX: (71) 336-5687

C:\Meus documentos\Analistas Ambientais\Luciana\IPAMA\Sobradinho\OfencaminhamentoEA.DOC

Fls.: 196
Proc.: 3607/01
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO nº 567 /2004 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 29 de setembro de 2004.

A Sua Senhoria, o Senhor
OLIVEIROS GUANAIS FILHO
Procurador da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, nº 2365 – Corredor da Vitória
CEP: 40080-002 Salvador/BA *Tel (071) 338 1867*

Assunto: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000445/2002-19.

Senhor Procurador,

1. Em atendimento aos termos do ofício nº 616/2004 NTC/BA/OG, de 8.9.2004, referente ao licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, encaminho cópia de relatório de vistoria realizada na área das usinas hidrelétricas do rio são Francisco, e da Licença de Operação nº 406/2004, emitida em 28.9.2004.

2. Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para prestar qualquer informação adicional julgada necessária.

Atenciosamente,

Nilvo Luiz Alves da Silva
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO
30 / 09 / 04
12 : 30 H
RESPONSÁVEL:
Maria José
FAX Nº (71) 338 1867

28/09/04
Confirmei recebimento de 9 páginas enviadas
Paulo Roberto

Fls.: 117
Proc.: 3607/01
Rubr.:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA -
FAX Nº 061 - 316-1306
SCEN - Av. L4 - CEP 70800-900 - BRASÍLIA/DF- FONE: 061 316 1292

DESTINATÁRIO: Valéria Vanda Brasil
COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

Nº DE FAX: (81) ~~3229 3299~~	**DATA:** 28/09/2004
Nº DE PÁGINAS INCLUINDO ESTA: 02	**Nº DO DOCUMENTO:**

MENSAGEM / TEXTO

No âmbito do Processo nº 02001.003607/01-94, referente ao licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, informamos que a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, definiu os custos operacionais dos serviços fornecidos pelo IBAMA.

Sendo assim, o empreendedor deverá efetuar o pagamento referente à Licença de Operação, conforme as seguintes instruções:

1. Documentos para pagamento: utilizar duas guias do **Documento de Recolhimento de Receitas - DR**, uma referente ao pagamento da Licença Ambiental e outra à Análise dos Documentos, preenchendo com os códigos abaixo discriminados:

   LICENÇA DE OPERAÇÃO
   No item **especificação**, escrever:
   Código 5017 – Licenciamento Ambiental da UHE Sobradinho
   Processo IBAMA nº 02001.003607/01-94
   No item **valor do documento**, escrever:
   R$ **22400,00**

   ANÁLISE
   No item **especificação**, escrever:
   Código 5027 - Análises de Documentos – UHE Sobradinho
   Processo IBAMA nº 02001.003607/01-94
   No item **valor do documento**, escrever:
   R$ **24204,40**

2. Local do Pagamento: qualquer agência da rede bancária autorizada.

3. Logo após o pagamento, solicitamos a gentileza de enviar as cópias dos referidos DRs para esta Coordenadoria Geral de Licenciamento, para liberação da Licença.

Atenciosamente,

Jorge Luiz Britto Cunha Re:
Coordenador de Avaliação de Impactos e Riscos
IBAMA/DILIQ/CGLIC/COAIR

FAX TRANSMITIDO EM:
28 / 09 / 04
16 : 30 H
RESPONSÁVEL:
marcia
FAX Nº: 81 32293299

FAX TRANSMITIDO EM:
14 / 12 / 04
ÀS 15 : 53 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº: 81 32293555

Licença e Avaliação/Análise Ambiental

EMPREENDIMENTO: UHE SOBRADINHO

Fls.: 118
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Valor da Análise =	K	+	(A x B x C)	+	(D x E x F)
	1.152,59	+	**23.051,81**	+	0,00

Onde:

A = Nº de Técnicos envolvidos na análise		**4**
B = Nº de horas/homem necessárias para análise		**60**
C = Valor em Reais da hora/homem + OS		**96,05**
Hora/homem	**52,00**	
OS = Obrigações Sociais (84,71 % hora/homem)	**44,05**	
D = Despesas com viagem	**0,00**	
E= Nº de técnicos que viajaram	**0**	
F = Nº de viagens necessárias	**0**	
K = Despesas Administrativas (5 % de [(A x B x C) + (D x E x F)])		**1.152,59**

Valor da Análise	**24.204,40**
Valor da Licença P de Operação	**22.400,00**
Valor Total (Valor da Análise + Valor da Licença)	**46.604,40**

Fls.: 119
Proc.: 3607/01
Rubr.: [illegible]

CGC - 03659166/0001/02 IBAMA

Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DOCUMENTO DE RECOLHIMENTO DE RECEITAS - DR

KNA

Identificação: CGC/CPF: 33.541.368/0001-16			Vencimento
Nome: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO			Agência / Código Cedente: 3803-X / 333004-4
Endereço: RUA DELMIRO GOUVEIA, 333 - BONGI			Nosso número: 26502799910060362-3
Cidade: RECIFE	UPE	CEP 50761-901	(=) Valor do Documento
Especificação: **CÓDIGO 5027 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS - UHE SOBRADINHO. PROCESSO IBAMA N° 02001.003607/01-94**			Desconto
			Multa e/ou Juros
			Total 24.204,00

BANCO DO BRASIL 001 Recibo do Cliente Data de pagamento: ___/___/___

Cia. Hidro Elétrica do São Francisco
Central de Atendimento
DFPR

17 DEZ. 2004

Murilo - Mat. 172.677

20/12/2004 - BANCO DO BRASIL - 16:55:30
435718925 0204

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00199578857265027999410060362216100000000000000

NOSSO NUMERO	26502799910060362
CONVENIO	00957827
IBAMA - DEFIN	
AGENCIA/COD. CEDENTE	4201/00333004
DATA DO PAGAMENTO	20/12/2004
VALOR DO DOCUMENTO	24.204,00
VALOR COBRADO	24.204,00
NR.AUTENTICACAO	C.DE4.C29.2C1.E5E.2B6

BANCO DO BRASIL 001 Ficha de Caixa

Nosso Numero: 26502799910060362-3

Comprovante de Pagamento.

Fls.: 120
Proc.: 3607/01
Rubr.: Ae

CGE-03659166/0001/02-IBAMA-DF

Ministério do Meio Ambiente - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

IBAMA MMA

DOCUMENTO DE RECOLHIMENTO DE RECEITAS - DR

Identificação: CGC/CPF:	33.541.368/0001-16		Vencimento
Nome:	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO		Agência / Código Cedente: 3603-X / 333004-4
Endereço:	RUA DELMIRO GOUVEIA, 333 - BONGI		Nosso número: 26501799910260362-6
Cidade:	RECIFE	UFE / CEP 50761-901	(=) Valor do Documento
Especificação:	CÓDIGO 5017 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UHE SOBRADINHO. PROCESSO IBAMA Nº 02001.003607/01-94		Desconto:
			Multa e/ou Juros:
			Total: 22.400,00

BANCO DO BRASIL 001 Recibo do Cliente Data de pagamento ___ / ___ / ___

Cia. Hidro Elétrica do São Francisco
Central de Atendimento
CEPR

17 DEZ. 2004

Murilo - Dat. 172.877

20/12/2004 - BANCO DO BRASIL - 16:56:21
435718925 0205

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

Aut

BANCO DO BRASIL S.A.

00199578857265017999610260362214200000000000000

NOSSO NUMERO	26501799910260362
CONVENIO	00957887
IBAMA - DEFIN	
AGENCIA/COD. CEDENTE	4201/00333004
DATA DO PAGAMENTO	20/12/2004
VALOR DO DOCUMENTO	22.400,00
VALOR COBRADO	22.400,00

Aut NR. AUTENTICACAO 3.4E5.7B4.049.4FE.53D

BANCO DO BRASIL 001 Ficha de Caixa

Nosso Numero: 26501799910260362-6

Comprovante Pagamento

Fls.: 121
Proc.: 3607/01
Rubr:

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTE FONES: (81) 3229.2395 (direto) – (81) 3229.2413 (fax) Central Telefônica: (81) 3229.2000	FAC-SÍMILE

NÚMERO	DATA	Nº FOLHA	TELEFAX
FAX-DEMG	21.12.2004	01/01	(81) 3229.3555

DESTINATÁRIO	
EMPRESA IBAMA	PAÍS BRASIL
ÓRGÃO DIRETORIA DE LICENCIAMENTO	TELEFAX 61. 2250564
NOME	
ASSUNTO	
LICENÇA DE OPERAÇÃO DA UHE SOBRADINHO – PROCESSO IBAMA Nº 02001.003607/01-94	

PREZADOS SENHORES,

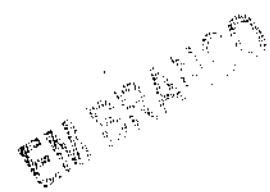
DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SOBRADINHO, SEGUE COMPROVANTE DE PAGAMENTO EFETUADO PELA CHESF NO DIA 20.12.2004.

ATENCIOSAMENTE,

VALÉRIA VANDA GOMES BRASIL

GERENTE DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE DE GERAÇÃO

SE ALGUMA FOLHA NÃO FOI RECEBIDA, FAVOR TELEFONAR PARA (81) 3229.2395/2909/2212



Fls.: 122
Proc.: 3607/01
Rubr.: Ade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO Nº 164 /2004 - COLIC/ CGLIC/ DILIQ/ IBAMA

Brasília, 21 de dezembro de 2004.

A Sua Senhoria, a Senhora
VALÉRIA VANDA GOMES BRASIL
Gerente da Divisão de Meio Ambiente de Geração - CHESF
Rua Delmiaro Gouveia, 333 - Bongi
50.761-901 – Recife/PE FAX: (81) 3229-3555

Assunto: Encaminhamento da Licença de Operação nº 406/2004.

Senhora Gerente,

1. Dando continuidade ao Processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Sobradinho, encaminhamos a Vossa Senhoria a Licença de Operação nº 406/2004.

Atenciosamente,

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
21 / 12 / 2004
ÀS 11 : 35 H
RESPONSÁVEL:
Fabíola / Edinei
FAX Nº: (81) 3229.3561

Fls.: 123
Proc.: 3600101
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 406/2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 24 Anexo I ao Decreto 4.756, de 20 de junho de 2003, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 23 de junho de 2003, e artigo 8º do Regimento interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002, publicada no D.O.U., de 21 de junho de 2003, **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação à:

EMPRESA: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

ENDEREÇO: Rua Delmiro Gouveia, 333 – Ed. André Falcão Bl.A, Sala 316

CEP: 50761-901 **CIDADE:** Recife **UF:** PE

TELEFONE: (81) 3229 2106 **FAX:** (81) 3229 3299

CGC/CPF: 13.541.368/0001-16

REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.003607/01-94

Autorizando a operação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, situada no rio São Francisco, entre os municípios de Sobradinho, Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Barra, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, no Estado da Bahia, com potência instalada de 1050 MW, casa de força abrigando 6 turbinas e área do reservatório de 4214 km², na cota de operação 392,5m.

Esta Licença de Operação é válida por 4 (quatro) anos, a partir da data de sua assinatura e está condicionada ao cumprimento integral das condicionantes discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes do licenciamento ambiental.

Brasília, 21 DEZ 2004

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS
Presidente do IBAMA

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 406/2004

1. **CONDICIONANTES GERAIS:**

1.1 A concessão desta Licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2 Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.

1.3 A renovação desta Licença de Operação deverá ser requerida em conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/97.

1.4 O IBAMA deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.

1.5 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- graves riscos ambientais e de saúde.

1.6 Perante o IBAMA, a CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco é a única responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e pela integridade estrutural e ambiental decorrentes da operação do empreendimento.

2. **CONDICIONANTES ESPECÍFICAS**

2.1 Apresentar e implantar Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em acordo com a resolução CONAMA nº 302/2002, conforme termo de referência a ser encaminhado por este Instituto.

2.2 Apresentar Plano de Controle de Erosão, que deverá contemplar a recuperação e preservação das matas ciliares.

2.3 Apresentar Plano de Controle de Assoreamento, informando a taxa de assoreamento do reservatório, a contribuição da carga de sedimentos do rio São Francisco e do campo de dunas nesse processo, necessidade e periodicidade de dragagem, destinação final do material a ser dragado.

2.4 Apresentar Programa de Conservação do Campo de Dunas, englobando levantamento da vegetação de dunas, da ocupação antrópica na região, desmatamento, remobilização de sedimentos em áreas desmatadas e propostas para sua conservação.

2.5 Apresentar Programa para a Conservação da Fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório.

2.6 Apresentar Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.

2.7 Apresentar proposta para a implantação de um viveiro de mudas nativas.

2.8 Apresentar e implantar Programa de Levantamento e Monitoramento da Ictiofauna, com a realização de um diagnóstico preciso da composição específica local, considerando a presença de migradores e dando ênfase às espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico, para subsidiar a implantação de um Programa de Peixamento com espécies nativas da região e o fomento a um Programa de Pesca que englobe a orientação e o treinamento da comunidade quanto à produção de peixes, apoio logístico aos pescadores e ações de monitoramento, normatização e fiscalização da atividade pesqueira.

CONTINUAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 406/2004

CONTINUAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 406/2004

2.9. Detalhar e implantar o Programa de Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho, com os subprojetos Monitoramento Limnológico; Estudos de Biologia Pesqueira; Zoneamento da Piscicultura em Tanques-rede; e Uso de SIG no Mapeamento das Áreas de Interesse Limnológico e Pesqueiro, com base em Parâmetros Ecológicos.

2.10. Detalhar e implantar o Programa de Criação, Conservação e Fiscalização de Áreas Protegidas.

2.11. Detalhar e implantar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

2.12. Implantar o Programa Sobradinho com a associação das vertentes, capacitação profissional, fortalecimento das noções de cidadania, e respeito ao meio ambiente.

2.13. Apresentar Programa de Comunicação Social.

2.14. Detalhar e implantar o Programa Apoio ao Desenvolvimento Regional.

2.15. Detalhar e implantar o Programa de Educação e Saúde Ambiental na AID.

2.16. Apresentar informações sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos da área de influência, bem como as atividades que vem sendo desenvolvidas e propostas pela CHESF.

2.17. Apresentar informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.

2.18 Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº 813
DATA: 28/01/05
RECEBIDO: fgama

CE-DEMG-005/2004

Recife, 21 de janeiro de 2005.

Fls.: 125
Proc.: 3607/01
Rubr.: Ale

Ilmº. Sr.
Marcos Vinícios Leite Cabral de Melo
Coord. De Licenciamento Ambiental
COLIC/GLIC/DILIQ/IBAMA
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02
Ed. Sede IBAMA – Brasília DF
CEP: 70818.900

Referência: LO N.º 406/2004 de 21.12.2004
UHE Sobradinho.

Prezado Senhor,

Em atendimento a Condicionante Geral 1.1 - **A concessão desta Licença de Operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução N.º 006/86 do Conselho Nacional de Meio ambiente – CONAMA, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA** (grifo nosso) – encaminhamos anexo cópia das publicações da emissão da Licença de Operação N.º 406/ 2004.

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

À Srª Marcia,
P/ anexar ao Processo.
Em 09.02.05

À COLIC / Marcos Vinicius
Em 28/01/05
fgama

Fls.: 126
Proc.: 3607/01
Rubr.:

ISSN 1677-7069

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil — Imprensa Nacional

SEÇÃO 3

Ano CXLI Nº 5
Brasília - DF, sexta-feira, 7 de janeiro de 2005

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência e Tecnologia 6
Ministério da Cultura 7
Ministério da Defesa 9
Ministério da Educação 17
Ministério da Fazenda 30
Ministério da Integração Nacional 56
Ministério da Justiça 62
Ministério da Previdência Social 90
Ministério da Saúde 94
Ministério das Cidades 129
Ministério das Comunicações 129
Ministério das Relações Exteriores 134
Ministério de Minas e Energia 134
Ministério do Desenvolvimento Agrário 140
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 142
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 143
Ministério do Esporte 143
Ministério do Meio Ambiente 143
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 145
Ministério do Trabalho e Emprego 147
Ministério do Turismo 148
Ministério dos Transportes 149
Ministério Público da União 151
Tribunal de Contas da União 152
Poder Legislativo 152
Poder Judiciário 153
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 161
Inediatorias 162

Presidência da República

CASA CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA
IMPRENSA NACIONAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL, em cumprimento ao que determina o inc. LV do artigo 5º da CF/88 e o § 4º do artigo 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, notifica a empresa ROGER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, a comparecer a esta repartição pública situada no SIG Q. 06 LOTE 800, em horário comercial, no Edifício sede da Imprensa Nacional, no 2º andar, gabinete da Coordenação-Geral, para apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir desta publicação, sobre o não-cumprimento do que fora pactuado nos processos de nºs 00034.000857/2004-74 e 00034.000930/2004-16.

Brasília, 6 de janeiro de 2005.
BENJAMIM BANDEIRA FILHO

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,30	R$ 2,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 3,00
de 80 a 128	R$ 1,10	R$ 3,60
de 180 a 280	R$ 1,90	R$ 4,40
de 284 a 500	R$ 3,00	R$ 5,00
de 504 a 824	R$ 6,20	R$ 8,70

O Preço dos Exemplares Atrasados será acrescido de 100% sobre os valores acima.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2141/2005

Nº Processo: 2141/2004 . Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção predial nas instalações da Radiobrás. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24 , inciso IV ,da Lei8.666/93 . Justificativa: Artigo 24 , inciso IV , da Lei 8.666/93 Declaração de Dispensa em 31/12/2004 . ISAIAS DE BRITO NETO . Ordenador de Despesas Substituto . Ratificação em 31/12/2004 . JOSE ROBERTO BARBOSA GARCEZ . Presidente Substituto . Valor: R$ 14.624,96 . Contratada :RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S/A . Valor: R$ 14.624,96

(SIDEC - 06/01/2005) 110052-11152-2005NE002005

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2170/2005

Nº Processo: 2170/2004 . Objeto: Contratação em caráter emergencial, de empresa para prestação de serviços de transporte de fitas e pequenos equipamentos, por meio de motocicletas, no Distrito Federal. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24 , inciso IV ,da Lei8.666/93 . Justificativa: Artigo 24 , inciso IV , da Lei 8.666/93 Declaração de Dispensa em 31/12/2004 . ISAIAS DE BRITO NETO . Ordenador de Despesas Substituto . Ratificação em 31/12/2004 . JOSE ROBERTO BARBOSA GARCEZ . Presidente . Valor: R$ 34.864,77 . Contratada :RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S/A . Valor: R$ 34.864,77

(SIDEC - 06/01/2005) 110052-11152-2005NE002005

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2005

Nº Processo: 01180000753/2004. Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência/GSI/PR. Objeto: Aquisição de peças automotivas. Fornecedores: Auto Peças e Elétrica Universo 2000 Ltda., CNPJ nº 03.654.221/0001-71, Valor Estimado: R$ 95.947,54 - Minauto Peças e Serviços Ltda., CNPJ nº 06.134.351/0001-71, Valor Estimado: R$ 47.467,40 - RJ Comércio de Peças e Serviços Ltda., CNPJ nº 04.954.364/0001-61, Valor Estimado: R$ 1.610,15. Fundamento Legal: Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001. Vigência: 08/12/2004 à 08/12/2005.

ATA Nº 1/2004. Nº Processo: 01180000115/2004. Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência/GSI/PR. Objeto: Aquisição de materiais de expediente. Fornecedores: Inforpaper Comercial de Fitas e Papéis Ltda., CNPJ nº 02.866.437/0001-38, Valor Estimado: R$ 1.470,00 - Multiplik Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 03.615.937/0001-60, Valor Estimado: R$ 1.023,40 - Multipaper Distribuidora de Papéis Ltda., CNPJ nº 26.976.381/0001-32, Valor Estimado: R$ 21.473,60 e SS Atacadista e Distribuidora Ltda., CNPJ nº 05.389.669/0001-30, Valor Estimado: R$ 1.725,18. Fundamento Legal: Art. 65, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93. Vigência: 21/12/2004 à 13/04/2005.

ATA Nº 02/2004. Nº Processo: 01180000314/2004. Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência/GSI/PR. Objeto: Aquisição de materiais de expediente. Fornecedores: Aleir Silva Nascimento (Mercado Recanto), CNPJ nº 05.202.702/0001-71, Valor Estimado: R$ 2.566,22 - Asa Branca Distribuição Ltda., CNPJ nº 05.056.885/0001-04, Valor Estimado: R$ 311,60. Fundamento Legal: Art. 65, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93. Vigência: 10/12/2004 à 07/05/2005.

ATA Nº 7/2004. Nº Processo: 01180000544/2004. Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência/GSI/PR. Objeto: Aquisição de materiais para construção. Fornecedores: Cavalheiro Material de Construção Ltda., CNPJ nº 72.572.910/0001-50, Valor Estimado: R$ 1.155,85 - Estrutura Center Comércio de Materiais de Construção Ltda., CNPJ nº 01.739.265/0001-79, Valor Estimado: R$ 16.564,60 - Panorama Pisos, Revestimentos e Decorações Ltda., CNPJ nº 00.734.442/0001-61, Valor Estimado: 2.325,00 - SAN Decorações e Reformas Ltda., CNPJ nº 01.237.977/0001-90, Valor Estimado: R$ 2.400,00. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Art. 65, § 1º. Vigência: 30/11/2004 à 08/07/2005.

ATA Nº 11/2004. Nº Processo: 01180000546/2004. Órgão Gerenciador: Agência Brasileira de Inteligência/GSI/PR. Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos. Fornecedores: Cavalheiro Material de Construção Ltda., CNPJ nº 72.572.910/0001-50, Valor Estimado: R$ 1.500,21 - Estrutura Center Comércio de Materiais de Construção Ltda., CNPJ nº 01.739.265/0001-79, Valor Estimado: R$ 12.855,19. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Art. 65, § 1º. Vigência: 30/11/2004 à 15/07/2005.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2005

Nº Processo: 00589001498200404 . Objeto: Serviço de energia elétrica para a pu -mt para o exercício de 2005 Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24 , inciso XXII , daLei 8.666/93 . Justificativa: Atender despesas com energia elétrica. Declaração de Dispensa em 03/01/2005 . NILSON LEME DE CAMARGO . Ordenador de Despesas . Ratificação em 03/01/2005 . LUIS ALFREDO ALVES CORREA . Secretario Geral . Valor: R$ 54.000,00 . Contratada :CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES.A. - CEMAT . Valor: R$ 54.000,00

(SIDEC - 06/01/2005) 110061-00001-2005NE900166

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2005

Nº Processo: 00589001498200415 . Objeto: Servico de energia elétrica para a pu -ms para o exercicio de 2005 Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24 , inciso XXII , daLei 8.666/93 . Justificativa: Atender despesas de energia ele-trica. Declaraçlo de Dispensa em 03/01/2005 . NILSON LEME DE CAMARGO . Ordenador de Despesas . Ratificação em 05/01/2005 . LUIS ALFREDO ALVES CORREA . Secretario Geral . Valor: R$ 31.000,00 . Contratada :EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSDO SUL SA ENERSUL . Valor: R$ 31.000,00

(SIDEC - 06/01/2005) 110061-00001-2005NE900166

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2005

Nº Processo: 00589001498200404 . Objeto: Contratacao de servico de energia ele -trica para a pu-mt para o exercicio de 2005 Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24 , inciso XXII , daLei 8.666/93 . Justificativa: Atender as despesas com energia eletrica. Declaração de Dispensa em 03/01/2005 . NILSON LEME DE CAMARGO . Ordenador de Despesas . Ratificação em 03/01/2005 . LUIS ALFREDO ALVES CORREA . Secretario Geral . Valor: R$ 54.000,00 . Contratada :CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES.A. - CEMAT . Valor: R$ 54.000,00

(SIDEC - 06/01/2005) 110061-00001-2005NE900166

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2005

Nº Processo: 00589001496200415 . Objeto: Prestacao de servico de energia eletri -ca para a pu-ms para o exercicio de 2005 Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Artigo 24 , inciso XXII , daLei 8.666/93 . Justificativa: Atender as despesas com energia eletrica. Declaração de Dispensa em 03/01/2005 . NILSON LEME DE CAMARGO . Ordenador de Despesas . Ratificação em 03/01/2005 . LUIS ALFREDO ALVES CORREA . Secretario Geral . Valor: R$ 31.000,00 . Contratada :EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSDO SUL SA ENERSUL . Valor: R$ 31.000,00

(SIDEC - 06/01/2005) 110061-00001-2005NE900166

Fls.: 127
Proc.: 3607/01
Rubr.:

CONVITE - CV-GSG-4-0045

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de infra-estrutura e equipamentos específicos para execução de serviços no Centro de Contingência da Eletronorte/Sede. Aplicação: Brasília - DF. Modalidade: Convite. Tipo: Menor Preço global. Resultado: Adjudicado os itens 00010 a 00030, e 00050 a 00690, no valor de R$ 40.415,10 (quarenta mil, quatrocentos e quinze reais e dez centavos) à empresa Krista Eletrônica Ltda, referido a janeiro de 2005'. A partir desta publicidade os autos deste processo estão com vista franqueada aos interessados.

CÁSSIO DONIZETE FEDERIGHI
Gerente

BOA VISTA ENERGIA S/A

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato DASC 0180/2004 Saturnia Sistema de Energia Ltda. Contratante: Boa Vista Energia S/A Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de reparo em unidades retificadora modelo UR 20A/125V. Modalidade de licitação: IN 00124/2004. Valor Total: R$ 5.000,00 Data de assinatura: 26.12.04 Signatários: Pela Boa Vista Energia S/A: Edson Pereira Carramilo - Gerente do Departamento de Suprimentos. Pela empresa Álvaro Martinez Mendes e Francisco Eduardo Sales.

MANAUS ENERGIA S/A

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenente: Manaus Energia S/A. Convenente: Banco do Brasil S/A. Objeto: concessão de empréstimos, financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, aos empregados/servidores vinculados à CONVENENTE, com contrato de trabalho/vínculo estatutário formalizado vigente. Data da Assinatura: 30/12/04. Signatários pela Manaus Energia S/A; pelo Banco do Brasil S/A.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2005

A Manaus Energia S/A torna público a Contratação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal no valor total de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), caracterizada no Inciso XIII do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações fundamentada através da RD Nº 144/04 e parecer jurídico nº 122/04.

NÚBIA REGINA DA SILVA
Gerente do Departamento de Licitação e Contrato
Em Exercício

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/05

A Manaus Energia S/A torna público a Contratação da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL no valor total de R$ 350.056,86 (Trezentos e cinqüenta mil, e cinqüenta e seis reais e oitenta e seis centavos), caracterizada no Inciso XIII do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações fundamentada através da RD Nº 145/04 e parecer jurídico nº 123/04.

NUBIA REGINA DA SILVA
Gerente do Departamento de Licitação e Contrato
Em Exercício

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 433/2004

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra civil com fornecimento de materiais Subestação: Redenção, Fiores, Manaus e Aparecida. Tipo: Menor Preço. Empresas habilitadas: Intec Inst. Técnicas de Engenharia Ltda e Spic Sociedade de Projetos, Inst. e Comércio Ltda. Informamos que a abertura da proposta comercial realizar-se-á no dia 14.01.05 às 10:00h.

CONCORRÊNCIA Nº 496/2004

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra civil com fornecimento parcial de materiais para construção da LT 69 KV Muaé - S. José. Tipo: Menor Preço. Empresas habilitadas: Intec Inst. Técnicas de Engenharia Ltda, Spic Sociedade de Projetos, Inst. e Comércio Ltda, Sell Engenharia Ltda e Conin Construção e Montagem Ltda. Informamos que a abertura da proposta comercial realizar-se-á no dia 14.01.05 às 14:30h.

NÚBIA REGINA DA SILVA
Gerente do Departamento de Licitação e Contrato
Em Exercício

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 477/2004

Objeto: Contratação de serviços técnicos de consultoria e de assessoramento estratégico, para realização de estudos tarifários e negociação na primeira revisão tarifária periódica ordinária da Manaus Energia S/A, junto ANEEL. Resultado: empresa vencedora - Quantum do Brasil Ltda, no valor total de R$ 184.950,00 (Cento e oitenta e quatro mil, novecentos e cinqüenta reais), de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

NÚBIA REGINA DA SILVA
Gerente do Departamento de Licitação e Contrato
Em Exercício

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL - CONTRATADA: JORGE URUCHURTU CHAVARIN.- OBJETO: Prestação de serviços de consultoria técnica especializada e assessoria no projeto Estudo de Técnicas de Avaliação da Corrosão e Novos Sistemas Anti-Corrosivos em Fundações Metálicas de Torres de Linhas de Transmissão- VALOR ESTIMADO: R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 25, inciso II, da Lei 8666/93. AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO: Autorizada pelo Diretor de Gestão e Infra-Estrutura e Ratificada pelo Diretor Geral.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATADA -CARL ZEISS DO BRASIL LTDA.- OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 02/031/04, referente a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do microscópio eletrônico de varredeura - ESPÉCIE: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato, com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, por 12 (doze) meses, a partir de 24/09/2004. - VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$16.872,00 (dezesseis mil, oitocentos e setenta e dois reais).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005

A Cia. de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará às 09:00 horas do dia 11 de fevereiro de 2005, na sala de reuniões daquela Comissão, sito à Rua Valério Magalhães, 226 - Bairro Bosque, em Rio Branco/AC, licitação sob a modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005. Tipo: Técnica e Preço. Objeto: Contratação de empresa especializada em Avaliação de Ativo Imobilizado, credenciada pela ANEEL, para prestação de serviços técnicos de inspeção Física e Avaliação do Ativo Imobilizado da Eletroacre, nos Termos da Resolução da ANEEL Nº 493, de 03.09.2002 e Nota Técnica da ANEEL Nº 178, de 30.07.2003. Valor do Edital: R$ 30,00 (trinta) reais, C/C n.º 30.334-8, agência 0071-X, Banco do Brasil S/A, depósito identificado n.º 116-3. Esta licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações. Informações adicionais poderão ser obtidas no já citado endereço, pelo telefone (0xx68) 212-5777 ou pelo fax (0xx68) 212-5798.

Rio Branco - AC, 6 de janeiro de 2005.
SILVIO CHARLES DE M. GOMES
Presidente da Comissão

COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS

AVISOS DE RETIFICAÇÃO

A Companhia Energética do Amazonas, torna público a Retificação dos extratos de inexibilidades de licitação: IN Nº 145/04, onde lê-se: POWERTECH COMERCIAL leia-se: CUMMINS INCORPORATED e IN Nº147/04 onde lê-se: RETAM DIESEL ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, leia-se: ELETRO MOTIVE DIVISION OF GENERAL MOTORS CORPORATION; Publicadas no D.O.U dia 26.11.2004.

A Companhia Energética do Amazonas, torna público a Retificação dos extratos de inexibilidades de licitação: IN Nº 145/04, onde lê-se: POWERTECH COMERCIAL leia-se: CUMMINS INCORPORATED e IN Nº147/04 onde lê-se: RETAM DIESEL ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, leia-se: ELETRO MOTIVE DIVISION OF GENERAL MOTORS CORPORATION; Publicadas no D.O.U dia 26.11.2004

DARIO PEREIRA RODRIGUES
Gerente do Departamento de Licitação e Contrato

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Apólice de Seguro nº 210.787-9. Objeto: Seguro no ramo de incêndio e danos elétricos, para cobertura das instalações do complexo-sede, equipamentos das subestações e materiais do almoxarifado central da Cepisa. Contratada: Sul América Cia. Nacional de Seguros. Prêmio líquido do seguro: R$ 107.241,81 (cento e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos). Vigência: 28/08/2004 a 28/08/2005. Suporte Legal: Lei nº 8.666/93. Data de emissão: 17/09/2004. Assinaturas: Pela Seguradora: Ilegível

PAULO ERNANY DE A. ALVARENGA
Gerente/DAL

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 77/2004

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de operação de 14 (quatorze) subestações da Cepisa, a saber: Macaúba, Nazária, Mandacaru, Altos, Bertolínea, Gilbués, Novo Oriente, Oeiras, Redenção do Gurguéia, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Lenóis dia, Uruçuí e Barras. Tipo: Menor Preço. Adjudicação: Engemáximo Consultoria, Planejamento e Construção Ltda. Valor Global: R$ 457.292,01 (quatrocentos e cinqüenta e sete mil duzentos e noventa e dois reais e um centavo). Os autos do processo estão com vistas franqueadas aos interessados a partir desta publicação.

Teresina, 6 de janeiro de 2005
ROBERTO CÉSAR F. NASCIMENTO
Pregoeiro

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CD-92.2004.7730 - Objeto: atualização de licenças de software e suporte técnico dos produtos Oracle (Database Enterprise Edition, Diagnostic Pack e Tunning Pack) em operação na rede corporativa da Chesf. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Valor: R$ 308.014,17 (trezentos e oito mil e quatorze reais e dezessete centavos) Fundamento Legal: inciso I do Artigo 25 da Lei 8.666/93. Aprovação: Diretor Administrativo. Ratificação: Diretor Presidente. Signatário: Evandro Gastão Wanderley - Chefe da Divisão de Contratações - DECT.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CTN-E-12.2003.1290.01. Data da emissão: 29/12/2004. Objeto: Prorrogar o prazo de execução por mais 03 (três)meses;Valor: R$ 168.545,49; Empresa Contratada: Servisan Vigilância e Transportes de Valores Ltda; CTN-E-12.2003.1291.01. Data da emissão: 30/12/2004. Objeto: Prorrogar o prazo de execução por mais 03 (três) meses;Valor: R$ 6.780,18; Empresa Contratada: Servisan Vigilância e Transportes de Valores Ltda;
Julio Rodrigues de Sousa Filho - Assessor da Gerencia Regional de Operação Oeste .
Rômulo Fernando Teixeira Vilela - Gerente Regional de Operação Oeste.

RESULTADO DE ÍNDICE TÉCNICO

Concorrência Nacional - N.º CN-1.92.2004.4880. Objeto: Produção de Mudas Nativas da Caatinga e Recuperação de Áreas Degradadas no Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica Xingó. Empresas classificadas tecnicamente: Consplan - Consultoria e Planejamento Ltda. e Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES. Índices técnicos: CONSPLAN - 1,00 e FUNDEPES - 0,9789. A abertura das Propostas-Preço ocorrerá às 14:00 horas do dia 18 de janeiro de 2005, na Sala B-309 do Edifício André Falcão. A CHESF informa que o processo encontra-se com vista franqueada, a partir desta publicação.

EVANDRO GASTÃO WANDERLEY
Chefe da Divisão de Contratação

RESULTADO DE JULGAMENTO

Tomada de Preço Nº - 1.02.2004.1740 Objeto: Supressão de Vegetação através de roço manual sob linhas de transmissão da Chesf, totalizando 390 hectares. Empresa vencedora: VALMAR - Serviços e Construção LTDA Valor R$ 91.891,80 Critério de julgamento: MENOR PREÇO.

JALMIR BRELAZ DE CASTRO
Chefe do Serviço de Compras e Contratações
Leste

AVISO DE LICENÇA

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, localizada na rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi, Recife-PE, C.G.C. Nº 33.541.368/0001-16, em atendimento ao exigido no parágrafo 1º do Artigo 10 da Lei Nº 6.938/81, torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, a Licença de Operação - LO Nº 406/2004 da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, situada no rio São Francisco, entre os municípios de Sobradinho, Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, barra, Pilão Arcado, Remanso e casa Nova no Estado da Bahia, com potência instalada de 1050 MW, casa de força abrigando 6 turbinas e área de reservatório 4214 km², na cota da operação 392,5 metros.

JOSÉ AILTON DE LIMA
Diretor de Operação e Manutenção

Fls.: 128
Proc.: 3607/01
Rubr.: Ael

Chesf Eletrobras RBSL

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

COMUNICAÇÃO

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, localizada na rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi, Recife-PE, C.G.C. Nº .33.541.368/0001-16, em atendimento ao exigido no parágrafo 1º, do Artigo 10 da Lei Nº 6.938/81, torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA a Licença de Operação - LO Nº 406/2004 da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, situada no rio São Francisco, entre os municípios de Sobradinho, Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Barra, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova no Estado da Bahia, com potência instalada de 1050 MW, casa de força abrigando 6 turbinas e área de reservatório 4214 km², na cota da operação 392,5 metros.

Eng.º José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Fls.: 129
Proc.: 3607/01
Rubr.:

CE-DEMG-044/2005

Recife, 02 de maio de 2005.

Ilma
Drª Moara Menta Gisson
Coordenadora de Licenciamento e Qualidade Ambiental – DILIQ
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 2
Sede do Ibama - Brasília – DF CEP: 70818-900

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 6039
DATA: 04/05/04
RECEBIDO:

Assunto: Análise de Condicionantes
Ref.: LO-406/2004

Prezada Senhora,

Com relação ao atendimento das condicionantes da LO em referência informamos:

CONDICIONANTES GERAIS

1.1 A concessão desta licença de operação deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Nº 006/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

Condicionante atendida. Pela CE-DEMG-005/2005 de 21 de janeiro 2005, enviamos a esse Instituto cópia das publicações.

1.2 Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência do IBAMA.

A Chesf compromete-se a comunicar a esse Instituto quaisquer alterações (que tenham relevância para o meio ambiente) a serem implantadas no empreendimento.

1.3 A renovação desta licença de operação deverá ser requerida em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 237/97.

A Dra. Lílian,

Favor proceder análise em conjunto c/ equipe do empreendimento.

5.5.05

Moara Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

Ao Dr. Alexandre,
Por pertinência.

16.05.05

Lilian Maria Menezes Lima
Contrato Temporário
Mat. 14465133
COLIC/CGLIC/DILIQ

Fls.: 130
Proc.: 3607/01
Rubr.:

A Chesf irá requerer a renovação da Licença de Operação de acordo com a Resolução Conama 237/97.

1.4 O IBAMA deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.

A Chesf compromete-se a comunicar a ocorrência de acidentes ambientais na área do empreendimento.

1.5 O IBAMA mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:

- **Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.**
- **Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da Licença.**
- **Graves riscos ambientais e de saúde.**

A Chesf está ciente de suas responsabilidades com relação ao atendimento das condicionantes da Licença.

1.6 Perante o IBAMA, a CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco é a única responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e pela integridade estrutural e ambiental decorrentes da operação do empreendimento.

A Chesf está ciente de suas responsabilidades com relação ao atendimento das condicionantes da Licença.

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

2 CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

2.1 Apresentar e implantar Plano ambiental de Conservação e uso do Entorno do Reservatório, em acordo com a Resolução CONAMA Nº 302/2002, conforme termo de referência a ser encaminhado por este Instituto.

Aguardamos o envio do Termo de Referência, por esse Instituto, para providenciarmos o processo de atendimento a esta condicionante.

2.2 Apresentar Plano de Controle de Erosão, que deverá contemplar a recuperação e preservação das matas ciliares.

Para atendimento desta condicionante julgamos necessária a elaboração de um levantamento das áreas sujeitas a processos erosivos e passíveis de serem recuperadas. Desta forma estamos elaborando um Termo de Referência para a execução do referido levantamento.

2.3 Apresentar Plano de Controle de Assoreamento, informando a taxa de assoreamento do reservatório, a contribuição da carga de sedimentos do rio São Francisco e do campo de dunas nesse processo, necessidade e periodicidade de dragagem, destinação final do material a ser dragado.

Estamos elaborando Termo de Referência para atendimento a esta condicionante e paralelamente estamos analisando junto com Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transporte – DNIT, as ações que poderão ser desenvolvidas em parceria.

EMBARGO

Fls.: 132
Proc.: 3607/01
Rubr.:

2.4 Apresentar Plano de Conservação do Campo de Dunas, englobando levantamento da vegetação de dunas, da ocupação antrópica na região, desmatamento, remobilização de sedimentos em áreas desmatadas e propostas para a sua conservação.

Solicitamos esclarecer se o Campo de Dunas a que se refere a condicionante trata-se da Área de Proteção Estadual Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco, criada pelo Governo da Bahia através do Decreto Estadual Nº 6.547 de 8/07/1997.

2.5 Apresentar Programa para Conservação da fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório.

Estamos analisando a possibilidade de atender esta condicionante em parceria com o IBAMA-BA, através do apoio à implantação de um Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS, que além do levantamento da fauna realizaria também a reabilitação das espécies apreendidas nos quarenta e quatro municípios da área de abrangência da representação do IBAMA Juazeiro e das áreas circuvizinhas. Aguardamos sinalização de V.Sa. quanto a anuência com relação ao atendimento desta condicionante.

2.6 Apresentar Programas de Monitoramento de Macrófitas aquáticas.

Estamos elaborando Termo de Referência para atendimento a esta condicionante.

2.7 Apresentar proposta para a implantação de um viveiro de mudas nativas.

Estamos elaborando Termo de Referência para atendimento a esta condicionante e paralelamente estamos analisando junto com Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia

Fls.: 133
Proc.: 3607/01
Rubr.:

- SEMARH as ações que poderão ser desenvolvidas em parceria.

2.8 Apresentar e implantar Programa de Levantamento e Monitoramento da ictiofauna com a realização de um diagnóstico preciso da composição local, considerando a presença de migradores e dando ênfase as espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico, para subsidiar a implantação de um Programa de Peixamento com espécie nativas da região e o fomento a um programa de Pesca que englobe a orientação e o treinamento da comunidade quanto à produção de peixes, apoio logístico aos pescadores e ações de \monitoramento, normatização e fiscalização da atividade pesqueira.

Estamos elaborando Termo de Referência para o Programa de Levantamento e Monitoramento da ictiofauna, porém consideramos que o referido Programa não deve ser base para um Programa de Peixamento, uma vez que a reintrodução de peixes para fins de recuperação de ictiofauna, não tem se mostrado eficiente em reservatórios de grande porte. Pelas características do reservatório de Sobradinho um gerenciamento efetivo da atividade pesqueira proporcionaria recuperação da ictiofauna nativa.

A Chesf vem proporcionando apoio às Colônias de Pescadores do entorno do lago de Sobradinho na elaboração de um Acordo de Pesca que visa disciplinar a atividade pesqueira.

Quanto a fiscalização da atividade de pesca, a Chesf tem apoiado as ações do IBAMA na região, especialmente durante a Piracema.

2.9 Detalhar e implantar o Programa de Monitoramento Limnólogico e da Produção Pesqueira do reservatório de Sobradinho, com os subprojetos Monitoramento limnológico, estudos de Biologia pesqueira, Zoneamento da Piscicultura em tanques-rede, o Uso do SIG no mapeamento das áreas de Interesse Limnológico e pesqueiro, com base em parâmetros Ecológicos.

Estamos elaborando Termo de Referência para atendimento a esta condicionante.

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Fls.: 134
Proc.: 3607/01
Rubr.: 4e

2.10 Detalhar e Implantar o Programa de Criação, Conservação e fiscalização de áreas Protegidas.

Após a análise do Artigo 36 da Lei SNUC 9985 de 18 de julho de 2000: "Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta lei", entendemos que a implantação de Programas de Criação e conservação de áreas protegidas constitui uma atividade característica de Compensação Ambiental não cabendo como condicionante de licenciamento de operação. Desta forma, solicitamos a V.Sa. a retirada da condicionante.

2.11 Detalhar e implantar o Programa de Recuperação de áreas Degradadas – PRAD

Para atendimento desta condicionante julgamos necessária a elaboração de um levantamento das áreas passíveis de serem recuperadas. Desta forma estamos elaborando um Termo de Referência para a execução do referido levantamento.

2.12 Implantar o Programa Sobradinho com a associação das vertentes, capacitação profissional, fortalecimento das noções de cidadania, e respeito ao meio ambiente.

O Programa Sobradinho está efetivamente implantado uma vez que conforme o Plano de Trabalho (anexo 01) já foram desenvolvidos seminários e criado um fórum de representação da comunidade junto aos responsáveis pela execução do programa. Aguardamos a consolidação do Relatório final que selecionará os projetos indicados pela comunidade a serem implantados.

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Fls.: 135
Proc.: 3607/01
Rubr.:

2.13 Apresentar Programa de Comunicação Social.

Estamos elaborando Termo de Referência para Implantação com técnicos do quadro próprio da Chesf. Os temas a serem desenvolvidos neste Programa estão sendo levantados nas oficinas em andamento no Programa de Educação e Saúde Ambiental.

2.14 Detalhar e implantar o Programa de apoio ao Desenvolvimento Regional.

Após a emissão do Relatório final das Oficinas do Programa Sobradinho será consolidado o apoio da CHESF ao Desenvolvimento Regional.

2.15 Detalhar e implantar o Programa de Educação e saúde Ambiental na AID.

Condicionante em atendimento. Anexamos os relatórios já emitidos. (anexo 02)

2.16 Apresentar informações sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos da área de influência, bem como as atividades que vem sendo desenvolvidas e propostas pala Chesf.

Estamos levantando as informações solicitadas. No entanto, já estamos trabalhando em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - SEMARH, apoiando a realização de treinamento para manuseio de recipientes de agrotóxicos nas comunidades de: Sobradinho, Sento Sé, Casa Nova e Remanso no período de 10 a 15 do corrente.

Fls.: 136
Proc.: 3607/01
Rubr.: 4e

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

2.17 Apresentar informações sobre as indenizações e reassentamentos das famílias que foram daesapropiadas e a forma de vida que possuem atualmente.

Segue quadro geral de distribuição das famílias atingidas pelo reservatório de Sobradinho (anexo 03). Está em desenvolvimento pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, (contratada pela Chesf) um levantamento de todos os lotes situados nas margens do Reservatório de Sobradinho contemplando a forma de ocupação e atividade desenvolvida no mesmo. Até o presente, foram levantados 3.004 lotes nas localidades de Aldeia, Andorinhas, Basuá, Cajuí, Itapera, Para Rural Sento Sé, Pascoal e Limoeiro, Piri, Ponta D'água, Quixaba, Retiro de Cima, Retiro de Baixo, Riacho dos Pais, Tombador e Trairas, todas pertencentes ao município de Sento Sé. Está em processo a contratação do levantamento dos lotes restantes.

2.18 Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

Esta condicionante será atendida com técnicos do nosso quadro. Estamos realizando pesquisa de dados secundários e programando vistoria de campo. Tão logo sejam concluídos os trabalhos apresentaremos as informações.

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

QUADRO I

DESTINO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO E REASSENTADAS PELA CHESF

LOCAL DE ORIGEM		BORDA DO LAGO				"SOLUÇÃO PRÓPRIA"			PEC SR	FALECIDO E DESTINO IGNORADO	TOTAL GERAL
		NOVAS CIDADES	NÚCLEOS RURAIS	CAATINGA	SUBTOTAL	ÁREAS VIZINHAS	OUTRAS ÁREAS	SUBTOTAL			
ÁREA URBANA	SENTO SÉ	264	-	2	266	19	5	24	1	-	291
	CASA NOVA	577	-	5	582	27	12	39	2	9	632
	REMANSO	1.752	2	19	1.773	25	109	134	7	69	1.983
	PILÃO ARCADO	284	-	-	284	22	16	38	3	3	328
	SUB TOTAL	2.877	2	26	2.905	93	142	235	13	81	3.234
	%	88,96	0,0	0,8	89,82	2,87	4,39	7,26	0,4	2,5	100
ÁREA RURAL	JUAZEIRO	14	99	4	117	93	2	95	9	2	223
	SENTO SÉ	458	1.620	265	2.343	522	368	890	296	68	3.597
	XIQUE XIQUE	-	-	-	-	74	11	85	-	1	86
	CASA NOVA	321	658	581	1.560	454	139	593	652	42	2.847
	REMANSO	101	273	531	905	54	156	210	21	64	1.200
	PILÃO ARCADO	80	3	370	453	95	79	174	35	4	666
	SUB TOTAL	974	2.653	1.751	5.378	1.292	755	2.047	1.013	181	8.619
	%	11,30	30,78	20,31	62,39	14,99	8,76	23,75	11,75	2,10	100
TOTAL DO RESERVATÓRIO		3.851	2.655	1.777	8.283	1.385	897	2.282	1.026	262	11.853
%		32,49	22,40	14,99	69,88	11,68	7,56	19,25	8,65	2,21	100

Fls.: 122
Proc.: 360/81
Rubr.:

EMBRAPA

Fls.: 138
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CE-DEMG-086/2005

Recife, 21 de Julho de 2005

Ilma. Sra.
Moara Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento Ambiental
Colin/CGLIC/DILIQ/IBAMA
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 2
Edf. Sede do IBAMA – Brasília – DF – CEP: 70.818-900

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 9803
DATA: 01/08/05
RECEBIDO:

Assunto: Envio de Relatório
Referência: Ofício nº 08

Prezada Senhora,

Anexamos para conhecimento de V.Sª, o relatório referente ao **RESGATE DOS PEIXES DURANTE PARADA DA MÁQUINA 01 UHE DE SOBRADINHO/BA**, realizado no período de 18 a 20 de abril de 2005.

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

'A coll. Mesa
Em 02.08.05

Paula Melo
Assessora Técnica
CGLIC/DILIQ/IBAMA

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº11993
DATA: 09/12/04
RECEBIDO: fgama

Fls.: 139
Proc.: 3607/01
Rubr.:

CE-DEMG-0116/2004

Recife, 06 de dezembro de 2004.

Ilm.º Senhor
Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo
Coord. de Licenciamento Ambiental
Colic/ CGLIC/ DILIQ/ IBAMA
SCEN - Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 2
Edf. Sede do IBAMA – Brasília – DF - CEP: 70.818-900

Assunto: Licenciamento Ambiental da UHE Sobradinho.
Referência: Ofício nº 032/2004-CGLIC/DILIQ/IBAMA;
CE-DEMG-030/2004;
CE-DEMG-045/2004;
CE-DEMG-089/2004;
Ofício -103/2004-COLIC/CGILC/DILIQ/IBAMA.

Prezado Senhor,

Solicitamos posicionamento desse órgão ambiental com relação ao licenciamento da UHE Sobradinho.

Aproveitamos a oportunidade para encaminhar cópias dos relatórios finais de ações ambientais desenvolvidas no reservatório da UHE Sobradinho:

- Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho
  Componente: Limnologia – Relatório Final;

- Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho
  Componente: Ictiofauna – Relatório Final;

- Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho
  Componentes: Zooplâncton, Fitoplâncton e Ictioplâncton – Relatório Final;

- Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho
  Subprojeto: Zoneamento da piscicultura em Tanques-rede – Relatório Final;

- Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho
  Componente: Estatística Pesqueira do Reservatório de Sobradinho – Relatório Final;

- Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho
  Subprojeto: Estudo da Biologia pesqueira no reservatório de Sobradinho – Relatório Final;

À COLIC | Marcus Vinicius em 09/12/04 fgama

Ao Dr. Celso/Drª Gina/Drª Sr
Via /Drª Lilian/Dr. Fabio

P/ ANÁLISE.

EM 16.12.09

Marcus Vinicius Leite Cabral de Melo
Coordenador de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

- Monitoramento Limnológico e da Produção Pesqueira do Reservatório de Sobradinho Componentes: Caracterização das artes de pesca no Reservatório de Sobradinho – Relatório Final;

Fls.: 140
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração – DEMG
e-mail: valeriav@chesf.gov.br

Fls.: 141
Proc.: 3607/01
Rubr.:

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF
DIRETORIA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - DE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO- SPE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DMA
DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE DE GERAÇÃO - DEMG

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO

DEMG - 000 - R00 - 2005

Outubro / 2005

Fls.: 142
Proc.: 360701
Rubr.:

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 3

2 O EMPREENDEDOR 3

2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO 4

3 O EMPREENDIMENTO 4

3.1 Reservatório de Sobradinho 4

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA 5

4.1 ATENDIMENTO AO PONTO DE CORTE 5

4.2 DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO TÉCNICA 6

4.3 CUSTOS 7

5 DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 8

5.1 PRAZOS 8

5.2 SUPERVISÃO DOS TRABALHOS 8

5.3 ÁREA DE ABRANGÊNCIA 9

6 TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O INVENTÁRIO DOS ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO 9

6.1 APRESENTAÇÃO 9

6.2 OBJETIVOS 9

6.2.1 Objetivo Geral 9

6.2.2 Objetivos Específicos 10

PRINCÍPIOS GERAIS E METODOLOGIA 12

6.3 RELAÇÃO DOS PRODUTOS 3

6.4 METODOLOGIA 14

6.5 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS 17

7 CRONOGRAMAMA DE DESEMBOLSO 23

8 CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS 24

9 RELAÇÃO DOS ANEXOS 24

EMBARGO

1 INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo apresentar às **PROPONENTES** as Especificações Técnicas necessárias à elaboração da Proposta Técnica para execução de serviços especializados para implantação do Programa de **Inventário dos Ecossistemas Aquáticos Reservatório de Sobradinho**, em atendimento às condicionantes específicas 2.6, 2.8 e 2.9 da Licença de Operação Nº 406/ 2004 referente a UHE Sobradinho.

As águas interiores tendem a ser os primeiros habitats a sofrerem degradação antrópica em decorrência da escolha dos homens em se fixarem nas áreas às margens dos rios, e utilizar os recursos hídricos para diversas finalidades. A fragmentação desses habitats, incluindo a construção de barragens e canalização dos rios, provoca perdas ou mudanças em seus ambientes naturais, exigindo adaptações das comunidades às novas condições ambientais, em função das transformações da hidrodinâmica original, que afetam diretamente a biodiversidade dos sistemas aquáticos.

Os reservatórios são sistemas complexos que apresentam um padrão dinâmico em seus mecanismos de funcionamento. Os sistemas terrestres e aquáticos da área de influência, bem como os rios em que os reservatórios estão inseridos, são alterados efetivamente em seus fluxos hídricos quando submetidos às interferências antrópicas. Da construção de um reservatório decorrem mudanças que produzem uma completa reorganização dos elementos que compõem o ecossistema, num curto espaço de tempo.

Diante disto, é necessário, não só acompanhá-las, mas desenvolver mecanismos de previsão e prevenção para controle de eventuais desequilíbrios, bem como para conhecimento científico destes ecossistemas e das interações com a bacia hidrográfica e com os sistemas a jusante e a montante, efetuando assim, uma abordagem sistêmica para um melhor gerenciamento ambiental.

2 O EMPREENDEDOR

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, empresa de economia mista, foi criada pelo Decreto n.º 8031, de 03 / 01 / 45 e constituída em 15 / 03 / 48, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS, com a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste do Brasil.

O sistema de geração da CHESF é hidrotérmico, com sensível predominância hidráulica. Atualmente, o parque gerador é formado por 16 usinas, 14 hidráulicas e 2 térmicas, com 64 unidades geradoras, totalizando 10.704 MW de potência nominal, supridos através de 9 reservatórios com capacidade de armazenar 50 bilhões de metros cúbicos d'água.

Seu sistema de transmissão é composto de 191 linhas de transmissão, totalizando cerca de 18.000 km de extensão, sendo 96% delas em tensões iguais ou superiores a 230 kV. Fazem parte deste sistema 87 (oitenta e sete) subestações, as quais constituem, juntamente com as linhas de transmissão, usinas hidrelétricas e termelétricas, o Sistema Eletroenergético da CHESF.

EM BRANCO

Embora tenha na Região Nordeste a maior parcela de seu mercado, a CHESF já comercializa energia nas diversas regiões do país.

2.1 Dados de Identificação

NOME/RAZÃO SOCIAL:	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco- CHESF
REGISTRO CNPJ/MF:	33.541.368/0001-16
ENDEREÇO:	Edifício Dr. André Falcão
	Rua Delmiro Gouveia, N.º 333
	San Martin, Recife - PE, CEP. 50761-901
FONE:	(0xx81) 3229-2000
FAX:	(0xx81) 3229-2413
HOME-PAGE:	**http://www.chesf.gov.br**
E-MAIL:	**chesf@chesf.gov.br**
ENDEREÇO:	Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG
	Ed. Dr. André Falcão, Bloco C, Sala 205
	Rua Delmiro Gouveia, 333, San Martin Recife- PE
	CEP: 50.761-901
FONE:	(0xx81) 3229-2213 / 3229-3561
FAX:	(0xx81) 3229-3555
E-MAIL:	**valeriav@chesf.gov.br**

3 O EMPREENDIMENTO

3.1 Reservatório de Sobradinho

Cota do coroamento da barragem.....397.50 m
Cota maximo maximorum.....393.50 m
Cota máxima operativa normal.....392.50 m
Cota mínima operativa normal.....380.50 m
Volume útil.....28669 hm^3
Volume para cota maximo maximorum.....38541 hm^3
Volume para cota máxima operativa normal.....34116 hm^3
Volume para cota mínima operativa normal.....5447 hm^3
Área para cota máxima operativa normal.....4214 km^2
Área para cota minima opeativa normal.....1117 km^2
Área de drenagem.....498425 km^2
Rede Hidrométrica (tipo / nº de postos).....49
Vazão máxima observada.....17800 m^3/s (09/03/79 e 10/03/79)
Vazão mínima observada (antes de Sobradinho).....595 m^3/s (10/10/55)
Vazão mínima observada (após Sobradinho).....1113 m^3/s (11/09/78)
Vazão regularizada.....2060 m^3/s

Municípios inundados:

- Sobradinho (BA)
- Sento Sé (BA)

EM BRANCO

- Itaguaçu da Bahia (BA)
- Xique-Xique (BA)
- Barra (BA)
- Pilão Arcado (BA)
- Remanso (BA)
- Casa Nova (BA)

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Deverão ser observadas as seguintes condições:

- os serviços deverão ser desenvolvidos de acordo com o Termo de Referência;

- na elaboração da Proposta Técnica, que será desenvolvida para o Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho, objetos desta licitação, as **PROPONENTES** deverão obedecer à Legislação Ambiental vigente;

- considerando a complexidade da região onde serão realizados os serviços objeto desta licitação, seus reflexos no preço e nas metodologias que serão utilizadas, a **PROPONENTE**, deverá realizar uma visita de reconhecimento na área de abrangência dos serviços, antes da apresentação da proposta. A autorização para visita deverá ser solicitada à Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG, informando o período e o nome do(s) técnico(s) participante(s), através de e-mail para valeriav@chesf.gov.br, com cópia para luizh@chesf.gov.br e elvidiol@chesf.gov.br. Essa visita será muito importante, pois a **PROPONENTE** deverá estar consciente das condições locais e levá-las em consideração na preparação da Proposta Técnica e na composição de seu preço. A visita deverá ser solicitada em até **20 (vinte)** dias antes da entrega das propostas e realizada em no máximo **10 (dez)** dias antes da entrega das propostas;

4.1 *Atendimento ao Ponto de Corte*

Para atendimento ao ponto de corte, devem ser considerados os critérios constantes no item 4 do Anexo 5, os quais são descriminados a seguir:

- cópia autenticada do Certificado de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de todos os técnicos componentes da equipe responsável pela realização dos serviços constantes nesta Especificação Técnica, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 01 de 16/03/88 e IN-IBAMA n.º 10, de 17 de agosto de 2001;

- cópia autenticada do documento de Identidade Profissional, acompanhada de comprovante de pagamento atualizado do respectivo Conselho de Classe, de todos os técnicos componentes da equipe responsável pela realização dos serviços constantes

EM BRANCO

nesta Especificação Técnica, com exceção das profissões que não são reguladas por Conselhos;

- Apresentar prazo de execução dos serviços de acordo com o estabelecido no item 5.1 da Especificação Técnica.

OBS: Os documentos aqui exigidos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado do órgão da CHESF que realiza a Licitação ou o Cadastramento.

4.2 Documentos para Pontuação Técnica

Para pontuação técnica das propostas, a **PROPONENTE** deverá anexar os seguintes documentos para atendimento dos respectivos critérios técnicos constantes no item 2 do Anexo 5:

- comprovação, pela **PROPONENTE**, através de atestados fornecidos por instituições públicas ou privadas, da execução de serviços de **Monitoramento em Ecossistemas Aquáticos Continentais**, explicitando se o serviço realizado foi na **Região do Semi-árido Nordestino.**

- currículos recentes e assinados pelos respectivos técnicos, onde deverão ser incluídos o tempo de trabalho em serviços similares e o grau de responsabilidade assumido nos serviços de que participou, conforme modelo apresentado no Anexo 1;

- comprovação, pelo **COORDENADOR**, através de atestados fornecidos por instituições públicas ou privadas, de coordenação da execução de serviços de **Monitoramento em Ecossistemas Aquáticos Continentais**, explicitando se o serviço realizado foi na **Região do Semi-árido Nordestino.**

- comprovação de titulação pelo coordenador, por meio de cópia de declaração de obtenção de grau ou certificado de conclusão de curso de pós-graduação, fornecido por instituição reconhecida pelo MEC, em área relacionada à **Ecologia com ênfase em Ambientes Aquáticos Continentais;**

- comprovação pelos **TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR**, através de atestados fornecidos por instituições públicas ou privadas, de experiência na execução de serviços dentro da área específica que a função / área de atuação pretendida requer, segundo a Tabela 2 do Anexo 5;

- quadro de composição da equipe de nível superior de referência, responsável pela execução dos serviços, segundo modelo apresentado no Anexo 2,

- Todos os atestados (proponente, coordenador e técnicos) deverão vir obrigatoriamente acompanhados da cópia dos respectivos contratos.

- plano de trabalho preliminar.

EM BRANCO

Fls.: 147
Proc.: 360/01
Rubr.:

O plano de trabalho preliminar, a ser apresentado pelas **PROPONENTES**, deverá contemplar todo o período de desenvolvimento das atividades, apresentando os seguintes itens:

a) comprovação, por meio de declaração fornecida por funcionário da Gerência Regional da Chesf a ser designado pela DEMG, que realizou, no período estabelecido, visita à Área de Abrangência dos Serviços, constando na mesma a indicação nominal do(s) técnico(s) envolvido(s) e respectiva formação profissional;

b) relatório de Reconhecimento da Área, conforme a itemização apresentada na Tabela 5 do Anexo 5;

c) descrição das atividades que a **PROPONENTE** deverá desenvolver considerando a área de abrangência dos serviços, a abordagem técnica e conceitual a ser utilizada, a articulação e coordenação entre os diferentes atores sociais envolvidos, o apoio logístico que será utilizado na execução dos serviços, informações sobre o tipo e duração das atividades de escritório e de campo através de gráficos de barras ou fluxogramas CPM ou PERT;

d) cronograma da Equipe Técnica com a estimativa do tempo total da equipe (homem/hora x mês) necessária para o desenvolvimento dos serviços apresentados em diagrama de barras que mostre o tempo proposto (homem/hora x mês) para cada profissional da Equipe Técnica, conforme modelo apresentado no Anexo 3, desta Especificação;

e) cronograma Físico dos serviços a serem desenvolvidos, mês a mês, de acordo com as atividades propostas, discriminando os prazos de entrega dos produtos, conforme modelo apresentado no Anexo 4, desta Especificação;

f) relação de todos os produtos (documentos, mapas, relatórios, etc) exigidos no Termo de Referência conforme modelo apresentado na Tabela 3 do Anexo 5.

4.3 Custos

Todas as despesas com passagens aéreas, transportes, hospedagens, alimentações e comunicações da Equipe Técnica da **PROPONENTE** deverão ser incluídas no orçamento.

Ressalta-se que os custos relativos à elaboração das propostas, incluindo a visita de reconhecimento à área de abrangência do programa, não são reembolsáveis como custos indireto dos serviços.

5 DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa **CONTRATADA** para execução dos Serviços do Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho terá uma reunião na CHESF logo após a emissão de Ordem de Início do Serviço. Esta terá por finalidade definir e harmonizar os interesses estratégicos da empresa em consonância com os objetivos e propostas apresentadas.

Ressalta-se que a harmonização dos interesses deverá passar por uma criteriosa análise da documentação existente sobre programas similares executados no empreendimento e outros equivalentes.

Ao longo do processo, serão realizadas reuniões entre todos os técnicos envolvidos, visando o nivelamento de resultados e correções necessárias para o êxito dos serviços.

5.1 Prazos

Os serviços do Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho terão duração de 36 (trinta e seis) meses.

5.2 Supervisão dos Trabalhos

A caracterização dos diferentes ecossistemas aquáticos e suas comunidades, bem como o monitoramento da qualidade de suas águas, da ictiofauna ocorrente e do levantamento estatístico dos desembarques de pescado, na região do Reservatório de Sobradinho, é de grande importância para o conhecimento atual da dinâmica desses ecossistemas, após as intervenções hidrelétricas, pois nos dará um diagnóstico preciso de como essas comunidades se estruturam, apontando espécies ainda não catalogadas, como outras ameaçadas extinção, além de definir bioindicares ambientais, como as macrófitas aquáticas, subsidiando futuros programas de conservação e monitoramento a serem adotados, visando um melhor controle ambiental desses recursos por parte das comunidades abrangidas.

A realização dos trabalhos terá a supervisão técnica e administrativa da Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG da CHESF.

Os técnicos destacados para este fim realizarão reuniões periódicas e/ ou visitas de campo, distribuídas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, agendadas em conformidade com plano de trabalho estabelecido. A contratante poderá, a qualquer tempo solicitar parecer de técnico especialista, seja de seu quadro pessoal ou consultor externo, sobre o andamento dos trabalhos detalhados na Especificação Técnica.

EM BRANCO

149
Proc. 3607/01
Rubr.

5.3 Área de Abrangência

A área de abrangência dos serviços objeto desta licitação compreende uma região continua a partir de Barra/ BA até Belém do São Francisco/ PE, incluindo ainda, os corpos d'água perenes e intermitentes, naturais ou artificiais ao longo de 2 (dois) Km a partir de ambas as margens.

6 TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O INVENTÁRIO DOS ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO

6.1 Apresentação

A maior preocupação tem se dirigido às comunidades ictiológicas, pois estas sofreram grandes impactos, em função da instalação de grandes obras hidráulicas. Além das funções ecológicas que estas comunidades apresentam, elas desempenham importante papel nos contextos econômico e social, suprindo de trabalho e renda, muitas comunidades humanas ribeirinhas, sendo a pesca uma atividade tradicional na Região.

Grande atenção tem sido também dispensada as comunidades de macrófitas aquáticas, devido ao aumento de sua biomassa. A proliferação exagerada desses vegetais em reservatórios com fins hidrelétricos tem causado sérios problemas. Os aglomerados de plantas aquáticas formam bancos com superfícies amplas que causam o assoreamento pela desaceleração do fluxo hídrico com conseqüente sedimentação de material em suspensão, e pela sucessão ecológica sobre o banco, inclusive com espécies terrestres. Atrapalham a navegação e parte das plantas acumulam-se nas grades de proteção das usinas hidrelétricas, comprometendo a capacidade de geração de energia.

Em função das questões levantas anteriormente um completo estudo dos ecossistemas aquáticos se faz necessário uma vez que para entender as alterações sofridas pelas comunidades aquáticas entender o desenvolvimento dos ecossistemas é condição primordial.

Em função da complexidade do presente estudo, este foi dividido em quatro subprogramas descritos abaixo:

1. Inventário dos Ecossistemas Aquáticos;
2. Monitoramento da Ictiofauna, Biologia e Estatística Pesqueira;
3. Caracterização da Atividade Pesqueira;
4. Monitoramento de Macrófitas Aquáticas;
5. Monitoramento Limnológico e da qualidade da água.

6.2 Objetivos

6.2.1 Objetivo Geral

Inventariar e caracterizar os ecossistemas da área de abrangência do estudo, bem como suas comunidades aquáticas (bentos, nécton, plâncton e macrófitas aquáticas), realizando o monitoramento limnológico, da qualidade da água, da ictiofauna, das macrófitas aquáticas, e estudo da biologia e estatística pesqueira e propondo ações de recuperação.

6.2.2 Objetivos Específicos

Subprograma 01:

Inventário dos Ecossistemas Aquáticos:

- inventariar, caracterizar e classificar sistematicamente as espécies componentes dos diversos grupos aquáticos;
- inventariar e caracterizar os ecossistemas aquáticos com relação às suas características físicas, químicas, biológicas, incluindo a vegetação associada às margens;
- mapear e caracterizar os sítios reprodutivos e alimentares das espécies aquáticas;
- montar coleções de referência para as comunidades aquáticas (bentos, nécton, plâncton e macrófitas aquáticas);
- estabelecer parâmetros bioindicadores para o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos;
- identificar, georeferenciar, mapear e caracterizar os impactos ecológicos de maior relevância sofridos pelos diferentes ecossistemas aquáticos, e pelos ecossistemas terrestres associados;
- propor medidas mitigadoras e compensatórias, aos impactos causados nos ecossistemas aquáticos;

Subprograma Monitoramento da Ictiofauna, Biologia e Estatística Pesqueira:

- diagnóstico da composição da ictiofauna, considerando a presença de migradores e dando ênfase às espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico;
- avaliar a dispersão de formas jovens de peixes, componentes do ictioplâncton, ao longo da área de abrangência do programa;
- relacionar, caracterizar, georeferenciar as áreas e determinar aspectos produtivos e econômicos dos empreendimentos aqüícolas;
- elaborar e implantar um sistema de estatística pesqueira, levando em consideração as condições sócio-econômicas e ambientais da região;
- subsidiar o Programa de Recuperação da Ictiofauna nativa da região;

EMBARGO

- inventariar e caracterizar as praticas, artes de pesca e as embarcações pesqueiras usadas na área de abrangência do programa;

- Realizar estudos de alimentação e reprodução para a ictiofauna ocorrente na área de abrangência do programa;

- identificar e mapear os pontos de introdução, locais de reprodução e alimentação de espécies introduzidas da ictiofauna;

Subprograma Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas:

- Identificação e caracterização dos prados e comunidades de macrófitas aquáticas na área de abrangência do programa;

- Monitoramento dos prados e comunidades de macrófitas quanto à diversidade de espécies e variação da biomassa de cada espécie;

- Propor medidas de manejo e controle ambiental para os prados e comunidades de macrófitas aquáticas na área de abrangência do programa;

- elaborar um prognóstico de cenário futuro para as comunidades de macrófitas aquáticas na área de abrangência do programa.

Subprograma Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água:

- Monitorar a qualidade da água na área de abrangência do Programa, a partir de estudos de variáveis físicas, químicas e biológicas, com vistas a fornecer subsídios para o gerenciamento ambiental da bacia do São Francisco;

- Avaliar o transporte de sedimentos ao longo da área de abrangência do Programa, analisando seus efeitos nas características físicas, químicas e biológicas da água;

- Monitorar as áreas aqüícolas na área de abrangência do Programa e avaliar seus efeitos sobre a qualidade da água;

- Realizar monitoramento da presença de óleos lubrificantes e graxas à montante e a jusante das barragens;

- Redimensionamento e zoneamento da capacidade de produção de peixes em tanques-rede ao longo da área de abrangência do Programa;

CONFIDENTIAL

- Monitorar a concentração de agrotóxicos na área de abrangência do Programa;

Princípios Gerais e Metodologia

A metodologia deverá explicitar todos os procedimentos a serem empregados para a realização do monitoramento limnológico e avaliação da qualidade da água, bem como todos os instrumentos a serem utilizados, especialmente no desenvolvimento das atividades abaixo:

- demarcação e distribuição das estações de amostragem limnológicas ao longo do reservatório, com suas justificativas;
- coletas de amostras para análises físicas, químicas e biológicas da água;
- análise de amostras biológicas;
- acompanhamento das variáveis em campo:
  - temperatura (°C);
  - pH;
  - condutividade elétrica (µS/cm);
  - oxigênio dissolvido (mg/L);
  - turbidez (NTU);
  - transparência (m);
  - radiação solar subaquática.
- determinação de variáveis em laboratório:
  - alcalinidade total (mg/L de CaCO3);
  - dureza total (mg/L de CaCO3);
  - concentração de nitrato (µg/L) e nitrito (µg/L);
  - amônia (µg/L);
  - fósforo total (µg/L);
  - fosfato total (µg/L);
  - fósforo inorgânico (µg/L);
  - cloreto(mg/L);
  - concentração de clorofila (µg/L);
  - $DBO_{5/20}$;
  - DQO;
  - concentração de óleos lubrificantes;
  - concentração de óleos isolantes;
  - concentração de agrotóxicos.

Geral

O Conjunto dos subprojetos deverá subsidiar a elaboração de um Catalogo Digital descrevendo os ecossistemas aquáticos inventariados na área de abrangência do programa, com as respectivas locações georeferenciadas, suas características físicas, químicas, biológicas e comunidades representativas (plâcton, nécton, macrófitas aquáticas e bentos) com registros fotográficos, nomenclatura científica e comum, descrição morfológica e ecológica das espécies inventariadas, bem como da ocorrência destas em outras bacias, ressaltando seu grau de endemismos e sua relação com as comunidades ribeirinhas.

Elaborar Sistema de Informação Geográfica - SIG com os dados coletados durante a execução dos serviços.

EMBARGO

6.3 Relação dos Produtos

Prazos **Dias após emissão da OS**	**Produtos**
30	Plano de Trabalho Consolidado;
60	Primeiro Relatório Quadrimestral;
180	Segundo Relatório Quadrimestral;
300	Terceiro Relatório Quadrimestral; Primeiro Relatório Anual; Apresentação da versão Inicial das Coleções de Referência; Versão Preliminar do SIG; Versão Preliminar do Catálogo Digitalizado;
420	Quarto Relatório Quadrimestral;
540	Quinto Relatório Quadrimestral;
660	Sexto Relatório Quadrimestral; Segundo Relatório Anual; Fita de Vídeo Documental; Coleções de Referência; Sistema de Informação Geográfica Catálogo Digitalizado; Sumário Executivo.
780	Sétimo Relatório Quadrimestral;
900	Oitavo Quarto Relatório Quadrimestral;
1050	Nono Relatório Anual; Relatório Final; Fita de Vídeo Documental; Coleções de Referência; Versão Final do SIG; Versão Final do Catálogo Digitalizado; Sumário Executivo.

6.4 Metodologia

A metodologia deverá explicitar todos os procedimentos empregados para a realização do Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho, bem como todos os instrumentos utilizados, especialmente no desenvolvimento das atividades abaixo:

- discriminação das atividades, freqüência de campanha, periodicidade e permanência em campo e no laboratório;

- a freqüência de campanha para o programa de inventário dos ecossistemas aquáticos e de suas comunidades representativas deverão ser bimestrais;

- os subprogramas: Monitoramento da Ictiofauna, Biologia e Estatística Pesqueira no Reservatório de Sobradinho; Caracterização e Inventário da Atividade Pesqueira no Reservatório de Sobradinho; Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas no Reservatório de Sobradinho, serão realizados na área do reservatório de Sobradinho, bem como, nos trecho livres do rio São Francisco entre Barra/ BA e Belém do São Francisco/ PE;

- o subprograma: Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho, será realizado na área do reservatório de Sobradinho, nos trecho livres de rio entre Barra/ BA e Belém do São Francisco, bem como, nos corpos d'água perenes e intermitentes ao longo de 2 (dois) Km a partir de ambas as margens, ao longo de toda área de abrangência do Programa.

- as coletas de dados do programa de estatística pesqueira deverão ser diárias, durante todo o período do programa, nos principais portos de desembarque da área de abrangência do estudo, com coletores da região;

- demarcação, mapeamento e georeferenciamento dos limites de cada ecossistema aquático, bem como de suas estações de amostragem, na área de abrangência do estudo;

- descrever as metodologias para coletas de nécton, bentos, plâncton e macrófitas aquáticas, em estações preestabelecidas e mapeadas;

- descrever os materiais utilizados na identificação e formação de coleção de referência das diferentes comunidades aquáticas, e semi-aquáticas, presentes nos ecossistemas;

- descrever metodologia para a coleta e análise da dispersão espaço temporal de formas jovens de peixes;

- descrever aspectos metodológicos aplicados na análise do estádio maturacional das espécies componentes da ictiofauna inventariadas;

- descrever aspectos metodológicos na análise das características alimentares das espécies componentes da ictiofauna inventariadas;

EDIBRUSCO

- método de análise estatística dos dados coletados;

- identificação de indicadores de desempenho do programa;

- descrever as metodologias de coletas e análises das amostras para determinação das variáveis químicas, físicas e biológicas da água e do sedimento;

Determinação das variáveis de qualidade de água:

a) Campo:

temperatura (°C);
pH;
condutividade elétrica (µS/cm);
oxigênio dissolvido (mg/l);
salinidade (mg/l);
turbidez (NTU) e transparência (m);
radiação solar subaquática µmol.s^{-1} / m2.

b) Laboratório:

alcalinidade total (mg/L de CaCO3);
dureza total (mg/L de CaCO3);
concentração de nitrato (µg/L) e nitrito (µg/L);
amônia (µg/L);
fósforo total (µg/L);
fosfato total (µg/L);
fósforo inorgânico (µg/L);
cloreto(mg/L);
concentração de clorofila (µg/L);
densidade de coliformes fecais e totais
$DBO_{5/20}$;
DQO;
concentração de agrotóxicos.

- produção dos catálogos digitalizados, em CD – ROM, referentes aos ecossistemas, e suas comunidades aquáticas e semi-aquáticas; deverá conter, no mínimo, a seguinte apresentação:

a) Capa: título, imagens, autores (Executora e CHESF);

b) Orelha;

c) Página de rosto: título, local e ano;

d) Ficha técnica;

c) Sumário;

d) Introdução;

e) Localização da Bacia do Rio São Francisco e da Sub-Bacia do Reservatório de Sobradinho;

f) Descrição das espécies componentes das comunidades aquáticas, da Sub-Bacia do Reservatório de Sobradinho;

g) Imagens digitalizadas das espécies inventariadas;

h) Glossário de termos técnicos;

i) Bibliografia (ABNT);

j) Anexos: pranchas de classificação taxonômica das espécies, legislações federais e estaduais sobre a pesca, aqüicultura, conservação de ecossistemas e biota aquática, índice remissivo com nomes vulgares para científicos e com nomes científicos para vulgares;

l) Contra capa;

Com relação à formatação esta deverá apresentar as seguintes características:

a) Título da Capa: fonte times new roman, tamanho 20, negrito;

b) Título dos Textos: fonte times new roman, tamanho 16, negrito;

c) Sub - Título dos Textos: fonte times new roman, tamanho 14 negrito;

d) Textos no Word, fonte times new roman, tamanho 12, alinhamento justificado, recuo esquerdo e direito 0, espaçamento entre linhas exatamente 15, margens 2,0;

e) Legenda das Figuras: fonte times new roman, tamanho 8, negrito;

f) As fotos deverão ser formatadas em JPG ou TIF, e entregues com resolução não inferior a 600 dpi.

Recomendações:

Utilizar estudos realizados nos diversos ecossistemas do Rio São Francisco, bem como em outros corpos de água semelhantes, como instrumentos e embasamento científico para compor o programa;

Deverão ser observadas todas as disposições legais da Resolução CONAMA n.º 357, de 17.03.2005;

6.5 Forma de Apresentação dos Produtos

Os Relatórios de Atividades, após análise e aprovação da CHESF, deverão ser apresentados em 10 (dez) vias impressas e 5 (cinco) vias digitais no formato Word para os textos e TIF ou JPG para imagens, mapas ou fotos.

Os Relatórios de Atividades deverão apresentar a descrição de todas as atividades realizadas no período, registro fotográfico e fichas de avaliação e acompanhamento, além do conteúdo específico de cada relatório.

Plano de Trabalho Consolidado:

- diagnóstico preliminar contendo os trabalhos já desenvolvidos sobre ecossistemas aquáticos e comunidades aquáticas, na bacia do Rio São Francisco, o qual deverá se basear em trabalhos feitos anteriormente por outros técnicos e pesquisadores;
- metodologias, que serão adotadas, para cada atividade;
- descrição, detalhada, dos serviços que serão executados;
- cronograma físico referente às atividades que serão desenvolvidas na execução dos serviços contendo programação de viagens, ações a serem desenvolvidas, documentos a serem entregues, prazos e datas para entrega dos produtos;
- apresentar um sistema de estatística pesqueira com um cronograma de implantação do mesmo;
- mapa(s) com prévia localização das estações de amostragem;
- principais dificuldades propondo alternativas para revertê-las ou mitigá-las e as facilidades de infra-estrutura que contribuirão para o desenvolvimento dos trabalhos a serem propostos.

Primeiro Relatório Quadrimestral:

- resultados preliminares referentes às atividades do Inventário com base nas primeiras coletas realizadas;
- mapeamento georeferenciado e caracterização dos ecossistemas lóticos e lênticos (lagoas marginais, naturais e artificiais), com indicação dos locais de alimentação das diferentes fases de desenvolvimento e de reprodução das espécies aquáticas e semi-aquáticas;
- levantamento e caracterização das espécies aquáticas e semi-aquáticas dos diferentes ecossistemas na área de influência do programa;
- avaliação de aspectos alimentares dos exemplares coletados considerando nível trófico, forma de alimentação, ontogenia e distribuição;

- avaliação da importância dos exemplares coletados quanto às atividades econômicas e ecológicas da região;

- avaliação da ação antrópica sobre as comunidades aquáticas da área de abrangência do programa;

- quadro de ocorrência das espécies inventariadas, ressaltando o estado de conservação e a participação de espécies endêmicas; com registro fotográfico, descrição das espécies, e nomenclatura científica e comum;

- mapeamento, georeferenciamento, e caracterização dos empreendimentos aqüícolas, quanto ao sistema de cultivo e nível tecnológico empregados; relacionar a(s) espécie(s) cultivada(s), produtividade (t/ha/ano), número de ciclos de produção por ano, área de espelho de água (ha), natureza do capital investido, função social e prováveis impactos ambientais;

- atividades desenvolvidas no âmbito da implantação do sistema de estatística pesqueira e implantação da rede de amostragem;

- quadro de resultado dos desembarques pesqueiros, por espécie, por região, por porto, por município e por arte de pesca empregada;

- quadro demonstrativo das CPUE'S por artes de pesca e embarcações usadas;

- mapa com os pontos de introdução, reprodução e alimentação das espécies exóticas;

- formação de coleções de referência para as comunidades aquáticas (bentos, nécton, plâncton e macrófitas) e semi - aquáticas, seguindo um sistema de identificação padrão;

- quadro identificando os parâmetros bioindicadores para o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos;

- mapeamento dos impactos ocasionados nos ecossistemas aquáticos e terrestres adjacentes;

- quadro descritivo de todas as atividades realizadas no período;

- análise crítica e avaliação dos resultados apresentados, procurando relacioná-los aos resultados de estudos anteriores e as conseqüências sobre o meio ambiente;

- resultados preliminares do monitoramento limnológico da área de abrangência do Programa.

- mapa com a localização das estações de amostragem, identificando que atividades foram desenvolvidas em cada estação;

EMBARGO

- registro fotográfico das atividades desenvolvidas para cada trimestre;
- cronograma de atividades previsto para o trimestre seguinte.

O Segundo e Terceiro Relatórios Quadrimestrais deverão apresentar o mesmo conteúdo do 1º Relatório Quadrimestral, atualizados para os respectivos períodos.

Primeiro Relatório Anual e Versão Preliminar do SIG, Apresentação da Versão Inicial das Coleções de Referência e Versão Preliminar do Catálogo Digitalizado:

Deverá apresentar o mesmo conteúdo dos Relatórios Bimestrais, incluindo, adicionalmente, os seguintes itens:

- quadro descritivo de todas as atividades desenvolvidas no período (tipo, período, local, etc.);
- análise crítica e avaliação dos resultados obtidos, por atividade, ao longo do período considerado;
- análise crítica da variação espaço-temporal da ocorrência de formas jovens de peixes;
- análise crítica da variação espaço-temporal das características físicas e químicas da água das estações de amostragem;
- análise crítica dos resultados obtidos ao longo do primeiro ano das atividades de caracterização e distribuição da ictiofauna no âmbito do estudo;
- resultados preliminares do sistema de estatística pesqueira;
- influência da introdução de espécies exóticas sobre as comunidades nativas e sobre a pesca na região;
- propostas para o controle e soluções de manejo das comunidades de macrófitas aquáticas;
- identificação e caracterização dos impactos ecológicos de maior relevância sofrido pelos diferentes ecossistemas aquáticos, comunidades aquáticas, e ecossistemas terrestres adjacentes;
- apresentação de propostas para monitoramento, controle, minimização e reversão dos impactos ambientais identificados;
- apresentação do banco de dados preliminar, com resultados obtidos no primeiro ano de atividades;
- coleções de referência das comunidades aquáticas (bentos, nécton, plâncton e macrófitas aquáticas) e semi - aquáticas;

Fls.: 161
Proc.: 3007/01
Rubr.:

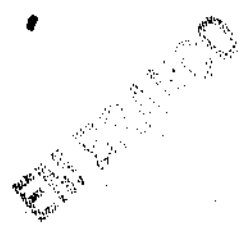
- fita de vídeo anual;
- versão Preliminar do Catálogo Digitalizado;
- apresentação do Plano de Trabalho para o segundo ano.

O Quarto, Quinto e o Sexto Relatórios Quadrimestrais deverão apresentar o mesmo conteúdo do Primeiro Relatório Quadrimestral, atualizado para os períodos aos quais se referem.

Segundo Relatório Anual, Versão Final do SIG, Complementação das Coleções de Referência e Versão Preliminar do Catálogo Digitalizado:

O relatório final deverá apresentar:

- versão preliminar do catálogo digitalizado;
- fita de vídeo documental das atividades e eventos realizados durante a execução dos serviços;
- resultados parciais da implantação do sistema de estatística pesqueira;
- síntese e resultados concretos de todas as atividades desenvolvidas no âmbito do programa, ao longo de todo o período considerado;
- apresentação de projetos viáveis, acompanhados de metodologias que venham a subsidiar ações de reversão dos impactos ambientais;
- propostas para o controle e possível manejo econômico das comunidades de macrófitas aquáticas;
- avaliação crítica das atividades desenvolvidas ao longo de todo o período do programa, relacionando as conclusões com estudos anteriores e com as alterações sofridas pelo meio ambiente, servindo de subsídio para o plano de ações do ano seguinte;
- descrição de todas as atividades desenvolvidas no período (tipo, período, local, etc.);
- registro fotográfico;
- indicadores de avaliação do programa;
- registro e avaliação de todas as ações e eventos realizados;
- tabelas numéricas e gráficos, com os resultados, ilustrações fotográficas e textos descritivos de todas as atividades realizadas durante o desenvolvimento das atividades;



- catálogo das espécies inventariadas ao longo do programa contendo registros fotográficos, todos os dados morfofisiológicos, distribuição geográfica na Bacia hidrográfica do Rio São Francisco e nas demais bacias hidrográficas brasileiras, hábitos alimentares, etc.;

- apresentação parcial do SIG com banco de dados gerado ao longo dos dois anos de monitoramento;

- coleções de referência das comunidades aquáticas (bentos, nécton, plâncton e macrófitas aquáticas);

O Sétimo, Oitavo e o Nono Relatórios Quadrimestrais deverão apresentar o mesmo conteúdo do Primeiro Relatório Quadrimestral, atualizado para os períodos aos quais se referem.

Terceiro Relatório Anual, Relatório Final, Versão Final do SIG, Complementação das Coleções de Referência e Versão Final do Catálogo Digitalizado:

O relatório final deverá apresentar:

- versão preliminar do catálogo digitalizado;

- fita de vídeo documental das atividades e eventos realizados durante a execução dos serviços;

- resultados finais da implantação do sistema de estatística pesqueira;

- síntese e resultados concretos de todas as atividades desenvolvidas no âmbito do programa, ao longo de todo o período considerado;

- apresentação de projetos viáveis, acompanhados de metodologias que venham a subsidiar ações de reversão dos impactos ambientais;

- propostas para o controle e possível manejo econômico das comunidades de macrófitas aquáticas;

- avaliação crítica das atividades desenvolvidas ao longo de todo o período do programa, relacionando as conclusões com estudos anteriores e com as alterações sofridas pelo meio ambiente, servindo de subsídio para o plano de ações do ano seguinte.

- descrição de todas as atividades desenvolvidas no período (tipo, período, local, etc.);

- registro fotográfico;

- indicadores de avaliação do programa;

- registro e avaliação de todas as ações e eventos realizados;

Fls.: 163
Proc.: 360/01
Rubr.:

- tabelas numéricas e gráficos, com os resultados, ilustrações fotográficas e textos descritivos de todas as atividades realizadas durante o desenvolvimento das atividades;

- catálogo das espécies inventariadas ao longo do programa contendo registros fotográficos, todos os dados morfofisiológicos, distribuição geográfica na Bacia hidrográfica do Rio São Francisco e nas demais bacias hidrográficas brasileiras, hábitos alimentares, etc.;

- apresentação final do SIG com banco de dados gerado ao longo dos três anos de monitoramento;

- coleções de referência das comunidades aquáticas (bentos, nécton, plâncton e macrófitas aquáticas);

7 CRONOGRAMAMA DE DESEMBOLSO

O pagamento dos serviços será efetuado em parcelas, em percentuais do valor global do contrato, mediante entrega e após aprovação dos produtos pela Divisão de Meio Ambiente de Geração - DEMG, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Relação de produtos e respectivos percentuais de desembolso

Período	Parcelas	Produto	%
1º ano	1º	Plano de Trabalho Consolidado	20
	2º	Primeiro Relatório Quadrimestral	7
	3º	Segundo Relatório Quadrimestral	7
	4º	Terceiro Relatório Quadrimestral, Primeiro Relatório Anual, Versão Preliminar do SIG, Coleções de Referência e Versão Preliminar do Catálogo Digitalizado.	10
2º ano	5º	Quarto Relatório Quadrimestral	7
	6º	Quinto Relatório Quadrimestral	7
	7º	Sexto Relatório Quadrimestral, Segundo Relatório Anual, Fita de Vídeo Documental, Coleções de Referência, Catálogo Digitalizado, SIG e Sumário Executivo.	10
3º ano	8º	Sétimo Relatório Quadrimestral	7
	9º	Oitavo Relatório Quadrimestral	7
	10º	Nono Relatório Quadrimestral, Terceiro Relatório Anual, Relatório Final, Fita de Vídeo Documental, Atualização das Coleções de Referência, Atualização do Catálogo Digitalizado, Atualização do SIG e Sumário Executivo.	18
Total	10		100

Fls: 165
Proc: 2007/01
Rubr:

As atividades executadas deverão, necessariamente, estar de acordo com o Plano de Trabalho Consolidado.

8 CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas técnicas apresentadas serão devidamente avaliadas e comparadas entre si, atribuindo-se a cada uma delas, nota técnica a ser obtida conforme explicitado no documento Critérios Técnicos de Análise e Julgamento das Propostas, apresentado no Anexo 5.

9 RELAÇÃO DOS ANEXOS

Anexo 1 - Modelo de Currículo para a Equipe Técnica Proposta;
Anexo 2 - Quadro de Composição da Equipe de Nível Superior de Referência e Tarefas a serem exercidas por cada membro;
Anexo 3 - Plano de Trabalho e Cronograma Anual da Equipe Técnica;
Anexo 4 - Plano de Trabalho / Cronograma de Atividades;
Anexo 5 - Critérios Técnicos de Análise e Julgamento das Propostas;

EN BLANCO

Fls.: 166
Proc.: 360/01
Rubr.:

DNIT

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – MT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE MEIO AMBIENTE
SAN Q.03 Lote A, Sala 1318, Brasília-DF, Brasil, CEP 70040-902. Tel.: (61) 315-4185

Ofício nº 434/CGMAB/DPP/2005.

Brasília, 22 de agosto de 2005.

A Senhor
LUIZ FELIPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e qualidade Ambiental.
SCEN, trecho 2, ed. Sede, bloco "C", 1º andar. CEP: 70 818- 900
Brasília/DF

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 10.735
DATA: 22/08/05
RECEBIDO:

Assunto: Agendamento de reunião.

Senhor Diretor,

Está em andamento entre o Departamento de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e a Companhia Hidrelétrica do São Franscisco - CHESF entendimentos para celebrar Acordo de Mútua Cooperação, pelo fato destas instituições terem empreendimentos em áreas afins, tais como as Usinas Hidroelétricas e Eclusas de Sobradinho – BA e Boa Esperança - PI. Esses empreendimentos estão sujeitos a monitoramento ambiental e outros programas exigidos pelos órgãos estaduais e federal de meio ambiente.

Sobre o assunto, os técnicos do DNIT e da CHESF mantêm tratativas no sentido de alcançar um acordo que possibilite o planejamento e a gestão ambiental conjunta, visando compartilhar recursos e experiências compatíveis com a visão sistêmica que estes empreendimentos necessitam.

Neste sentido, com o intuito de dar conhecimento do projeto ao IBAMA e de melhorar a sua elaboração, solicitamos agendamento de reunião com os setores que tratam do licenciamento dos empreendimentos das respectivas áreas de atuação, ou seja, de transportes e de barragens/eclusas.

Oportunamente, tendo em vista que deverá haver compatibilidade horária também aos técnicos da CHESF, que se deslocarão de outro estado, sugiro seja marcada a reunião com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias.

Estamos a disposição para qualquer outro esclarecimento.

Atenciosamente,

Engª ANGELA PARENTE
Coordenação-Geral de Meio Ambiente/DPP

C:\Documents and Settings\jeorges.andrade\Meus documentos\AQUAVIARIO\Memo e Oficios\oficio.doc

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

LISTA DE PRESENÇA

Local: IBAMA/SEDE/DF.

Data: 29 / 9 / 05 .

Assunto: CHESF - UHE's

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
MOARA MENTA GIASSON	DILIQ/IBAMA	MOARA.GIASSON@IBAMA.GOV.BR	3316-1595
PAULO ROBERTO MENDES BELCHIOR	DEMG/ CHESF	PAULORB@CHESF.GOV.BR	(81) 3229-3554
JOSÉ RONALDO DE M. LO JUCÁ	DMA/CHESF.	juca@chesf.gov.br	(81) 3229 2289
VALERIA VAZ M	CHESF/DEMG	valeria.v@chesf.gov.br	81.32292213
RAMY TOSCANO	IBAMA/DILIQ	RAMYTOSCANO@HOTMAIL.COM	(61) 3316 1317
Rodrigo Vasconcelos Foblitz	IBAMA/DILIQ	RODRIGO.FOBLITZ@IBAMA.GOV.BR	(61) 3316 1595
ALEXANDRE POLLASTRINI	IBAMA /DILIQ/CGLIQ	ALEXANDRE.POLLASTRINI@IBAMA.GOV.BR	(61) 3316 1596
LUIZ HENRIQUE VILAÇA	DEMG/ CHESF	LUIZH@CHESF.GOV.BR	(81) 32293492
RICARDO JUCÁ	CHESF/BRASÍLIA	rjuca@chesf.gov.br	(61) 3327-7089

Fls: 167
Proc: 3100/01
Rubr:

Fls.: 168
Proc.: 2007/01
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO CIRCULAR Nº 26/2005/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 21 de outubro de 2005.

ANGELA PARENTE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT
SAN Q.03 Lote A.Sala 1318
CEP: 70040 902
BRASÍLIA/DF

Assunto: Agendamento de Reunião

Senhora coordenadora,

1. Reportando-me ao documento do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes ofício nº 434/CGMAB/DPP/2005, onde o mesmo solicita uma reunião entre o DNIT, a CHESF e o IBAMA, para tratar de assunto relacionado as UHEs e Eclusas de Sobradinho/BA e Boa Esperança/PI, gostaríamos de agendar a reunião para o dia 17 de novembro de 2005 às 14:30h.

Atenciosamente,

Valter Muchagata
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
24 / 10 / 05
ÀS 15:30 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº: corrido

Chesf

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 13.245
DATA: 21/10/05
RECEBIDO:

CE-DEMG-0171/2005 Recife, 20 de outubi

Ilma
Drª Moara Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento e Qualidade Ambiental – DILIQ
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 2
Sede do Ibama - Brasília – DF CEP: 70818-900

Fls.: 169
Proc.: 2602/01
Rubr.:

Assunto: Atendimento às condicionantes da L.O. da UHE Sobradinho
Ref.: LO-406/2004

Prezada Senhora,

Com relação às condicionantes da Licença de Operação da UHE Sobradinho, estamos aguardando a posicionamento desse órgão quanto a CE-DMG-044/ 2005, protocolada em 03/05/2005, sob o número 6039.

No entanto , para assegurar os recursos para execução dos programas no próximo ano já estamos adiantando alguns procedimentos administrativos para licitação dos programas solicitados nas condicionantes: 2.2 e 2.11.

Quanto a condicionante 2.5 **"Apresentar Programa para Conservação da fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório",** *já está disponível a área a ser destinada à implantação do CETAS, no município de Sobradinho. Aguardamos posicionamento desse órgão para prosseguirmos entendimentos com IBAMA local, inclusive para a realização de um diagnóstico rápido das áreas não antropisadas, remanescentes, no entorno do reservatório de Sobradinho.*

As condicionantes:

2.6 "Apresentar Programas de Monitoramento de Macrófitas aquáticas;"

2.8 "Apresentar e implantar Programa de Levantamento e Monitoramento da ictiofauna com a realização de um diagnóstico preciso da composição local, considerando a presença de migradores e dando ênfase às espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico, para subsidiar a implantação de um Programa de Peixamento com espécie nativas da região e o fomento a um programa de Pesca que englobe a orientação e o treinamento da comunidade quanto à produção de peixes, apoio logístico aos pescadores e ações de \ monitoramento, normatização e fiscalização da atividade pesqueira," e

A CGUC
Em 21/10/05

À Colic - Moara

24.10.05

Paula Melo
Assessora Técnica
CGLIC/DILIQ/IBAMA

Ao Téc. Rodrigo,

P/ análise conjunta com

a equipe técnica.

25.10.05

Moara Mehta Giasson
Coordenadora de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

2.9 "Detalhar e implantar o Programa de Monitoramento Limnólogico e da Produção Pesqueira do reservatório de Sobradinho, com os subprojetos Monitoramento limnológico, estudos de Biologia pesqueira, Zoneamento da Piscicultura em tanques-rede, o Uso do SIG no mapeamento das áreas de Interesse Limnológico e pesqueiro, com base em parâmetros Ecológicos"

estão integradas no Programa de Levantamento dos Ecossistemas Aquáticos do Reservatório de Sobradinho, que irá abranger uma área continua desde o município de Barra/ BA até Belém do São Francisco/ PE, incluindo ainda, os corpos d'água perenes e intermitentes, naturais ou artificiais ao longo de 2 (dois) Km a partir de ambas as margens. A especificação do referido programa foi elaborada e encaminhada para formatação do edital de licitação.(Termo de Referência em Anexo)

Com relação às condicionantes,

2.13 "Apresentar Programa de Comunicação Social", e

2.15 "Detalhar e implantar o Programa de Educação e saúde Ambiental (PESA) na AID",

informamos que o PESA está em fase de conclusão e avaliação para elaboração da proposta de continuidade, integrada com o Programa de Comunicação Social. Seguem em anexo os relatórios do 2ºPlano de trabalho, o 4º Relatório Trimestral e o 1º Relatório Anual das atividades desenvolvidas nos municípios de ambas as margens do reservatório. (Lote I e II).

Para atendimento da condicionante,

2.16 "Apresentar informações sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos da área de influência, bem como as atividades que vem sendo desenvolvidas e propostas pala Chesf",

foi realizada um vistoria conjunta entre a CHESF, a CODEVASF, a SEMARH e o Ministério Público da Bahia de 25 a 29 de julho de 2005 tendo ficado a cargo do MP a compilação dos dados fornecidos pelas instituições, para elaboração de um relatório único, que tão logo esteja concluído será encaminhado ao IBAMA. A CHESF vem desenvolvendo juntamente com SEMARH e outras instituições com atuação na área de Sobradinho ações visando instalação de postos de coleta e guarda temporária de embalagens vazias de agrotóxicos.

BIBLIOTECA

Chesf

Fls: 171
Proc. 2400/01
Rubr:

Já estamos realizando o levantamento de dados secundários sobre a existência de comunidades tradicionais no entorno do reservatório de Sobradinho, assim como, elaborando cronograma para vistoria em toda a região, a partir do mês de novembro, visando atender à condicionante

2.18 "Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais".

Para outros esclarecimentos, permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

Fls.: 172
Proc.: 360710
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO nº 04 /2006 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 18 de janeiro de 2006.

A Sua Senhoria, o Senhor
FRANCISCO MACIEL LYRA
Gerente do Departamento de Meio Ambiente da CHESF
Rua Delmiro Gouveia, 333 - Bongi
CEP: 50761-901 - Recife - PE
Fax: (81) 32292413

Senhor Gerente,

Cumprimentando Vossa Senhoria e reportando-me ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, encaminho parecer técnico nº 11/2006 referente a Avaliação do tema "Saúde" dos Planos de Trabalho e Primeiros Relatórios Anuais (05/2005) – Implantação e Execução do Programa de Saúde e Educação Ambiental – Lotes I e II.

A CHESF deverá, portanto, estender o Programa de Saúde e Educação Ambiental, atendendo a alterações conforme especificado no referido parecer.

Atenciosamente,

Miara Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento

ENDORSED

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE EDOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBAMA

Fls.: 173
Proc. 360/01
Rubr.

PARECER TÉCNICO Nº 11/2006 - IBAMA/DILIQ/CGLIC/COLIC

Brasília, 17 de janeiro de 2006.

Do Técnico: Antonio Paulo de Paiva Ganme

Para: Moara Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento

Assunto: Avaliação do tema "Saúde" dos Planos de Trabalho e Primeiros Relatórios Anuais (05/2005) – Implantação e Execução do Programa de Saúde e Educação Ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho – Lotes I e II.

Processo n.º: 02001.003607/01-94

---

1 – INTRODUÇÃO

Este parecer técnico refere-se à análise do tema "Saúde" dos Planos de Trabalho e Primeiros Relatórios Anuais (05/2005) – Implantação e Execução do Programa de Saúde e Educação Ambiental da Usina Hidrelétrica Sobradinho – Lotes I e II, na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, no estado da Bahia.

2 – ANÁLISE

Os Planos apresentados para os lotes I (municípios de Xique-Xique, Sento Sé e Sobradinho) e II (municípios de Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado), conforme divisão proposta pela CHESF são muito semelhantes, quase idênticos; em ambos, o tema saúde é abordado no ítem 7.3.1, na página 15.

Em ambos, a temática é integralmente descrita da forma seguinte: "– Saúde: DST/AIDS, higiene corporal masculina e feminina e bucal;"

Com relação à metodologia, o programa contempla 01 palestra (2 h de duração) para empregados da CHESF, 03 cursos (16 h cada) para professores, 06 oficinas de sucata (02 por município, 08 h cada), 03 oficinas de educação e saúde ambiental (01 por município, 08 h cada) para a comunidade pesqueira, 03 oficinas de educação e saúde ambiental (01 por município, 08 h cada) para trabalhadores rurais, 03 oficinas de educação e saúde ambiental (01 por município, 08 h cada) para lideranças comunitárias, associações e sindicatos, e 03

oficinas de educação e saúde ambiental (01 por município, 08 h cada) para um público feminino.

Fls. 174
Proc. 2007/01
Rubr.

Surpreendente a limitação do programa a dois lotes de três municípios, deixando de contemplar os municípios de Barra e Itaguaçú da Bahia, uma vez que o deslocamento na região é precário.

Surpreende também a não inclusão de temas de saúde pertinentes à situação epidemiológica da região, como Leishmaniose, doença de Chagas, Schistosomose, entre outras doenças tropicais; igualmente surpreende que não se ofereçam informações sobre planejamento familiar e contracepção.

3 – CONCLUSÃO

O Programa de Saúde e Educação Ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho deverá ser estendido aos demais municípios da área de influência indireta; deverá também ser corrigido em sua temática de saúde, para abranger temas de importância regional, listados no parágrafo anterior.

À consideração superior.

Antonio Paulo de Paiva Ganme
Analista Ambiental
Matr. 603772

DE ACORDO,

FAVOR PREPARAR

OFÍCIO À CHESF, COM

AS CONCLUSÕES DESTE.

18.1.06

Sylvia Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 15.985
DATA: 21/12/05
RECEBIDO:

OF N.º 624-NTC/BA-AL

Salvador, 12 de dezembro de 2005.

Fls.: 175
Proc.: 3607/01
Rubr.:

À Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental – DILIQ/IBAMA
SAIN, Av. L4, Norte, Ed. Sede do IBAMA, Bl. C
Brasília – DF – 70.800-200

Assunto: Procedimento Administrativo n.º 1.14.000.000773/2000-53.

Senhor Diretor,

Solicito a Vossa Senhoria, nos termos do art. 129, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 8º, § 3º, da Lei Complementar n.º 75/93, para fins de instrução do procedimento administrativo em referência, no prazo de 20 (vinte) dias, a remessa do parecer técnico acerca dos Estudos Ambientais apresentados pela CHESF, em abril de 2003, sobre a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, instalada no Rio São Francisco, Bahia, bem como de informações atualizadas e circunstanciadas acerca do atendimento das condicionantes previstas na Licença de Operação n.º 406/2004, emitida em 28/09/2004.

Atenciosamente,

ANDRÉA CARDOSO LEÃO
Procuradora da República

Av. Sete de Setembro, 2365 - Corredor da Vitória - 40.080-002 - Salvador/BA
Fone: (071) 3338-1800 - Fax: (071) 3338-1855

P/
DR EMMANUEL

21/12/05

Fernando
Assessor
DILIQ/IBAMA

À Dra. Moara,
para providências
em 21-12-05.

Emmânuel Lopes Tobias
Analista Ambiental
Matrícula: 1510289
DILIQ/IBAMA

Ao TRP Rodrigo,

Para preparar resposta.

16.01.06

Moara Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ

Fls: 176
Proc: 3607/01
Rubr:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO nº 98 /2006 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 14 de fevereiro de 2006.

A Sua Senhoria, a Senhora
ANDRÉA CARDOSO LEÃO
Procuradora da República no Estado da Bahia
Av. Sete de Setembro, nº 2365 – Corredor da Vitória
CEP: 40080-002 Salvador/BA *Fax: (071) 3338 1855*

Assunto: Procedimento Administrativo nº 1.14.000.000773/2000-53.

Senhora Procuradora,

1. Em atendimento aos termos do ofício nº 624 - NTC/BA-AL, de 12.12.2005 referentes ao licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, informo que este processo encontra-se em fase final de elaboração do parecer de acompanhamento das condicionantes da LO 406/2004.

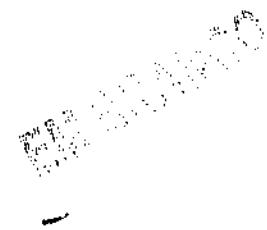
2. Enviamos em anexo os Pareceres Técnicos números 68/2004, de 24.06.04, e 86/04, de 13.08.04, que juntos subsidiaram a emissão da LO 406/2004. Complementamos as informações com o envio do ofício CE-DEMG-0171/2005 emitido pela CHESF em 20.10.05 onde a mesma relaciona as ações específicas por condicionante.

3. Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para prestar qualquer informação adicional julgada necessária.

Atenciosamente,

FAX TRANSMITIDO EM: 17/2/06
ÀS ___:___H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº: correio

Luiz Felippe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental



Fls.: 177
Proc.: 3007/01
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO nº 113 /2006 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.

A Sua Senhoria, o Senhor
Francisco José Maciel Lyra
Gerente do Departamento de Meio Ambiente da CEHSF
Rua Delmiro Gouveia, 333- Bloco C, sala 223. Bongi
CEP: 50761-901 Recife - PE *fax: (81) 32292413*

Assunto: Encaminhamento da Informação Técnica 10/2006.

Senhor Gerente,

1. Referindo-me ao documento CE-DEMG-0171/2005 de 20.10.05 que apresenta a esta Instituição o acompanhamento das condicionantes contidas na Licença Operação 406/2004, informo que a construção do CETAS e o programa de caracterização da fauna na região são adequados para considerar atendida a condicionante 2.5 da citada licença, desde que a construção do CETAS seja aprovada pela COEFA/CGFAU/DIFAP e o programa de caracterização da fauna seja submetido à aprovação desta Coordenação, antes do início das atividades, conforme Informação Técnica 10/2006 que envio em anexo.

Atenciosamente,

Luiz Felippe Kunz Junior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
23 / 2 / 06
ÀS ___ : ___ H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº:

FAX TRANSMITIDO EM:
22/03/2006
ÀS 16:30 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº:

Fls: 178
Proc: 3607
Rubr:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
SCEN Trecho 02 Setor de Clubes Esportivos Norte, Ed. Sede – Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1000 ramal (1595) – URL: http://www.ibama.gov.br

OFÍCIO nº 22/2006 – COLIC-HID/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de março de 2006.

A Sua Senhoria, o Senhor
FRANCISCO JOSÉ MACIEL LYRA
Gerente do Departamento de Meio Ambiente da CHESF
Rua Delmiro Gouveia, 333- Bloco C, sala 223. Bongi
CEP: 50761-901 Recife - PE *fax: (81) 32292413*

Assunto: Agendamento de reunião referente ao Programa de Ecossistemas Aquáticos

Senhor Gerente,

1. Referindo-me aos processos de licenciamento ambiental da UHE Complexo de Paulo Afonso/Usina Piloto, UHE de Itaparica, UHE Xingó e UHE Sobradinho, gostaríamos de agendar a reunião para esclarecimento dos programas de "ecossistemas aquáticos" no dia 28 de março de 2006, terça-feira, às 10:00hs no edifício do IBAMA/sede.

Atenciosamente,

Moara Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento

G:\colic\Colic HID (Moara)\Empreendimentos\Usinas\UHEs Chesf\Itaparica\0ficio reuniao280306.doc

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: CHESF - Ecossistemas Aquáticos

Data: 28/03/2006

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/E-MAIL	ASSINATURA
Eliziário Landim R. Lima	CHESF	81-3229 25 55	
Luiz Henrique Vilaça	CHESF	81-8854-4622	
Rodrigo Vasconcelos Mobilite	IBAMA - DILIQ	61-3316 1595	
Lilia de Oliveira	IBAMA - DILIQ	61-3316 13 18	
Ricardo Brasil Chaveri	IBAMA - DILIQ	61-33161595	

147

Fls. 180
Proc. 2007/01
Rubr.

O IBAMA manifestou a preocupação na elaboração de diferentes cenários de capacidade de suporte dos reservatórios de Sobradinho, Itaparica, Moxotó e Xingo. Tais cenários deverão considerar os dados existentes nos zoneamentos iniciais, bem como, os dados levantados ao longo dos programas de monitoramento. Os cenários deverão ser apresentados pela Chesf no prazo de 3 meses, em comum acordo com os representantes da Chesf.

Os representantes da Chesf informaram que em agosto de 2006 será realizado um seminário para a definição dos paramentos a serem considerados para os dimensionamentos dos reservatórios para instalação de tanques-rede.

Quanto aos programas de Ecossistemas Aquático dos diversos reservatórios da Chesf no rio São Francisco, o IBAMA fez as seguintes solicitações:

1. Analise do reservatório segundo as dimensões sazonais, espaciais e temporais, considerando as regiões lóticas, lenticas e de transição, alem das áreas centrais e marginais, dos tributários e do corpo central.
2. Quantos aos atributos bióticos, os programas devem considerar: riqueza de espécies – em todos as detenções descritos anteriormente alem, de reservatório como um todo - densidade, diversidade e similaridades. As analises devem considerar também as correlações entre as comunidades (diversidade, riqueza e densidade), analises de correspondência canônica, analise de componentes principais.

Quanto ao monitoramento de macrofitas será enviado pelo IBAMA uma Informação Técnica sobre procedimentos a serem adotados. Entre os quais a elaboração no prazo de 30 dias de um programa de levantamento da dispersão de cadmio nos reservatórios do Complexo de Paulo Afonso. Os representantes da Chesf concordaram com a necessidade de realização de tal programa e se comprometeram a apresentar a proposta no prazo estipulado.

A Especificação Técnica para o Programa de Ecossistemas Aquáticos do Submedio e Baixo São Francisco devera ser finalizada dentro de um prazo de 90 dias estipulado em comum acordo entre a Chesf e o IBAMA.

Os técnicos da Chesf externaram preocupação quanto a dotação orçamentária para execução do programa de Inventario dos Ecossistemas Aquáticos do Sub-medio e Baixo São Francisco, alem dos prazos para implantação dos programas.

Ate 07.04.06 o IBAMA emitira Informação Técnica contendo as considerações acordadas junto aos técnicos da Chesf, com um prazo para apresentação do detalhamento dos Programas de Inventario dos Ecossistemas Aquáticos.

Pela Chesf:
Luiz Henrique Vilaca de Oliveira
Fone: (81) 3229.3492
Elvido Landim
Fone: (81) 3229.2555

Pela IBAMA:
Rodrigo Koblitz
Fone: (61) 3316.1595
Ricardo Brasil Choueri
Fone: (61) 3361.1595

Fls: 181
Proc: 360/01
Rubr:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 10/2006 - COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 16 de fevereiro de 2006.

Assunto: "Acompanhamento da condicionante da Licença de Operação 406/2004 do reservatório de Sobradinho"

Processo nº: 02001.003607/01-94

I – INTRODUÇÃO

Esta informação técnica tem como objetivo esclarecer tecnicamente a aceitação por parte da equipe técnica da DILIQ/IBAMA do acompanhamento da condicionante 2.5 da Licença de Operação 406/2004 proposto pela empresa CHESF referente ao monitoramento da fauna.

II – HISTÓRICO

A UHE Sobradinho iniciou suas operações antes da resolução CONAMA 01/86, dessa forma foi incluída em processos de regularização. Em 19.06.01, atreves do documento CR-DMA-0211/2001 solicitando a Licença de Operação para o referido empreendimento.

O IBAMA, após análise do referido estudo concedeu a Licença de Operação número 406/2004, com validade de 04 anos. Na mesma Licença foram apresentados uma série de 18 condicionantes específicas, quais devem ser cumpridas pelo empreendedor.

A empresa, através do documento CE-DEMG-044/2005, datado de 02.05.05, apresentando o acompanhamento pontual das condicionantes, se referiu a condicionante *2.5 – Apresentar Programa para a Conservação da Fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório*, onde apresentou o programa de conservação da Fauna.

Em reunião dia 29.09.05 entre a CHESF e o IBAMA discutiu-se a referido Programa.

Esse condicionante motivou a presente Informação Técnica.

III – DISCUSSÃO

A condicionante a que esta Informação Técnica se refere é a *2.5 Apresentar Programa para a Conservação da Fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório.*

A empresa apresentou o seguinte programa: *A empresa solicita atender essa condicionante montando o Centro de Triagem de Animais Silvestres. CETAS.*

Ressalta-se que o dentro de um programa de Conservação é usual um programa de monitoramento, e este resulta no entendimento de qual impacto que o empreendimento causou. Não há condição de analisar essa questão, pois o monitoramento não tem informações comparativas no período prévio a instalação da usina, nem com o período de construção ou mesmo com o momento inicial de operação do reservatório.

A empresa solicitou a alteração da referida condicionante para a construção e manutenção de um Centro de Triagem da Fauna (CETAS), outra medida tradicional em projetos de conservação da fauna.

O CETAS consiste em uma construção específica para receber animais resgatados das mais diversas formas, em ações de fiscalização, por exemplo. O centro também orienta a reintrodução ou outro lugar para onde a fauna deve ser destinada.

Considerando as características sócio-ambientais da região, observa-se ausência de Centros de Triagem. A proposição do CETAS é positiva, pois será um centro de referência da conservação da biota local. As espécimes encontradas na região teriam um local a serem enviadas, tratadas e destinadas adequadamente, sendo soltas ou não de volta ao ambiente natural.

Não há por hora uma perspectiva numérica sobre a fauna que será favorecida por tal centro, porém existe a perspectiva de que o mesmo facilite o trabalho do próprio IBAMA local. Prevê-se que a implementação do Centro de Triagem trará vantagens do ponto vista da conservação da fauna, por tratar-se de uma atitude com benefícios imediatos a fauna local, ressalta-se que os resultados, por imprevisíveis, devem ser constantemente avaliados junto com o IBAMA local e com a coordenação desta Diretoria, com o intuito de analisar os benefícios do CETAS, do mesmo modo que apresentar eventuais melhoras no sistema.

Um CETAS envolve a construção física e uma organização que deve ser avaliada e corroborada pelo IBAMA, mais especificamente com a Coordenação de Gestão do Uso de Espécies da Fauna COEFA/CGFAU/DIFAP. Assim, esse setor deve ser consultado e deve estar de acordo com os parâmetros da criação do Centro de Triagem.

De outro modo, não há ainda hoje nenhum registro da fauna local feita pela empresa e repassada a este instituto. Considera-se essa informação extremamente relevante, pois é assim que poderemos diagnosticar a atual situação da fauna local e estabelecer outros critérios ao qual a empresa deverá realizar. Assim, solicitamos que seja feito um monitoramento da fauna de curto prazo com o intuito de estabelecer objetivos evidentes e

comuns para a existência do próprio CETAS. Salienta-se que esse monitoramento não precisa ser integralmente realizado antes da construção do Centro, podendo ocorrer em paralelo com a construção, inclusive durante o funcionamento do CETAS.

IV – CONCLUSÕES

Conclui-se que:

→ A construção do CETAS deve ter a aprovação dada pela COEFA/CGFAU/DIFAP;

→ O programa de caracterização da fauna deve ser aprovada por esta coordenação, antes do início das atividades;

→ a construção do CETAS e o programa de caracterização da fauna na região são suficientes para se considerar a condicionante 2.5 da Licença de Operação 406/2004 atendida.

Rodrigo Vasconcelos Koblitz
Analista Ambiental
Matr. 2449847

184
Proc. 360701
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO nº 126 /2006 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 06 de abril de 2006.

A Sua Senhoria, o Senhor
FRANCISCO JOSÉ MACIEL LYRA
Gerente do Departamento de Meio Ambiente da CEHSF
Rua Delmiro Gouveia, 333- Bloco C, sala 223. Bongi
CEP: 50761-901 Recife - PE *fax: (81) 32292413*

Assunto: Encaminhamento da Informação Técnica 25/2006.

Senhor Gerente,

1. Referindo-me reunião entre CHESF e IBAMA, realizada no dia 28.03.06, envio a Informação Técnica nº 25/06 com as solicitações desta Instituição quanto ao programa "*Ecossistemas Aquáticos*". Solicito a observância ao prazo estipulado em comum acordo na referida reunião, de 28.06.06 como data limite para entregar a especificação técnica.

2. Aproveito a oportunidade para confirmar que o IBAMA aguarda até o dia 28.04.06 o projeto de monitoramento de cádmio nos reservatórios do Complexo Paulo Afonso.

3. Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para prestar qualquer informação adicional julgada necessária.

Atenciosamente,

Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM: 11/4/06
ÀS 9:00H
RESPONSÁVEL: CR
FAX Nº:

DECLASSIFIED

Fls: 185
Proc: 360701
Rubr:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 25/2006 - COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA

Brasília, 06 de abril de 2006.

Assunto: "Abordagem Metodológica e Procedimentos de Análise dos Dados"

Processos nº: 02001.006472/1999-56, 02001.001047/00-80, 02001.003607/01-94 e 40650.002018/88-11

I – INTRODUÇÃO

Esta informação técnica tem como objetivo apresentar critérios mínimos que devem ser contemplados pelo programa "Ecossistemas aquáticos" proposto pela CHESF para todos os reservatórios administrados pela empresa e licenciados pelo IBAMA no Rio São Francisco.

II – HISTÓRICO

As UHEs da CHESF no Rio São Francisco possuem Licenças de Operação recebidas em:

Sobradinho possui a Licença de Operação nº 406/2004, emitida pelo IBAMA em 21.12.04, o reservatório de Itaparica possui a LO nº 510/2005, emitida em 23.12.05, o Complexo Paulo Afonso com a LO nº 509/2005, emitida em 23.12.05 e a UHE Xingó, a LO nº 147/2001, emitida em 17.07.04.

A empresa apresentou o programa de Ecossistemas Aquáticos nos processos das UHEs de Xingó e posteriormente informou, em reunião de 18.08.05, que usaria o mesmo para todos os reservatórios supra citados.

O IBAMA solicitou uma reunião específica para discutir esse programa e outras questões relativas à qualidade da água e da biota relacionada ao corpo hídrico. Essa reunião foi realizada dia 28.03.06, nela ficou definido que o IBAMA apresentaria os princípios que deveriam ser observados na construção do programa de monitoramento dos reservatórios, que é a presente Informação Técnica.

III – DISCUSSÃO

A análise do reservatório deverá ser realizada segundo as dimensões espaciais, sazonais e temporais. A dimensão espacial visa detectar as diferenças nos diversos ambientes formados pelo reservatório, e deverá incluir minimamente a diferença entre os tributários, lagoas marginais, corpo principal do reservatório, região litorânea e região limnética, os trechos lótico, semi-lótico e lêntico. Além desta análise compartimentalizada, deverá ser incluída também uma análise do reservatório como um todo. A análise

individual de pontos de coleta (réplica) só deverá ser realizada se o ponto possuir relevância social e ecológica (p.e., um ponto de captação de água).

O monitoramento segundo a dimensão sazonal visa detectar as diferenças entre estações do ano no corpo do reservatório. Dessa forma, deverão ser contempladas as épocas de cheia, vazante, seca e enchente.

O monitoramento segundo a dimensão temporal visa detectar a evolução do estado trófico do reservatório, bem como das comunidades residentes. Dessa forma, a análise deverá sempre se reportar ao primeiro e último ano de monitoramento.

Com respeito à análise das comunidades, necessariamente deverão ser contemplados os atributos de riqueza, densidade, diversidade e similaridade. Todos estes deverão estar correlacionados com as dimensões espaciais, sazonais e temporais do reservatório. Particularmente no atributo de diversidade, incluir diversidade beta e gama e índices de diversidade. No atributo de densidade, a análise não poderá se limitar apenas a grandes grupos, mas a espécies-chave e as espécies com maiores valores de densidade.

O Monitoramento Limnológico deve incluir a análise da comunidade fitoplanctônica, ictioplanctônica, ictiofaunistica, zooplanctônica e zoobentônica. No monitoramento da comunidade zooplanctônica, incluir as comunidades de cladóceros, copépodos, rotíferos e protozoários. Na comunidade zoobentônica, grupos chaves devem ser identificados até nível de espécie, e a análise deve ser realizada conjuntamente com os valores de nitrogênio, fósforo e matéria orgânica em sedimento e água. Ainda, nos pontos de amostragem desta comunidade, deverá ser realizada a granulometria de sedimento. A comunidade ictioplanctônica deverá ser analisada através de ovos e larvas, separadamente.

No monitoramento das variáveis físicas e químicas da água, incluir a análise de ortofosfato e fósforo dissolvido total. Na análise de qualidade da água, incluir a densidade de cianobactérias, Poluentes Orgânicos Persistentes (POP`s) e Cádmio total.

No planejamento da amostragem, o reservatório deve ser dividido em áreas, onde serão efetuadas amostragens bimestrais da ictiofauna e serão definidos os pontos de todas as outras variáveis. Ou seja, em cada unidade de área, bimestralmente haverá coletas de ictiofauna e dentro de cada área será escolhido um ponto onde haverá coletas das outras variáveis.

Todas as informações presentes no texto deverão ser consideradas no momento da divisão do reservatório.

Em um segundo momento, da geração dos resultados, deverá ser feita a integração de todas as informações, das comunidades, variáveis físicas e químicas e locais de coleta. As análises devem ser realizadas seguindo as seguintes diretrizes:

a) Correlações entre comunidades, segundo os atributos de densidade, riqueza e diversidade;

b) Análise de Correspondência Canônica;

c) Análise de Componentes Principais.

Os resultados deverão objetivar a elaboração de um mapa dos reservatórios em questão, indicando áreas prioritárias para a conservação, para a pesca, e outros usos consultivos e não consultivos da água.

Esse objetivo só será possível se forem utilizados todos os dados de maneira integrada. Desse modo, procura-se entender os dados coletados considerando o meio ambiente em que foi retirado e só assim consegue-se inferir sobre suas relações.

IV – CONCLUSÕES

Conclui-se que:

→ O programa de Monitoramento Limnológico precisa abranger as alterações espacial, temporal e sazonal dos reservatórios;

→ Os reservatórios devem, considerando as questões acima, ser divididos em áreas. Essas áreas serão as unidades utilizadas nas amostragens;

→ A análise dos dados, de todas as variáveis coletadas, só deve ser realizada de forma integrada.

→ O programa de monitoramento limnológico não deve ser interrompido até que se decida, com bases nas informações coletadas, que as coletas podem cessar.

Rodrigo Vasconcelos Koblitz
Analista Ambiental
Matr. 2449847

Ricardo Brasil Choueri
Analista Ambiental
Matr.1455549

PETCON
PLANEJAMENTO EM TRANSPORTE
E CONSULTORIA LTDA

Fls.: 188
Proc.: 3007101
Rubr.:

PETCON Nº 194/2006

Brasília, 05 de junho de 2006.

Ao Senhor
Luiz Felipe Kuns Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental - IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama
Cep: 70.818-900 Brasília - DF

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 5.585
DATA: 05/06/06
RECEBIDO:

Assunto: Sinalização de Margem e Balizamento Flutuante
Anexos: Projeto Executivo

Senhor Diretor,

A PETCON – Planejamento em Transporte e Consultoria Ltda., contratada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF para a elaboração dos *Projetos Executivos de Balizamento e Sinalização Náutica na Tomada d'água, no Canal de Descarga e no Canal de Fuga das UHEs Boa Esperança, Itaparica e Sobradinho*, vem por meio desta fazer consulta formal ao IBAMA sobre a necessidade de licenciamento ambiental dos Projetos Executivos em tela.

Sobre o assunto, esclareço que esses projetos são iniciativas da CHESF para evitar acidente nas áreas sob sua jurisdição como o ocorrido em Itaparica (uma lancha de passeio despencou pelo vertedouro) em 2004. Portanto, pretendem isolar um perímetro seguro nas áreas de tomada d'água, canais de descarga e fuga, evitando a aproximação de embarcações de passeio, pesca, regionais e comboios.

Entendemos que os projetos executivos em tela não causam impacto ambiental quantificável e estão inseridos nas licenças de operação das referidas UHE's, pois atentam para sua segurança bem como para a segurança da população da área de influência do empreendimento. Entretanto, os órgãos da Marinha do Brasil responsáveis pela aprovação de projetos de sinalização, por determinação legal, necessitam da anuência do órgão ambiental competente.

Posto isto, solicito manifestação formal desse IBAMA sobre a desnecessidade de licenciamento ambiental para os Projetos Executivos de Balizamento e Sinalização Náutica na Tomada d´água, no Canal de Descarga e no Canal de Fuga das UHEs Boa Esperança, Itaparica e Sobradinho.

No aguardo de sua manifestação, coloco-me à disposição de outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Carlos Novais
Oceanógrafo
MSc Planejamento e Gestão Ambiental

RECEBI
Em 05/06/06
DILIC

Fls.: 189
Proc.: 3607/01
Rubr.:

Chesf

CE-DEMG-128/2006 Recife, 07 de julho de 2006.

Ilmª. Srª.
Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenadora Geral de Infra-Estrutura de Energia
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte – Trecho 02
Ed. Sede do IBAMA
70.818-900 - Brasília -DF

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 7.362
DATA: 11/07/06
RECEBIDO:

Prezado Senhor,

Ante a criação da Área de Proteção Ambiental Lago de Sobradinho, que abrange toda a Área de Influência Direta do reservatório formado pelo barramento, pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia - SEMARH, Decreto anexo, informamos abaixo os procedimentos a serem adotados para atendimento as condicionantes da Licença de Operação em referência.

COND. 2.1. *Apresentar e implantar Plano ambiental de Conservação e uso do Entorno do Reservatório, em acordo com a Resolução CONAMA Nº 302/2002, conforme termo de referência a ser encaminhado por este Instituto.*

A Chesf entende que uma vez criada a APA Lago de Sobradinho a responsabilidade pela elaboração do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno do Reservatório passa a ser de responsabilidade da Entidade gestora da APA. Assim sendo, solicitamos a este Instituto que a COND. 2.1 seja alterada levando em consideração o titulo abaixo:

> *"Apoiar as ações desenvolvidas pela Entidade gestora da APA na elaboração e implantação do Plano de Manejo da mesma."*

Antecipadamente informamos que a Chesf através do Departamento de Meio Ambiente vem, juntamente com a SEMARH e a Codevasf, atuando na elaboração e execução do Plano de Manejo da APA Lago de Sobradinho.

A COHID

12.07.06

Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenadora Geral de Infra-Estrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

Ao TRP Rodrigo,

Para análise da
equipe. Localizar
e responder nos
ofícios listados como
NÃO RESPONDIDOS.
Verificar o cumprimento
dos prazos das condicio-
nantes da LO.

13.07.06

Moara Menta Giasson
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
e Transposições
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Chesf

COND. 2.2. *Apresentar Plano de Controle de Erosão, que deverá contemplar a recuperação e preservação das matas ciliares.*

Em virtude de problemas ocorridos no processo licitatório está sendo iniciada uma nova licitação, sendo prevista a contratação dos serviços em setembro do corrente.

COND. 2.3. *Apresentar Plano de Controle de Assoreamento, informando a taxa de assoreamento do reservatório, a contribuição da carga de sedimentos do rio São Francisco e do campo de dunas nesse processo, necessidade e periodicidade de dragagem, destinação final do material a ser dragado.*

Estamos encaminhando os seguintes documentos acerca da sedimentação no reservatório de Sobradinho:

Estudo Sedimentométrico – Relatório de Estudos de Projeto REP Nº 26/ 74
Estudo preliminar da Sedimentação Atual no Reservatório de Sobradinho – BA Out./ 86.

A atualização desses estudos está sendo negociada junto a Divisão de Operação de Recursos Hídricos e os serviços devem ser iniciados em 2007.

COND. 2.4. *Apresentar Plano de Conservação do Campo de Dunas, englobando levantamento da vegetação de dunas, da ocupação antrópica na região, desmatamento, remobilização de sedimentos em áreas desmatadas e propostas para a sua conservação.*

Ainda aguardamos esclarecimentos solicitados na CE – DEMG – 044/ 2005 de 02 de maio de 2005. Informamos que esta atividade será compatibilizada com as ações da APA Lago de Sobradinho.

COND. 2.5. *Apresentar Programa para Conservação da fauna, com levantamento nas áreas remanescentes das margens do reservatório.*

Conforme solicitado na CE – DEMG – 044/ 2005 de 02 de maio de 2005, esta condicionante será atendida através da implantação do CETAS, seguindo as recomendações feitas no Ofício nº 113/ 2006 – DILIQ/ IBAMA. Para tanto os técnicos designados para elaboração das especificações estão realizando reconhecimentos de vários Centros instalados e mantidos por empresas, com a finalidade de juntar elementos para junto com a COEF/CGFAU/DIFAP elaborar o projeto do CETAS de Sobradinho.

Chesf

COND. 2.6. *Apresentar Programas de Monitoramento de Macrófitas aquáticas.*

COND. 2.8. *Apresentar e implantar Programa de Levantamento e Monitoramento da ictiofauna com a realização de um diagnóstico preciso da composição local, considerando a presença de migradores e dando ênfase as espécies ameaçadas, raras e de interesse econômico, para subsidiar a implantação de um Programa de Peixamento com espécie nativas da região e o fomento a um programa de Pesca que englobe a orientação e o treinamento da comunidade quanto à produção de peixes, apoio logístico aos pescadores e ações de monitoramento, normatização e fiscalização da atividade pesqueira.*

COND. 2.9. *Detalhar e implantar o Programa de Monitoramento Limnólogico e da Produção Pesqueira do reservatório de Sobradinho, com os subprojetos Monitoramento limnológico, estudos de Biologia pesqueira, Zoneamento da Piscicultura em tanques-rede, o Uso do SIG no mapeamento das áreas de Interesse Limnológico e pesqueiro, com base em parâmetros Ecológicos.*

As condicionantes listadas acima serão atendidas através do Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos, a exceção dos itens de *ações de monitoramento, normatização e fiscalização da atividade pesqueira*.

O Monitoramento da Pesca esta sendo desenvolvido pelo IBAMA/DIFAP/CGREP, no âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, onde será implantado o Programa de Estatística Pesqueira da Bacia do São Francisco, contando com o apoio de diversas entidades ligadas ao meio ambiente, além da Codevasf e da Chesf, sendo essa responsável pela coordenação das ações no trecho compreendido que abrange das cidades de Petrolina/ PE e Juazeiro/ BA até as cidades de Canindé do São Francisco/ SE e Piranhas/ AL, dando também apóio logístico as ações desenvolvidas pela Codevasf e pelo IBAMA/ BA no reservatório de Sobradinho.

Quanto a Normatização da Pesca, esta é uma atribuição dividida entre o IBAMA e a SEAP, onde a Chesf como usuária do rio São Francisco, não possui gerencia alguma, podendo esta apenas apoiar ações dos órgãos responsáveis, neste sentido a Chesf fará parte nos próximos dias 10 e 11 de julho do corrente de reunião promovida pelo COOPE/CGREP/DIFAO/IBAMA, com objetivo de Formular Plano Estratégico de Ação – PAE para Gestão Integrada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco, consolidar a Câmara Técnica Federal de Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco e criar a Rede de Gestão dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco.

Chesf

No item Fiscalização, assim como, no item Normatização não se constitui em responsabilidade da Chesf, sendo atribuição do IBAMA, assim a Chesf se exime da responsabilidade de exercer a atividade de fiscalização, agindo de forma a apoiar as ações do Escritório do IBAMA/ Juazeiro durante o período da Piracema, período de maior demanda para atividade, fornecendo a esta os elementos logísticos que possibilitem suas ações.

COND. 2.7. Apresentar proposta para a implantação de um viveiro de mudas nativas.

Em contato com a SEMARH a Chesf foi informada sobre a existência de uma grupo, ligado ao CEFET em Juazeiro, que desenvolve atividade de produção de mudas nativas e que está apoiando as ações da SEMARH na região, assim sendo, como forma de otimizar o uso de recursos públicos, a Chesf está iniciando os contatos com o referido grupo a fim de avaliar o potencial de produção e verificar se a estrutura poderá atender ao esperado pela Licença de Operação.

COND. 2.10. Detalhar e Implantar o Programa de Criação, Conservação e fiscalização de áreas Protegidas.

A SEMARH criou em 30.03.2006, através do Decreto Nº 9.957 a Área de Proteção Ambiental – APA Lago de Sobradinho, abrangendo os Municípios de Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, a qual terá o apoio da Chesf na elaboração e implantação de seu Plano de Manejo, segundo o Termo de Referência anexo.

Além da APA Lago de Sobradinho a Chesf vem apoiando as ações do IBAMA/ BA nos levantamentos iniciais para criação do Parque Nacional do Boqueirão da Onça, abrangendo os Municípios de Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro e Umburanas.

A Chesf entende que sua participação no apoio à criação e manutenção das Unidades de Conservação já existentes, ou em criação, na área de influência de seu empreendimento é mais efetiva que a criação de mais uma Unidade, sendo assim solicitamos que esta condicionante seja atendida através dessas ações.

COND: 2.11. Detalhar e implantar o Programa de Recuperação de áreas Degradadas – PRAD.

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas encontrasse em processo de licitação. O início das atividades, está previsto para meados de agosto.

Chesf

COND: 2.12. Implantar o Programa Sobradinho com a associação das vertentes, capacitação profissional, fortalecimento das noções de cidadania, e respeito ao meio ambiente.

COND: 2.14. Detalhar e implantar o Programa de apoio ao Desenvolvimento Regional.

As condicionantes acima citadas estão sendo atendidas pelo Programa Sobradinho, o qual realizou sua 4ª Reunião Plenária nos dias 18 e 19 de abril de 2006, estando programada a 5ª Reunião para os dias 13 e 14 de julho do corrente. A ata referente a 4ª Reunião está em consolidação e assim que for referendada pelos participantes será encaminhada a esse Instituto.

COND. 2.13. Apresentar Programa de Comunicação Social.

COND. 2.15. Detalhar e implantar o Programa de Educação e saúde Ambiental na AID.

O atual Programa de Educação e Saúde Ambiental está em fase de finalização, após seu término realizaremos uma avaliação para consolidação de uma nova proposta seguindo as indicações fornecidas pela Coordenação Geral de Educação Ambiental desse Instituto, assim como o Parecer Técnico nº 11/ 2006 - IBAMA/ DILIC/ CGLIC/ COLIC, encaminhado pelo Ofício nº 04/ 2006 - COLIC/ CGLIC/ DILIQ/ IBAMA.

COND. 2.16. Apresentar informações sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos da área de influência, bem como as atividades que vem sendo desenvolvidas e propostas pala Chesf.

Em virtude da morosidade apresentada pelo Ministério Público do Estado da Bahia, na consolidação do levantamento realizado na região de Sobradinho, a Chesf fará contato com os órgãos regionais que apresentam envolvimento com o tema, assim como, um levantamento de campo com seus técnicos, para identificar as formas de uso de agrotóxicos na região e a localização espacial das áreas onde estes são empregados.

COND. 2.17 Apresentar informações sobre as indenizações e re-assentamentos das famílias que foram da desapropriadas e a forma de vida que possuem atualmente.

Continua em negociação com a CAR a realização nos demais Municípios da área de influência do reservatório de Sobradinho, no moldes do que foi realizado para o Município de Sento Sé, e encaminhado a este Instituto através da CE-DEMG-044/ 2005 de 02.05.2005.

Chesf

Fls. 194
Proc.: 360/01
Rubr.:

COND. 2.18. Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

Foram realizadas palestras de sensibilização, nos Municípios de Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé, locais onde foi levantada a possibilidades da existência de Comunidades Tradicionais, está programada para o mês de agosto o retorno às comunidades e visita às localidades identificadas por agentes selecionados nas Prefeituras dos diversos Municípios.

Informamos que até a presente data as Cartas: CE-DEMG-044/ 2005 de 02.05.2006 e CE-DEMG-171/ 2005 de 20.10.2005, não foram respondidas na íntegra, prejudicando início das atividades, até o momento registramos posicionamento deste Instituto quanto as Condicionantes 2.5, 2.6, 2.8 e 2.9, aguardamos resposta quanto as demais para que possamos nos programar com mais eficiência e atendê-las a contento.

Reiteramos nossos votos de estima,

Atenciosamente;

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

Fls.: 195
Proc. 3007/01
Rubr.:

Chesf
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

COND. 2.18. Apresentar informações sobre a possível existência de comunidades remanescentes de quilombolas e populações tradicionais.

Foram realizadas palestras de sensibilização, nos Municípios de Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé, locais onde foi levantada a possibilidades da existência de Comunidades Tradicionais, está programada para o mês de agosto o retorno às comunidades e visita às localidades identificadas por agentes selecionados nas Prefeituras dos diversos Municípios.

Informamos que até a presente data as Cartas: CE-DEMG-044/ 2005 de 02.05.2006 e CE-DEMG-171/ 2005 de 20.10.2005, não foram respondidas na íntegra, prejudicando início das atividades, até o momento registramos posicionamento deste Instituto quanto as Condicionantes 2.5, 2.6, 2.8 e 2.9, aguardamos resposta quanto as demais para que possamos nos programar com mais eficiência e atendê-las a contento.

Reiteramos nossos votos de estima,

Atenciosamente,

Valéria Vanda G. Brasil
Gerente DEMG
Mat. 085.197

Valéria Vanda Gomes Brasil
Divisão de Meio Ambiente de Geração
E-mail: valeriav@chesf.gov.br

Fls: 196
Proc: 3607/01
Rubr:

IBAMA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dias 25 do mês de julho de 2006, encerrou-se este volume n° I, do processo de n° 02001.003607/2001-94, referente à UHE SOBRADINHO, iniciado na folha 001 e finalizado na folha n° 196, abrindo-se, em seguida, o volume de n° II.

Observação: Para não desmembrar documento do processo, este volume foi encerrado 196 folhas.

DIGITALIZADO NO IBAMA